

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**A INDÚSTRIA CULTURAL COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO: APROXIMAÇÕES
TEÓRICAS E EMPÍRICAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DO PRESENTE E OS MECANISMOS DE
SUBJETIVAÇÃO EM THEODOR W. ADORNO E MICHEL FOUCAULT**

BEATRIZ STAIMBACH ALBINO

FLORIANÓPOLIS

2009

BEATRIZ STAIMBACH ALBINO

**A INDÚSTRIA CULTURAL COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO: APROXIMAÇÕES
TEÓRICAS E EMPÍRICAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DO PRESENTE E OS MECANISMOS DE
SUBJETIVAÇÃO EM THEODOR W. ADORNO E MICHEL FOUCAULT**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, na linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

FLORIANÓPOLIS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A dissertação: **A INDÚSTRIA CULTURAL COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DO PRESENTE E OS MECANISMOS DE SUBJETIVAÇÃO EM THEODOR W. ADORNO E MICHEL FOUCAULT**

Elaborada por: **Beatriz Staimbach Albino**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção de título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Área de Concentração: Teoria e Prática Pedagógica em Educação Física

Prof. Dr. Luiz Guilherme Antonacci Guglielmo
Coordenador do Mestrado em Educação Física

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz (ORIENTADOR)

(Prof. do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação / PPGE / UFSC)

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Soares
(Prof^a da Faculdade de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação / Unicamp)

Prof. Dr. Selvino José Assmam
(Prof. do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ PPGIF /UFSC)

Prof. Dr. Jaison José Bassani (Suplente)
(Prof. do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná - UFPR)

AGRADECIMENTOS

Ao Alexandre Fernandez Vaz, orientador desse trabalho, por ter me guiado de modo tão paciente e dedicado. Obrigada pela oportunidade de continuar aprendendo contigo. Agradeço também pela atenção e carinho nas questões que ultrapassaram a escrita dessa dissertação.

A minha família: Pai, Mãe, Vanessa e Rafinha, pela paciência, compreensão e amor.

Ao João, companheiro compreensivo, sereno, otimista, com quem pude compartilhar os momentos de alegria e dificuldade provenientes da escrita desse trabalho. Obrigada por estar ao meu lado.

A Pri, amiga que sempre esteve presente, dando-me, com seu jeito “iluminado” de ser, o reconforto, carinho e estímulo. Agradeço também aos demais amigos que souberam compreender minha ausência, e mesmo assim procuraram se manter sempre próximos.

Aos companheiros da recreação, em especial a Camila, a Jana e o Wil, e aos funcionários do hotel, Márcia, Erion, Antônio e Josi.

Aos colegas do *Núcleo de Estudos Educação e Sociedade Contemporânea*, pelas discussões que muito ajudaram no meu amadurecimento intelectual. Em especial, agradeço a Ana Cristina Richter e Michelle Carreirão Gonçalves, pelas correções, sugestões e leitura atenta da dissertação.

Aos colegas do PPGEF, principalmente a Gisele e aqueles que se mantiveram próximos durante o processo de representação discente, especialmente Ricardo Rezer.

Ao CNPq, pela bolsa de onze meses concedida. Ela foi fundamental para que eu pudesse escrever esse trabalho.

RESUMO

Este trabalho disserta sobre aproximações possíveis entre os pensamentos de Michel Foucault e Theodor W. Adorno, tomando como mote de análise os diagnósticos do presente por eles empreendidos, e que se materializam respectivamente nos conceitos de biopolítica e indústria cultural. A pesquisa, cujo caráter é teórico, explora a problemática das estratégias de subjetivação apontadas pelos autores, e o que essas ensejam, um controle da *vida*. Este se refere à redução da subjetividade ao que é meramente biológico, e ao adentramento da lógica econômica para o âmbito do privado. O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira discorre-se sobre o conceito de biopolítica em Foucault, primeiramente apontando para a localização desse tema em seu pensamento, e em seguida expondo a “moldura” da biopolítica, o liberalismo e o neoliberalismo, em relação com outras facetas da biopolítica indicadas por Foucault ao longo de sua obra. Na segunda parte do trabalho, depois de uma breve explicação sobre o conceito de indústria cultural, argumenta-se sobre sua característica de dispositivo biopolítico, identificada na existência das massas/população como objeto de investimento econômico, na predominância de um “controle-estimulação” que normaliza os corpos e as condutas e que incita à realização pelo próprio indivíduo de um controle da *vida*, assim como na convergência sobre o investimento na massas/população a partir das variáveis do *meio*. Ainda nessa seção, apresenta-se, entre outras, as divergências sobre os efeitos neoliberais da concorrência, em Foucault e Adorno. No último capítulo é reorganizado e reavaliado material empírico de investigações anteriores – manuais de embelezamento feminino da década de quarenta do século passado (*Página Femina*) e dos anos dois mil (*Revista Boa Forma*) –, tomando-o como *exemplares* dos argumentos teóricos desenvolvidos, o que dá a ele certa autonomia em relação a outras partes do texto. Nas considerações finais, ressalta-se as proposições elaboradas ao longo do trabalho, sobretudo a sutileza e positividade das estratégias de subjetivação e a totalização das massas ao denominador comum do meramente biológico. Enfatiza-se a importância do *desejo* e do *medo* para a condução das condutas no sentido de uma normalização; algo muito marcante no diagnóstico adorniano, mas que indiretamente se apresenta na noção (ou “cultura”) de perigo e no “controle-estimulação” descritos pelo autor francês. Em sentido complementar a essa questão, salienta-se a compreensão do corpo como *meio histórico-natural*, constituindo-se como uma das variáveis mais importantes de controle das massas. Ressalta-se ainda a importância da dinâmica da indústria cultural, sobretudo na redução do sujeito a um dos fenômenos específicos da população: a *economicidade*, ao ser o indivíduo induzido a permanecer no âmbito da *oikonomia*, por meio das infinitas necessidades (de consumo) produzidas e enfaticamente indicadas como essenciais para a existência, bem como pelo caráter de modelo que o princípio econômico adquire para com as relações humanas. Aponta-se como novas propostas de pesquisa, a concepção de *vida* no pensamento de Adorno, e a relação entre a concepção de feminino presente em sua obra e os Estudos de Gênero.

Palavras-chave: Diagnóstico do presente – Indústria cultural – Biopolítica – Pedagogias do corpo – Vida

ABSTRACT

Culture Industry as Biopolitical Dispositive: Theoretical and Empirical Connections on Diagnosis of Present and Subjectivations Schemas by Theodor W. Adorno and Michel Foucault

This work has as aim to enterprise on some connections between Michel Foucault and Theodor W. Adorno. The Leitmotiv is their analysis on present respective in terms of biopolitics and culture industry. This theoretical research investigates the subjects strategies in terms of life control and the incorporation of economical structures in private lives. The work has three parts. In the first one the main theme is the concept of biopolitics by Foucault. First of all, it's placed this subject in Foucault's reflexion. After that, it's showed the borders of biopolitics, liberalism and neoliberalism as counterparts of other faces biopolitics. In the second part of the work, after a brief enlightenment about culture industry, this is announced as biopolitical dispositive. The mass/population is the aim of economical enterprise in context of "control-stimulation" as a normative of bodies and behaviors. In the same section the distinctions between Foucault and Adorno on neoliberalism are discussed. In the last chapter it's reorganized and reanalyzed empirical data of another research on a female magazine of over times and of a newspapers' female supplement of 1940s as examples of the theoretical discussion. In the conclusions, the biological axis as result of totalization comes in scene, where desire and scare are good ways to normative conductions. As complementary question, body (of population) is discussed as historical-natural mean, an important way of mass control. Culture industry is also important in term of reduction of subject's reduction in the context of population: economical sphere of consumption in human relation. New researches about the concept of life by Adorno and on his approaches on female comparing with Gender Studies could be developed.

Keywords: Diagnosis on Present – Culture Industry – Biopolitics – Pedagogies of Body – Life

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 Biopolítica.....	12
1.1 Alguns apontamentos teóricos.....	12
1.2 O diagnóstico do presente foucaultiano.....	20
1.3 Naturalidade da população como regularidade e multiplicidade	28
1.4 Naturalidade da população e as variáveis do meio.....	42
1.5 Naturalidade no desejo como “motor de ação”.....	43
1.6 Síntese sobre a biopolítica – limiar para tecer relações com a indústria cultural.....	55
2 Indústria cultural	58
2.1 Alguns apontamentos teóricos.....	58
2.2 A indústria cultural como dispositivo biopolítico.....	62
2.2.1 O corpo como dispositivo por excelência.....	69
2.3 Pontos e contrapontos com a análise foucaultiana do neoliberalismo: o diagnóstico da Escola de Frankfurt.....	76
3 Prescrições de embelezamento: sobre a configuração de um projeto biopolítico de controle do feminino.....	88
3.1 Introdução.....	88
3.2 Sobre o controle que estimula.....	93
3.3 Para o exercício de uma autovigilância.....	102
3.4 A “escolha” pela norma.....	107
Considerações finais.....	115
Referências.....	122
Anexos.....	132

INTRODUÇÃO

Os estudos que desde algum tempo se dedicam a refletir sobre as aproximações e distanciamentos entre as reflexões de Theodor W. Adorno e Michel Foucault têm ficado geralmente circunscritos à análise das críticas marcantes por eles endereçadas à razão e às formas de racionalidade (CAMARGO, 2006; MAIA, 2002; HABERMAS, 2002; HONNETH, 1993, entre outros). Em que pese a importância desses esforços, a aproximação entre essas tradições teóricas tem desencadeado uma contenda mais ampla e que parece estar longe do fim, delimitando outras problemáticas, como a da constituição da identidade no registro das relações entre Adorno e o Pós-estruturalismo (DEWS, 1996), ou ainda a convergência das assertivas do filósofo francês quanto ao poder disciplinar e a crítica sobre a reificação do corpo em Adorno, ponderadas por um herdeiro intelectual de Habermas, Axel Honneth (1993).

Não é casual que o corpo seja tomado como lugar e objeto da crítica à razão, uma vez que aparece como um seu *outro*, ou seja, uma espécie de antípoda, em nossa tradição ocidental, ao pensamento, já que lugar e vetor dos desejos, da fadiga, das paixões. Tanto Foucault, na dinâmica do poder que sobre ele exercido – disciplinar e ou biopolítico – quanto Adorno, que o interpretou no contexto de uma dialética do esclarecimento, tomaram o corpo e suas expressões como crítica (imane) ao contemporâneo – um tempo e uma experiência histórica que se interessaram, como nunca antes, pelo somático.

Jürgen Habermas (2002), em seu livro *O discurso filosófico da modernidade*, foi um dos primeiros a indicar aproximações entre o pensamento desses autores, não de modo direto, mas pela similaridade nas pesadas considerações que dedica a cada um. Dentre elas encontra-se a de que tanto Adorno quanto Foucault criticam a razão de maneira total e autônoma, ou seja, a partir de seus próprios fundamentos – o que constituiria uma contradição em si, autorizando-se Habermas a classificá-los como irracionalistas. Habermas (2002) ainda os acusa de adotarem, devido à influência de Nietzsche, uma perspectiva niilista que resultaria na ausência de alternativas para a busca de uma razão emancipadora. Esse movimento, acompanhado de uma paradoxal pretensão de verdade e ausência de princípios normativos – algo por si só considerado como problemático por Habermas –, e não sendo ele assumido por nenhum dos autores criticados, reforçaria a assertiva de ausência de alternativas nos escritos de Adorno e Foucault.

Axel Honneth (1993), por sua vez, assinala que as análises críticas a respeito da

violência sobre o corpo, sua perda de liberdade e exposição ao sofrimento por meio da disciplinarização, seriam pontos de evidente aproximação, ainda que contrastantes no que se refere aos processos de subjetivação, entre os pensamentos de Adorno e de Foucault. Em sua interpretação, o corpo seria, no registro desses autores, a principal vítima da racionalização da sociedade,¹ já que deve ser subjugado e reprimido visando a sua utilidade e docilidade para o sistema capitalista; assim como também, por meio de seu adestramento, o protagonista da forja da subjetividade. Além disso, para Honneth (1993), “Adorno e Foucault postulam que a universalização das exigências teóricas e morais de validade na época das Luzes forneceu, por um lado, a base de um saber organizador tendo como objetivo assegurar a dominação e, por outro, a superestrutura jurídica da qual resulta a ocultação da dominação.” (HONNETH, 1993, p. 176).²

Apesar de apontarem para essas questões essenciais, Honneth (1993), assim como também Habermas (2002), ao se lançarem sobre a tarefa de aproximar os pensamentos dos autores alemão e francês, não atentaram para uma questão que se radicaliza hodiernamente: o diagnóstico de um “controle-estimulação”,³ concretizado de forma extensa pelo mercado ao padronizar as condutas e os motivos da existência em torno de cuidados com a *vida*. A análise da maneira como contemporaneamente se têm promovido uma *politização dos corpos*, por via do incitamento (e não apenas da repressão) das massas a investir sobre a saúde, a sexualidade, a seguridade social, perpassa, de alguma maneira, tanto os escritos sobre o tema da *biopolítica*, feitos por Foucault (1988, 1999, 2008a, 2008b), quanto aqueles referentes à *indústria cultural*, escritos por Adorno (1978; HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Procurando compor o debate existente, ao indicar novos pontos para a investigação sobre as possíveis relações entre Foucault e Adorno, e ao mesmo tempo tentando avançar no debate sobre o contemporâneo, o presente trabalho⁴ procura dar continuidade a um esforço

¹ Ainda que use a mesma expressão para designar um fenômeno entendido diferentemente pelos autores, Honneth (1993, p. 175) explica que “a noção adorniana de ‘racionalização’ é concebida em função do modelo da dominação da natureza, a de Foucault conforma-se mais ao modelo de controlo social.”

² Autores brasileiros, como Maia (2002) e Camargo (2006), comentam as relações expostas por teóricos ligados à Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo os acima referidos (Honneth e Habermas), e pelo próprio Foucault. Maia (2002) compõe um mapa das convergências já indicadas, dando ênfase, entre outros, aos escritos de Honneth sobre a radicalização foucaultiana do diagnóstico dos autores da *Dialética do Esclarecimento* sobre a “sociedade administrada”. Camargo (2006), destaca que, apesar das críticas de Habermas quanto à ausência de uma intenção crítica na obra de Foucault, devido à (suposta) falta de um conteúdo normativo em sua obra, o pensamento foucaultiano pode ser entendido como uma forma de teoria social crítica contemporânea, entre outros motivos, pelas possibilidades de resistência e liberdade indicadas pelo filósofo francês.

³ Expressão utilizada por Foucault (2000), para explicitar uma nova configuração de domínio que não se dá pela repressão, mas por meio do estímulo de mostrar e fazer-se desejar, desencadeando um investimento *positivo* sobre o corpo.

⁴ Esta dissertação compõe o programa de pesquisas *Teoria Crítica, Racionalidades e Educação II*, dirigido por Alexandre Fernandez Vaz e financiado pelo CNPq (Auxílio pesquisa, bolsas de produtividade em pesquisa,

que temos empreendido (entre outros, VAZ, 2006; ALBINO; VAZ, 2008), ao discorrer sobre a aproximação teórica entre o pensamento desses autores a partir de um cruzamento entre os conceitos de biopolítica e indústria cultural, visando explorar a problemática das estratégias de subjetivação contemporâneas. Igualmente, é objetivo dessa pesquisa, descrever os efeitos dos mecanismos de controle indicados por Foucault e Adorno, um domínio sobre a vida,⁵ e a conseqüente redução do sujeito a um *exemplar da espécie*. Sobre o objeto desse domínio, a vida, vale dizer que ela significa em Foucault aquilo que compõe os fenômenos biológicos da população, o constructo sobre o que se colocaria sua *naturalidade*; e, concomitantemente, expressa o público e o privado, ou seja, o que acontece no tempo e no espaço da existência, envolvendo as relações que cada um estabelece com as atividades que realiza no seu cotidiano, e com os outros indivíduos com os quais convive de modo mais ou menos constante e direto.

Em Adorno, encontra-se um sentido para a expressão “vida” que é muito similar ao último citado no contexto das teorizações foucaultianas, mas que envolve também a idéia de formação, a resistência na forma da experiência e do conceito (ADORNO, 1996). O outro sentido para o conceito de vida identificado em sua obra, e esse parece não estar presente – ao menos de modo explícito – nos escritos de Foucault, é algo como que um impulso para a liberdade, tema sobre o qual não nos dedicaremos neste texto que aqui se introduz.

Nesse sentido, é hipótese desse trabalho, a partir do diagnóstico sobre o domínio da vida e o modo como isso acontece, realizado tanto por Foucault quanto por Adorno, é que a indústria cultural possa ser compreendida como um *dispositivo biopolítico* por excelência da atualidade. Argumento que se fundamenta, como se discorrerá ao longo do texto, na preocupação com a população que será consumidora dos produtos culturais e na incidência da indústria cultural sobre o corpo, na forma, essencialmente, da perseguição aos desejos e no controle das emoções das pessoas, processo cujo resultado é a diluição da particularidade na generalidade do que é “biológico”. O desenvolvimento da indústria cultural, fenômeno moderno que se inicia no entre-guerras e se acelera ao mesmo passo que o neoliberalismo, é algo que só faz sentido ao ser executado na direção e com o consentimento, mesmo que apenas tácito, das massas populacionais consumidoras.

apoio técnico, iniciação científica, mestrado e doutorado). Especificamente, tive uma bolsa de mestrado do CNPq por onze meses para a realização da pesquisa.

⁵ Honneth (1993, p. 177) já indicara que tanto Adorno quanto Foucault “vêm manifestamente o processo civilizacional da racionalização instrumental culminar nas organizações voltadas à dominação que têm o poder de controlar e de regular inteiramente a vida social.” A diferença do presente trabalho com relação à análise de Honneth está no breve delineamento do sentido de vida na obra de cada autor, assim como na compreensão do modo como se realiza esse controle em Foucault, que na interpretação de Honneth (1993) se refere apenas aos processos disciplinares. Um investimento no tema da indústria cultural também está ausente na obra citada.

No objetivo que se propõe esse trabalho, entende-se que a aproximação das teorizações sobre biopolítica e indústria cultural pode ser um caminho que se abra no profícuo debate já existente entre os legados de Adorno e Foucault, ao permitir não apenas questionar e avançar no empreendimento teórico de cada um à luz dos escritos do outro, mas também apreender complementariedades em suas obras, sobretudo no diagnóstico do tempo hodierno. Isso é fundamental, se considerarmos que os conceitos de indústria cultural e biopolítica materializam a perspectiva teórico-metodológico dos autores de realizar um encontro entre filosofia e ciências sociais, apontando, por conseguinte, para a importância de pensar sobre o seu próprio tempo. Logo, apesar de dedicarem críticas – por sinal, como destaca Honneth (1993), bastante semelhantes – aos ideais Iluministas, ambos autores são marcados pela filosofia crítica de Kant, na interpretação que dela fazem quanto ao uso legítimo da razão para se assumir uma posição de autonomia e de crítica sobre o presente, em detrimento à postura de resignar-se ao que está dado.⁶ É nesse ponto que se encontra uma aproximação, que vale aqui ser citada, realizada pelo próprio Foucault, de sua obra com a da Escola de Frankfurt. Assim diz ele,

acredito que a atividade filosófica concebeu um novo pólo, e esse pólo se caracteriza pela questão, permanente e perpetuamente renovada: ‘O que somos nós hoje?’ Este é, a meu ver, o campo da reflexão histórica sobre nós mesmos. Kant, Fichte, Hegel, Nietzsche, Max Weber, Husserl, Heidegger, a Escola de Frankfurt tentaram responder a essa questão. Inscrevendo-me nessa tradição, meu objetivo é trazer respostas muito parciais e provisórias a essa questão através da história do pensamento ou, mais precisamente, através da análise histórica das relações entre nossas reflexões e nossas práticas na sociedade ocidental. (FOUCAULT, 2006, p. 301).

Visando dar, de modo modesto, continuidade a esse exercício de realizar um diagnóstico do presente, este trabalho propõe apontar para a similaridade e atualidade das estratégias de subjetivação sobre as quais discorreram Adorno e Foucault, assim como sobre o resultado que essas estratégias ensejam. Para tanto, o texto foi dividido em três partes. Na primeira delas, trato do conceito de biopolítica em Foucault. Para isso, realizo alguns apontamentos teóricos sobre como se localiza a discussão do tema no pensamento do autor, marcando algumas de suas diferenças com relação ao poder disciplinar. Em seguida, discorro sobre o tema da biopolítica a partir de diferentes perspectivas adotadas por Foucault, mas tomando como índice de exposição a “moldura” da biopolítica, tal como se referiu ao

⁶ Sobre as afinidades entre o pensamento de Adorno, Nietzsche e Foucault, quanto aos desígnios da filosofia, consultar interessante texto de Oswaldo Giacoia Junior (2007).

liberalismo e ao neoliberalismo. Encerrando o capítulo, faço uma breve síntese do que terá sido abordado anteriormente, dando destaque aos pontos que aproximam essa parte do pensamento foucaultiano ao de Adorno.

Na segunda parte do trabalho, depois de uma breve explicação sobre o conceito de indústria cultural e de como ela compõe a crítica de uma dialética do esclarecimento, argumento sobre sua característica de dispositivo biopolítico, discorrendo sobre as massas, seu objeto de investimento, e o modo como sobre ela se investe: a partir das variáveis do *meio*, sendo dado destaque à maneira como a indústria cultural se constitui como o próprio *meio*, devido ao efeito de realidade que produz. Descrevo ainda o resultado desse investimento, a saber, um controle extremo da vida e a totalização da multiplicidade sob o denominador comum do plano biológico, enfatizando a importância do corpo nesse processo.

No último capítulo, reorganizo e reavalio material empírico de investigações anteriormente realizadas – manuais de embelezamento feminino da década de quarenta do século passado e dos anos dois mil –, ⁷ tomando-o como *exemplares* dos argumentos teóricos desenvolvidos. Será nesse sentido, de exemplo, que aponto para a existência de um *projeto biopolítico de controle do feminino* que perpassa os tempos e espaços e que se realiza por meio de estratégias de persuasão e convencimento próprias dos esquemas da indústria cultural. Este capítulo guarda certa autonomia em relação às outras partes do trabalho (algo que poderia, aliás, ser dito também em relação aos capítulos todos, o que autoriza a leitura fora da ordem exposta), repetindo, deliberadamente, argumentos antes apresentados, mas que conferem a singularidade desse capítulo. Por fim, nas considerações finais, sintetizo as proposições elaboradas ao longo do trabalho, dando ênfase às similaridades e divergências identificadas quanto ao diagnóstico do presente (biopolítica e indústria cultural) de Foucault e Adorno.

⁷ Parte do material que aqui se refere, foi analisado e descrito em meu trabalho de conclusão de curso e originou o artigo: “O corpo e as técnicas sobre ele, no sentido do embelezamento: sobre os esquemas da indústria cultural na revista Boa Forma”, publicado no v.14, n.1, 2008, da revista *Movimento*. A outra parte do material resultou no artigo “‘Mulher, como deves ser’: um estudo sobre a educação do corpo feminino no jornal *Dia e Noite*”, publicado no ano IV, n.7, 2005, da revista *Temas e Matizes*, tendo sido elaborado a partir da investigação desenvolvida durante o projeto de iniciação científica (PIBIC/UFSC/CNPq) do qual participei durante a graduação.

1 BIOPOLÍTICA

1.1 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

Empregada pela primeira vez no ano de 1974, em uma conferência proferida na cidade do Rio de Janeiro,⁸ a expressão biopolítica é também mencionada por Foucault, entre outras, no capítulo final do volume primeiro da *História da Sexualidade* e em Aula de 17 de março de 1976 – uma espécie de síntese provisória que se abre para novas considerações que serão desenvolvidas em momentos posteriores – do curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France. Nesses três momentos, Foucault aborda respectivamente o nascimento da medicina social, o desenvolvimento dos dispositivos de sexualidade do século XVII ao XIX e a produção de um racismo de Estado, todas tecnologias de controle que se ocupam do gerenciamento dos indivíduos como população. Essas três ocasiões são vistas, portanto, no que apresentam em comum, como conjunto. Todas essas abordagens compartilham uma compreensão sobre a condição de seres humanos viventes, sobre fenômenos concernentes à certa biologia, como natalidade, mortalidade, saúde, longevidade, sobre os quais é possível obter um saber e exercer um poder.

Essa perspectiva de análise, da biopolítica, marca um novo momento do pensamento foucaultiano em que a ênfase das pesquisas se desloca desde a preocupação com o corpo individual: o século XVII traz a tona uma interpretação do corpo como dócil, objeto de manipulação, matéria plástica a ser moldável até o ponto de tornar-se útil às funções mais diversas, por meio de ações que visam atingir o indivíduo, capacita-lo, multiplicar suas forças em cada detalhe de suas ações. Essa “anatomia política” que Foucault por algum tempo se dedicou a compreender por meio de suas investigações sobre o hospital, a caserna, a escola, a oficina, compõe aquilo que o Autor denominou como “disciplinas”, conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2008, p. 118). No sistema disciplinar há um conjunto de técnicas que visam controlar as atividades do indivíduo em seu mais ínfimo instante.

⁸ A conferência é intitulada “O nascimento da medicina social” e se encontra no livro *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 2000).

De acordo com Foucault (2008), a disciplina é uma arte de distribuição espacial dos indivíduos em que cada um é inserido em um espaço individualizado para bem ter o comportamento vigiado, e assim conhecido, medido, classificado dentro de uma ordem de méritos e deméritos. Essa distribuição de acordo com as qualidades específicas de cada um, é o modo de não somente explorar, mas também potencializar a funcionalidade individual de uma maneira que, combinada com as qualidades dos demais, há o aproveitamento máximo com/na relação a/com todos. Trata-se de um processo de organização da multiplicidade pela especialização e enquadramento do heterogêneo, que prescinde da organização de um espaço serial e do posicionamento do indivíduo na série, estabelecendo uma rede de relações ao distribuí-los sempre uns em comparação aos outros. Esse poder ainda se propõe a melhorar os gestos, produzir seqüências e coordenações ótimas, por procedimentos que controlam o desenvolvimento de uma ação. Um controle permitido pela decomposição dos gestos e dos movimentos e sua interligação com a exigência de uma regularidade temporal: cálculo assim do tempo para classificar cada ínfima ação como eficiente, sendo fundamental o treinamento, o exercício, a maneira de alcançar a excelência dos movimentos, que se dão com ou sem a manipulação concomitante de objetos.

Para o exercício desse poder, o sistema disciplinar faz uso de uma vigilância constante e hierárquica. Cada indivíduo deve manter-se sob o olhar, não somente de um vigilante, mas de uma “perpétua pirâmide de olhares”, ao ser o ato da observação decomposto, especializado, igualmente assim tornado mais eficiente e funcional na mesma medida em que os gestos são também divididos, recortados, detalhados. Desse tipo de vigilância, o Panóptico é desenhado por Jeremy Bentham como modelo ideal a ser seguido: distribuição da arquitetura em “unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] Cada um em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia [...]. Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.” (FOUCAULT, 2008, p. 166). Esse modelo de vigilância que permite experimentar, analisar, individualizar, caracteriza-se como generalizável em seu funcionamento, não se identificando, portanto, com uma instituição ou aparelho, mas como um mecanismo elementar e facilmente transferível. Por ser polivalente, “cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.” (FOUCAULT, 2008, p. 170).

Um outro recurso para disciplinar os corpos, que parte do mesmo processo de vigilância, refere-se ao investimento em tornar determinadas condutas passíveis de punição,

fazendo-se de um modo muito sutil (pequenas humilhações, privações, castigos, indiferença). Tudo o que se desvia da regra, do que é estabelecido, transforma-se em objeto do sistema disciplinar que, pelo saber acumulado sobre o organismo, estabelece um modelo ideal adjetivado com *normal*. O investimento se dá na correção, realizada via intensificação do aprendizado e na correlativa gratificação dos comportamentos e desempenhos adequados – o que implica em permanente conhecimento para hierarquização dos indivíduos. Há, assim, um jogo de sanções e recompensas que se estabelece em torno da norma e que “obriga a homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.” (FOUCAULT, 2008, p. 154). Para que esse controle normatizante se concretize, há o registro contínuo dos dados individuais em sistemas cumulativos que permitem qualificar, classificar e punir cada um. O exame apresenta-se como mecanismo de produção permanente de saber, de objetivação por excelência, ao tomar o indivíduo em sua singularidade como objeto de descrição e análise.

Se a tecnologia de poder disciplinar caracteriza-se como uma *anátomo-política do corpo*, a biopolítica incide, por sua vez, sobre as populações. De acordo com Foucault (1999), porém, esta segunda tecnologia, que surgiu na metade do século XVIII, não exclui a primeira, mas a embute, a integra e a utiliza como pilar para o seu próprio exercício. A técnica disciplinar “abre caminho” para a biopolítica, “tecnologia que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida [...] Temos uma segunda configuração tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante.” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Cada uma dessas tecnologias, disciplinar e biopolítica, têm suportes e instrumentos específicos, e não se anulam, mas se complementam, pouco deixando escapar ao controle, na medida em que agem conjuntamente sobre o detalhe e o todo. O diagnóstico da conjunção entre disciplina e biopolítica é denominado por Foucault como *biopoder*.⁹

No ano de 1977, Foucault abre uma nova frente em seus estudos sobre o tema da biopolítica, e o faz de um modo que lhe é muito característico: explorando novas perspectivas, ampliando seu campo de análise. Ele dedica o curso de 1978 – *Segurança, território e*

⁹ Num empreendimento de diagnóstico do presente a partir do escritos foucaultianos, será feito uso nesse trabalho da expressão “biopolítica”, por entender, assim como Farhi Neto (2007), que na obra de Foucault “em um lugar, ‘biopoder’ significa mais do que ‘biopolítica’, em outro, significa o mesmo. Em um momento, ‘biopoder’ é o todo do qual ‘biopolítica’ é uma parte, em outro, os dois termos coincidem. [É possível] tomar a redução do significado de ‘biopoder’, que o torna um sinônimo de ‘biopolítica’, como sinal do ganho de importância da biopolítica, em relação à disciplina. [...] [Provável tentativa de Foucault de representar] uma redução de sua relevância [da disciplina] no biopoder contemporâneo.” (FARHI NETO, 2007, p.105).

população – ao estudo do “conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder.” (FOUCAULT, 2008a, p. 3). Se até então seus escritos sobre a biopolítica estiveram circunscritos às problemáticas da medicina, da sexualidade e do racismo, nesse curso a faceta que Foucault revela sobre o tema¹⁰ é a dos dispositivos de segurança, descrevendo o surgimento da noção de população (elemento central da biopolítica) ligada à tecnologia de “polícia” e ao nascimento da reflexão sobre a economia.

Para além da importância das tecnologias de segurança para compreensão do que é a biopolítica e da atualidade desses mecanismos de controle – que serão descritos mais adiante –, é essencial para a inteligibilidade dessa fase do pensamento foucaultiano, que se ocupa da emergência da *vida* como problema político-econômico, a presença em seus escritos do Estado e da economia, esta como saber central da política – ou ainda, a maneira como a prática governamental se configura frente às problemáticas que lhe são postas em uma conjuntura particular.

É nesse momento que seu método de diagnóstico sofre uma transposição, ou, como ele mesmo diz, há uma espécie de radicalização da sua maneira de captar a “inteligibilidade do real” (FOUCAULT, 2008b).¹¹ O que Foucault propõe é investigar o problema do Estado a partir de um método já utilizado em suas análises anteriores, que consiste em “destacar as relações de poder da instituição, a fim de analisá-las sob o prisma das tecnologias, destacá-las também da função, para retomá-las numa análise estratégica e destacá-las do privilégio do objeto, a fim de procurar ressitua-las do ponto de vista da constituição dos campos, domínios e objetos de saber.” (FOUCAULT, 2008a, p. 159). Essa opção teórico-metodológica foi a de apreender o saber-poder que transpassava as instituições por ele analisadas, procurando pensá-las em sua exterioridade e generalidade, as estratégias e táticas que elas compunham e pelas quais eram compostas; ou seja, suas *tecnologias de poder*, o modo como os discursos de verdade e as práticas se imbricavam. Nessa perspectiva, Foucault realiza seus estudos sobre o exercício do poder, compreendendo-o sempre como relacional e partindo de sua *microfísica*,

¹⁰ Farhi Neto (2007) aponta para a existência de cinco facetas, cinco formulações, cinco biopolíticas: poder medical, poder racial, dispositivo de sexualidade, dispositivo de segurança e governamentalidade econômica. De acordo com análise que faz do conceito no autor francês, Farhi Neto esclarece que “as cinco biopolíticas não são nomes diferentes para uma mesma coisa, cada uma refere a uma prática-discursiva peculiar; tampouco são como partes independentes de um todo, cada uma é em si mesma um todo completo.” (FARHI NETO, 2007, p. 134).

¹¹ Por “inteligibilidade do real”, ou em história, Foucault (2008a) entende “algo que poderíamos chamar de constituição ou composição dos efeitos.” (FOUCAULT, 2008a, p. 320).

¹² visando apreendê-lo em seu aspecto sutil/silencioso/estratégico. No momento em que se depara com a problemática da biopolítica, o autor pondera que a análise dos micropoderes deve ser tomada como um “ponto de vista [ou ainda uma grade de análise], um método de decifração que [no momento em que é inevitável se deparar com a questão do Estado, Foucault irá considerar] válido para a escala inteira, qualquer que seja a sua grandeza.” (FOUCAULT, 2008a, p. 258).

Foucault passa a adentrar então a questão, até esse momento merecedora de pouco destaque, do nascimento do Estado moderno, fazendo-o a partir da problemática da reflexão política como elemento que lhe foi constituinte, ao aplicar o método de análise dos micropoderes, e de seu caráter relacional, a “todo um pacote de textos, de projetos, de programas, de explicações [do pensamento econômico do século XVI ao XX.] [...] [Reconstituindo] o funcionamento do texto, em função não das regras de formação desses conceitos, mas dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere.” (FOUCAULT, 2008a, p. 48) – ou seja, ele busca apreender o projeto político-econômico que lhes perpassa. Essa opção metodológica permite fazer uma genealogia que não tem como premissa a estatização (“apreensão” pelo Estado) das disciplinas, ou ainda a passagem da estrutura de poder de uma instituição para outra – em que, nesse caso, o Estado seria uma instituição, localizada em outro nível e totalizadora. Parece-lhe possível, além disso, apreender as instabilidades e mobilidades das relações de poder e a permeabilidade do Estado a lutas e ataques diversos. O efeito político desse empreendimento é a adoção da perspectiva de que o poder não está no Estado, mas nas relações locais, sendo estas compreendidas como possibilidades de ação que teriam efeitos globais (FOUCAULT, 2008a).

A problematização do Estado moderno não significou portanto centralizar as discussões em torno dele, dando-lhe uma posição central na análise das relações de poder – o que estabeleceria novamente que o exercício do poder é unilateral e exercido “de cima para baixo” –, mas, sim, discorrer sobre como as “formas de poder foram progressivamente *governamentalizadas*, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado.” (FOUCAULT, 1995, p. 247 – grifo nosso). Com o termo *governamentalidade*, inaugurado na aula de 1º de fevereiro de 1978, Foucault denomina “as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público o que é privado, o que é estatal e o que não é estatal.”

¹² Opondo-se a teorias universais e globais, como a de existência de uma funcionalidade econômica do poder em que o Estado seria seu detentor, Foucault compreende aquele como relacional, não havendo alguém ou uma instituição que seria sua detentora, mas sim um exercício múltiplo de relações que são fluídas, estratégicas, móveis e não necessariamente determinadas pelo Estado ou ainda pela lei.

(FOUCAULT, 2008a, p. 145). Encontram-se ainda, nessa mesma aula, definições de *governamentalidade* que são complementares à já referida: 1. um conjunto de práticas governamentais que permitem o exercício de uma forma “de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 143); 2. uma tendência à predominância do “governo” como forma de poder e de saber; e 3. o resultado do processo de transformação do Estado de justiça em Estado administrativo.¹³

A emergência do conceito de “governamentalidade”, assim como também de “governo” e “artes de governar”, é uma resultante desse movimento de fazer a genealogia do Estado moderno. Esses novos conceitos e problemáticas, utilizados daí por diante por Foucault como ferramentas para apreender o delineamento da realidade, assim como para a própria construção de seu pensamento, são essenciais para a compreensão dessa tecnologia de poder com que o Autor se depara e que sintetiza diversos elementos de sua obra, a biopolítica.

¹⁴ O surgimento do Estado como campo de análise foi uma necessidade imposta por seu objeto de estudo, pois os problemas referentes à população estarão fundamentalmente, ao menos até o século vinte, centralizados ao nível do aparelho estatal. O Estado, para Foucault, é vetor da problematização sobre o *governo*, ou ainda do desenvolvimento de uma tecnologia geral de *governo dos homens*, como delineamento de um modo de conduzir a si mesmo e os outros; nele se estabelece um “jogo” sobre a maneira de governar/conduzir e de ser governado/conduzido.¹⁵

É por esse motivo que Foucault dedica seis das treze aulas do curso de 1978 à reconstituição de alguns elementos históricos da noção de *governo* – sugere inclusive que o título talvez mais adequado para aquele curso fosse *Segurança, população e governo*, devido a essa longa incursão que se faz necessária sobre o tema, além de sua evidente importância.

¹³ Senellart (2008) identifica que o conceito de governamentalidade, na obra de Foucault, “desliza progressivamente de um sentido preciso, historicamente determinado, para um significado mais geral e abstrato. [...] [A partir de 1979, governamentalidade passa a ser definida por Foucault como] ‘o campo estratégico de relações de poder, no que elas têm de móvel, de transformável, de reversível.’” (SENELLART, 2008, p. 531-3).

¹⁴ Farhi Neto (2007) aponta que “a noção de governamentalidade provoca um deslocamento, uma retração, da noção de biopolítica. Pode-se dizer que até a quarta lição do curso de 1978, a biopolítica, como dispositivo de segurança, foi apresentada na sua máxima compleição; ela designava, de forma abrangente, a relação de poder entre Estado e população, o governo da população pelo Estado, os dispositivos postos em prática para o governo da população pelo Estado. Com a introdução da noção de governamentalidade, a biopolítica passa a designar um domínio mais restrito [...]: ao quadro das relações entre medicina e política” (FARHI NETO, 2007, p. 111). Todavia, de acordo com o mesmo autor, a racionalização das práticas do poder medical é apenas um dos domínios da prática e da reflexão governamental, sendo que na obra foucaultiana, “num sentido amplo, a biopolítica é a governamentalidade da população, desde que a prática refletida do governo se faça a partir dos fenômenos próprios à população.” (FARHI NETO, 2007, p. 112).

¹⁵ Como explica Senellart, “o deslizamento do ‘poder’ ao ‘governo’ que se efetua no curso de 1978, não resulta do questionamento do marco metodológico, mas de sua extensão a um novo objeto, o Estado, que não tinha seu lugar na análise das disciplinas.” (SENELLART, 2008, p. 521-2).

Para tal intento utiliza como fontes os escritos sobre o poder pastoral – tecnologia de poder de origem hebraica que tem por objeto a busca, de modo contínuo e permanente, de uma conduta retilínea dos homens –, partindo da organização desse poder no Oriente pré-cristão e cristão, passando pela análise da institucionalização do pastorado pela Igreja cristã e suas especificidades, bem como pela constatação da raridade da metáfora do pastor na literatura política clássica, até chegar enfim na transformação da pastoral das almas ao governo político dos homens – ou ainda na entrada dessa forma de poder (o governo) no exercício da soberania. Com a realização dessa trajetória, Foucault apresenta o poder pastoral, sobretudo nas mutações específicas que ele sofre com o cristianismo, como chave de leitura para a questão do governo e para a compreensão da centralidade que a *vida* adquire em meados do século XVIII, pois é com a tecnologia (o governo político dos homens) que deriva da pastoral das almas e a transforma em uma prática política calculada e refletida, que uma racionalidade governamental nos moldes da biopolítica foi tornada possível. Isso porque, em sua nova forma, o poder pastoral, visa não mais “dirigir o povo para a sua salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E, neste contexto, a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes.” (FOUCAULT, 1995, p. 238). Nesse novo momento, o poder pastoral mantém a perspectiva de conduzir a totalidade e cada indivíduo em particular durante toda a sua vida, e de exercer o conhecimento sobre as mentes, sobre seus segredos das pessoas,¹⁶ mas o faz de uma maneira distinta, especificamente pela multiplicação dos objetivos e agentes do poder: a medicina, a escola, a polícia, entre outras instituições públicas.

A noção de governo, ou dito de outro modo, a maneira como se estrutura “o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), é o ponto de partida comum para a compreensão do delineamento dessa racionalidade política que ainda vivemos, a qual se ocupa de conduzir as condutas por via de inúmeras práticas de subjetivação que são provenientes e ao mesmo tempo constituintes dessa mesma e específica racionalidade. Nela, a população emerge como objeto, e igualmente como sujeito – “a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência e autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235) – em relação ao gerenciamento de sua condição biológica. Essa sujeição, porém, não é total, pois “a ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os

¹⁶ Esse mecanismo de consciência e autoconhecimento, “categoriza o indivíduo, marca-o em sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades.” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Estabelece-se um jogo interessante dentro da própria biopolítica, pois a população “aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. Ela aparece como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer.” (FOUCAULT, 2008a, p. 140). Essas relações de poder terão, portanto, uma configuração muito sutil, fluida, móvel, estratégica, sempre cambiante e dependente da maneira como cada indivíduo conduz a si mesmo frente à maneira como é conduzido.

O *dispositivo* joga um importante papel nessa configuração. Da maneira como é empregado por Foucault, *dispositivo* envolve essa complexidade que enreda a questão do governo, sendo caracterizado como o encontro das técnicas de dominação e do eu. Trata-se de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópica. Em suma: o dito e o não-dito (...). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Sendo a *rede* que pode se estabelecer no englobamento não apenas do dito, mas também do não-dito, o dispositivo é o encontro estabelecido pelo sujeito entre os discursos e as práticas, já que é este que constitui a rede. Nesse sentido, é importante descrever esses discursos e essas práticas, suas estratégias e táticas, a partir dos objetos de análise utilizados por Foucault e os meios que esses objetos se configuram como tecnologias de um poder exercido pelo Estado, que é tanto individualizante quanto totalizador (FOUCAULT, 1995), e que se exerce sobre o corpo e sobre a vida.

Na tentativa de conformar uma teia, com as facetas da biopolítica apresentadas por Foucault, será apresentado aqui o modo como se dá a produção de um saber-poder sobre a população, tomando como referência aquilo que o autor nomeou como “moldura” da biopolítica, o liberalismo e o neoliberalismo,¹⁷ a análise de suas particularidades, estratégias, objetivos e princípios, buscando delinear conjuntamente aspectos do racismo de Estado, dos dispositivos de sexualidade, do poder medical e dos mecanismos de segurança, procurando oferecer um contorno mais nítido do diagnóstico foucaultiano do tempo presente, mantendo sua metodologia de não tracejar uma causa e seu efeito, mas sim a complexidade das relações.

¹⁷ Assim diz Foucault (NBP), “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica.” (FOUCAULT, 2008b, p. 30).

1.2 O DIAGNÓSTICO DO PRESENTE FOUCAULTIANO

Tomando como mote de análise a “moldura” em que se dá o nascedouro da biopolítica, Foucault (2008a) vai buscar na crítica destinada à razão de Estado – “arte de governar”¹⁸ vigente do século XVI até o limiar do século XVIII – o marco inicial da prática de reflexão política, a problematização sobre aquilo que deve ou não ser estatal, o que é público e o que é privado, enfim o que deve ser governamentalizado, deixado aos auspícios do Estado, que vai então ganhando contornos, tomando a forma de um conceito. Esse empreendimento foucaultiano é movido pelo interesse em compreender e apontar para o momento em que a modernidade irá, pela primeira vez, e em meio às contraposições quanto à arte de governar que vigorava e a conseqüente configuração da forma de governamentalidade liberal, se deparar com a emergência da população como questão política, como objeto de investimento frente a sua apreensão como *espécie* – produção de um saber que está no cerne das relações de poder que irão se estabelecer a partir (e reforçando) essa compreensão.

O liberalismo é assim a resultante de uma reflexão econômica sobre a razão de Estado,¹⁹ não uma pura abstração de teóricos que idiossincraticamente a formulam. Sua ascendência como racionalidade econômica no início do século XVIII se legitima pela oposição à arte de governar que lhe era antecedente – movimento esse de negação que não é exatamente uma novidade, pois as mudanças que decorreram ao longo da história são frutos desse processo, mas que se diferencia pelo fato de ter em vista um benefício devidamente calculado para o então insipiente Estado moderno, a partir do aprimoramento do modo como era gerido. É preciso pontuar que essa perspectiva de “reflexão” é decorrente de uma conjuntura em que as ações racionais, arquitetadas, estão colocadas no horizonte de possibilidades. Esse é um modo de pensar e agir que se fortalece com a razão de Estado, por esta ter colocado como finalidade o enriquecimento do Estado – materialização do poder do soberano –, a partir da majoração de suas forças. A razão de Estado se caracteriza por abandonar qualquer outra diretriz de governo, de Deus, do pai de família, do pastor, que não tenha como fim o governo do Estado a partir de uma racionalidade que seja inerente ao seu funcionamento, remetente a sua prosperidade a partir da distribuição de suas forças e de suas

¹⁸ Trata-se de período intermediário entre a hegemonia do pensamento em favor da manutenção do principado e de ascendência de uma política de “governamentalidade”. Nesse momento intermediário é que então emerge a problemática do “governo” em diferentes âmbitos, dentre eles a política (FOUCAULT, 2008a).

¹⁹ Como explica Foucault (2006), “atualmente, a expressão ‘razão de Estado’ evoca bem mais, como sabem, o arbítrio e a violência. Porém, na época, ela era entendida como uma racionalidade própria à arte de governar os Estados.” (FOUCAULT, 2006, p. 305).

técnicas internas.²⁰ Encontra-se aí uma teorização e aplicação prática que prescindirá da desvinculação de um pensamento cosmoteológico que objetivava a construção de um Império, fosse ele terreno ou divino. O Estado é compreendido como situado entre outros, em um campo relacional de forças, não sendo por isso o Império considerado como algo possível,²¹ mas devendo primar para estar em condições de concorrência com os demais Estados. A reflexão, portanto, para o aperfeiçoamento das formulações elaboradas e aplicadas pela arte de governar característica da razão de Estado, é que vai desembocar na formulação do liberalismo, sendo o empreendimento desse movimento de crítica tornado possível pelas condições objetivas e subjetivas instauradas pelo investimento racional de majoração do Estado inaugurado já no século XVI.

Cabe assim descrever sinteticamente, e segundo Foucault, os dois principais constructos teóricos que deram subsídios a essa reflexão política datada do início do século XVIII, e que foram marcantes para a emergência da noção de população e seu gerenciamento, a *estatística* e a *economia política*. Elas são produtoras e produtos das tecnologias da razão de Estado vigente para promover sua potencialização e colocar-se em equilíbrio com os demais Estados, sob os auspícios de duas estratégias: a tecnologia diplomático-militar e a polícia – colocando-se a forma/prática mercantilista de governo²² como eixo de ligação entre elas.

A tecnologia diplomático-militar serviu para constituir e manter o equilíbrio europeu, a balança da Europa,²³ ou seja, promover a “limitação absoluta da força dos mais fortes, equalização dos mais fortes, possibilidade de combinação dos mais fracos contra os mais fortes.” (FOUCAULT, 2008a, p. 402), restringindo potencialmente a sobreposição de um Estado sobre outro e ao mesmo tempo mantendo cada um sob um risco contínuo de dominação. Para tanto se fez uso de três instrumentos: a guerra, mas no geral apenas a sua possibilidade iminente; a diplomacia, dispositivo de relação entre os Estados; e o estabelecimento de um dispositivo militar permanente, basicamente a profissionalização do

²⁰ Ainda que deva respeitar algumas regras que lhe são exteriores (divinas, morais, naturais), sua gestão não é calcada nelas, que cumprem apenas o papel de ser um impeditivo a essa nova diretriz de governo.

²¹ Em que pese os investimentos no século XIX de Napoleão Bonaparte nesse sentido, e os de Adolf Hitler no século XX.

²² “O mercantilismo não é uma doutrina econômica, é muito mais, é algo bem diferente de uma doutrina econômica. É certa organização da produção e dos circuitos comerciais de acordo com o princípio de que, primeiro, o Estado deve se enriquecer, pela acumulação monetária; segundo, deve se fortalecer pelo crescimento da população; terceiro, deve estar e se manter num estado de concorrência permanente com as potências estrangeiras.” (FOUCAULT, 2008b, p. 8). É enfim “uma nova maneira de colocar os problemas do governo.” (FOUCAULT, 2008a, p. 89).

²³ Exemplo paradigmático desse empreendimento é o Tratado de Versteffália, “um tratado multilateral em que não se liquida um litígio entre várias pessoas, mas em que a totalidade dos Estados, com exceção da Inglaterra, que constituem esse novo conjunto que é a Europa, vai resolver seus problemas, vai resolver seu conflito” (FOUCAULT, 2008a, p. 405).

homem de guerra, a aquisição e manutenção de equipamentos e o desenvolvimento de uma reflexão tática.²⁴ Cada Estado devia, portanto, tentar inverter a relação de força em seu favor, constituindo e mantendo um grande poderio militar, e ao mesmo tempo evitando o desequilíbrio e a guerra por meio de negociações, mas também da busca constante de informações sobre o desenvolvimento dessa tecnologia – assim como da tecnologia de polícia – entre os demais.

Ao contrário da tecnologia diplomático-militar, que era limitada em sua ação de fortalecimento do Estado, devido ao risco que seu desenvolvimento excessivo representava e em respeito ao princípio de equilíbrio com os demais, a polícia por sua vez, foi uma técnica de governo que se ocupou de fazer um bom uso das forças do Estado e manter a ordem interna, não lhe sendo colocados impeditivos que seriam oriundos da lógica da concorrência. Seu objetivo teria sido o de majorar as forças do Estado, utilizando como instrumento a regulamentação²⁵ do mercado e da cidade, visando promover a ordenação do espaço e a circulação de mercadorias e pessoas.²⁶ De modo geral a polícia se ocupa

da compra, da venda, da troca. É a regulamentação da maneira como se pode e se deve pôr as coisas à venda, a que preço, como e em que momento. É também a regulamentação dos produtos fabricados, é regulamentação das artes mecânicas e, de um modo geral, dos artesanatos. Numa palavra, é todo esse problema da troca, da circulação, da fabricação e do pôr em circulação as mercadorias. Coexistência dos homens, circulação das mercadorias: seria necessário complementar dizendo também circulação dos homens e das mercadorias uns em relação aos outros. (FOUCAULT, 2008a, p. 451).

A polícia foi uma necessidade urbana e mercantil. Sua ação ao nível do detalhe, não passando por um aparelho jurídico para se aplicar, visava regulamentar as atividades do indivíduo em seu mais tênue grão, de modo a torná-las úteis para o Estado. Um de seus objetivos essenciais foi zelar para que cada pessoa tivesse um ofício dentre aqueles que o Estado necessita, mas também que fossem atendidos os princípios individuais de subsistência e saúde, num empreendimento a administrar do modo mais eficiente possível os indivíduos em sua multiplicidade. Identifica-se assim uma “espécie de grande sonho disciplinar que se

²⁴ Sobre esse assunto consultar a obra *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2008).

²⁵ Referindo-se ao Estado de polícia Foucault afirma: “Estamos num mundo do regulamento indefinido, do regulamento permanente, do regulamento perpetuamente renovado, do regulamento cada vez mais detalhado, mas estamos sempre no regulamento, estamos sempre nessa espécie de forma, apensar dos pesares jurídica, se não judiciária que é a da lei ou, pelo menos, da lei em seu funcionamento móvel, permanente e detalhado, que é o regulamento.” (FOUCAULT, 2008a, p. 458).

²⁶ Exemplos de algumas das medidas de regulamentação do mercado são encontrados na descrição feita por Foucault da polícia dos cereais, presente na aula de 18 de janeiro e 05 de abril de 1978. Quanto às medidas de regulamentação da cidade, Foucault aborda o tema na aula de 11 de janeiro de 1978 (FOUCAULT, 2008a).

encontra por trás da polícia” (FOUCAULT, 2008a, p. 459), pois essa tem como objetivo agir sobre cada indivíduo, de modo exaustivo, e no nível do detalhe, visando uma individualização das multiplicidades existentes, adequando-as aos objetivos almejados. O Estado de polícia é o mundo da disciplina generalizada. Data desse momento, o surgimento da tecnologia de *anátomo-políticas do corpo humano*, que, como já descrito, se ocupou de gerir o corpo individual.

Para que o Estado se organizasse dessa maneira, como um Estado de polícia, ou seja, em torno de uma racionalidade que fosse inerente ao seu funcionamento, remetendo a sua prosperidade a partir da distribuição de suas forças e de suas técnicas próprias, foi necessária a decifração dessas forças que lhe eram constitutivas, de um conhecimento/saber sobre ele, uma ciência de Estado.²⁷ Tal intento somente foi possível com o desenvolvimento da *estatística*, ciência nascente nesse período, ainda muito utilizada contemporaneamente, com finalidade de avaliação de acontecimentos e fatos sociais e cálculo de probabilidades, previsões. Ela propiciou um conhecimento sobre o Estado e os que lhe eram concorrentes, sendo o ponto de articulação entre a tecnologia diplomático-militar e a polícia, pois ambas necessitavam desse tipo de conhecimento para que pudessem se desenvolver. A estatística é o efeito e o que propiciou os subsídios para que a polícia surgisse enquanto tal, pois “a polícia, como arte de desenvolver as forças, supõe que cada Estado identifique exatamente quais são as suas possibilidades, as suas virtualidades. A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia.” (FOUCAULT, 2008a, p. 424).

É o desenvolvimento da técnica estatística que evidencia a importância da *população* como elemento fundamental do enriquecimento do Estado, devendo a polícia, pelo uso de mecanismos disciplinares, proporcionar a multiplicação dessa grande quantidade de pessoas que coexistem, e controlar o que ela faz e como vive para que sirva como força produtiva. Regulamentando, entre outros, as migrações, a natalidade, as epidemias, a educação, a escolha dos ofícios, a distribuição dos espaços na cidade, a produção de artesanato e os meios para isso, propiciava um maior acúmulo de riquezas, devido a promoção e administração de homens ativos e produtivos que se teria à disposição ao preço de um baixo salário. A população é nesse momento uma coleção de súditos, que como tal estão submissos à vontade do soberano e que têm importância enquanto são rentáveis.

²⁷ Sob o nome de *Ciência do Estado* pode-se agrupar duas coisas: “por um lado, um conhecimento que tem por objeto o Estado; não somente os recursos naturais de uma sociedade, nem o estado de sua população, mas também o funcionamento geral de seu aparelho político. (...) por outro lado, a expressão significa também o conjunto dos procedimentos pelos quais o Estado extraiu e acumulou conhecimentos para melhor assegurar seu funcionamento.” (FOUCAULT, 2000 p. 81).

Nessa política mercantilista, a população é apenas um objeto da prática governamental, não tendo adido ainda o caráter de “sujeito”, como em momento posterior. A

razão de Estado definiu de fato uma arte de governar em que a referência a população estava implícita, mas, precisamente, ainda não havia entrado no prisma reflexivo. O que vai acontecer, do início do século XVII a meados do século XVIII, vai ser uma série de transformações graças às quais e através das quais essa espécie de elemento central em toda a vida política, em toda a reflexão política, e toda ciência política a partir do século XVIII, essa noção de população vai ser elaborada (FOUCAULT, 2008a, p. 370).

Por “prisma reflexivo” Foucault se refere ao aparecimento de uma análise sobre a prática da razão governamental em si mesma sendo, como já dito, a conjuntura própria da razão de Estado que permite a inauguração desse processo de reflexividade sobre a arte de governar, devido ao investimento no conhecimento dos meios para potencializar as forças do Estado. A polícia nesse sentido, foi o elemento chave da entrada do Estado numa prática refletida e conseqüentemente da descoberta da insuficiência do artificialismo da governamentalidade vigente.²⁸ Essa reflexão sobre a razão de Estado, que, como se verá, lhe acrescenta um diferente conteúdo sem modificar seus propósitos, vai dando contorno ao liberalismo, nova forma de racionalidade, o que resulta em mutações na tecnologia de poder e em uma formulação teórica nomeada como *economia política*.

Se a polícia tivera até então objetivos ilimitados, quase infinitos, devendo regulamentar todos os âmbitos possíveis, todo e qualquer detalhe, a fim de promover a força do Estado, a economia política por sua vez é uma reflexão sobre o modo como se organiza a racionalidade governamental, sendo uma forma de sua autolimitação.²⁹ Impondo limites à lógica interna da razão de Estado, a economia política se diferencia da teologia e do direito que impunha limites a partir de princípios que eram externos ao Estado, como a exigência de que se respeitassem os direitos de natureza prescritos por Deus, ou outro tipo de direito de origem remota ou ainda estabelecido a partir do contrato com o soberano.³⁰ Seu ineditismo

²⁸ Na aula de 18 de janeiro de 1978, Foucault apresenta como a problematização sobre a escassez alimentar permite o questionamento sobre a efetividade dessa política de regulamentações diversas – entre outras, sobre a estocagem, o preço dos cereais, o cultivo – centradas no acontecimento eventual de escassez. Esse acontecimento eventual que as regulamentações tinham como alvo de prevenção, a se evitar a todo o custo, era da escassez-flagelo, ou seja, fonte da revolta proveniente da disparada dos preços na cidade (FOUCAULT, 2008a).

²⁹ É um conhecimento externo a “arte de governar”, formulado pela mudança de ênfase na análise das riquezas para o reconhecimento da importância do sujeito-objeto da população. Apesar de referente a questões que são próprias ao governo, é uma ciência que lhe é exterior, mas considerada como imprescindível a prática governamental (FOUCAULT, 2008a).

³⁰ Apesar de, posteriormente, a jurisdição se tornar um mecanismo privilegiado de controle, mas também de reivindicação da população, tomada então como “sociedade civil”.

está na crítica que permitia exercer sobre o governo a respeito da adequação ou não de suas ações aos objetivos a que se propõe, no caso, o enriquecimento do Estado.

Ao problematizar os efeitos positivos e negativos da prática governamental, a economia política reivindica a formulação de um conhecimento científico sobre os procedimentos próprios dessa racionalidade mercantil. Esse conhecimento se diferenciava dos cálculos de força e diplomáticos, por ser calcado na apreensão da evidência, ou seja, da “existência de fenômenos, de processos e de regularidades que se produzem necessariamente em função de mecanismos inteligíveis” (FOUCAULT, 2008b, p. 21) que não podem ser evitados e suspensos total e definitivamente.³¹ A evidência é uma regra a ser respeitada pela racionalidade governamental, pois oferecerá os subsídios para sua ação. O princípio essencial que norteará o governo, desvelado por esse conhecimento científico, é o da existência de uma *naturalidade* própria dos objetos da ação governamental e de sua prática que deve ser explorada no exercício da governamentalidade. Uma naturalidade das coisas mesmas que precisa ser compreendida e fazer parte da ação governamental, ser sua correlata.

Com a descoberta dessa naturalidade, da existência de “um traçado relativamente uniforme em função de princípios que são sempre válidos em todas as circunstâncias” (FOUCAULT, 2008b, p. 15), vai se impor uma limitação geral à prática de governo. Trata-se de um limite geral e interno à razão de Estado que se coloca em termos de adequação ou inadequação. Sucesso ou fracasso que será, nos termos desse pensamento, consequência do conhecimento ou desconhecimento da naturalidade dos objetos, das operações e de seus efeitos – enfim, desse limite que a nova *ratio* se esmera em mais bem conhecer e que emerge como ícone de *verdade*. Trata-se de um momento que “é marcado pela articulação, numa série de práticas, de um certo tipo de discurso [sobre a naturalidade dos objetos, da prática governamental e seus efeitos] que, de um lado, o constitui como um conjunto ligado por um vínculo inteligível e, de outro lado, legisla e pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro e falso.” (FOUCAULT, 2008b, p. 25). Julgamento, ou ainda delineamento desse regime de verdade, que se dará a partir da reflexão sobre a evidência de dois fenômenos: a regulação natural/espontânea dos preços no mercado – novo local de verificação –,³² mas também da evidência da naturalidade da população, da sua existência como *espécie*, como um

³¹ “Assim, por exemplo, é uma lei de natureza, explicarão os economistas, a de que a população, por exemplo, se desloca para os salários mais elevados; é uma lei de natureza a de que uma tarifa aduaneira protetora dos altos preços dos meios de subsistência acarreta fatalmente algo como a escassez alimentar.” (FOUCAULT, 2008b, p. 22).

³² De acordo com Foucault, “na medida em que através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc –, ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental.” (FOUCAULT, 2008a, p. 45).

conjunto de fenômenos naturais e espontâneos. A regulamentação pautada em um cálculo abstrato visando a majoração das forças do Estado perderá gradativamente importância frente a esse novo princípio de racionalidade, a regulação.

Essa lógica da regulação e da emergência da evidência da naturalidade do mercado e da população é exemplificada por Foucault a partir do fenômeno da escassez alimentar e da prática da inoculação. Em oposição aos mercantilistas, que consideravam o problema da escassez alimentar como flagelo,³³ os fisiocratas e teóricos da economia do século XVIII a compreendem como um fenômeno natural, que não deve ser adjetivado como bom ou mau, mas pensado a partir da própria “história do cereal”. Esta exigiria que se ampliasse a análise para além dos limites do mercado – ou seja, do preço de venda do produto em função da oferta e da procura –, alcançando a produção do cereal e seu custo, e tudo que pode acontecer a ele devido às variações do meio natural. O que se propõe é um trabalho no próprio elemento da realidade, em suas oscilações naturais, como a alta do preço, não agindo de modo a impedi-la a toda medida, por meio de variadas regulamentações, mas, ao invés disso, propiciar que um equilíbrio, uma estabilização do preço acontecesse “espontaneamente”, a partir da supressão de medidas restritivas com relação à estocagem do cereal e sua exportação. A “permissão” do aumento dos preços, mesmo em períodos de abundância do cereal, acarretava a estabilização desses preços pois, como efeito natural de uma boa remuneração dos produtores, há a extensão do cultivo, menor probabilidade de escassez alimentar, e pela provável ainda maior abundância de cereal, também seria menor a probabilidade de elevação de seus preços. Esta alta produziria naturalmente a sua baixa. Realidade que se torna possível porque o comércio adquire liberdade – tanto dentro de um país, como na relação com os demais – e o mercado assume uma escala mundial. Assim, se há a escassez e elevação do preço do cereal, ela logo é suprimida pela injeção de cereais feitas pelos países que possuem em grande quantidade e que buscam um melhor preço. Essa liberdade do comércio, incentivada pelos fisiocratas, permite a estabilidade dos preços do cereal, mas não o fim da escassez. A escassez será entendida como parte do processo de regulação, ao invés de como flagelo; e não se terá em vista regulamentar o mercado, mas deixar que ele regule, por meio de sua lógica (verdade), a prática governamental.

Outro fenômeno que bem exemplifica esse processo de regulação é a prática de inoculação, que precedeu a de vacinação. Ela foi uma medida tomada a partir do século XVIII

³³ “O flagelo, a escassez alimentar, tal como se concebia até então, era um fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo: as pessoas passavam fome, populações inteiras passavam fome, a nação passava fome, é era preciso isso, essa espécie de solidariedade imediata, de grande abrangência do acontecimento que constituía seu caráter de flagelo.” (FOUCAULT, 2008a, p. 54).

para regular a varíola, doença endêmica, mas com correntes e intensos surtos epidêmicos, que acometia grande quantidade de pessoas, sobretudo crianças, causando-lhes a morte. Esta foi uma técnica que se mostrou eficaz para diminuição dos índices de mortalidade. Preventiva e generalizável à população inteira, a inoculação foi revolucionária para a medicina, ainda que baseada em procedimentos práticos e não em uma teoria. Assim como no caso da escassez do cereal, a prática de inoculação procurava se apoiar no que se entendia ser a natureza do fenômeno, para fazer com que as variáveis que lhe atingiam (a doença e sua incidência de modo variado de acordo com idade, seqüelas, probabilidade de morte, entre outras) provocassem a anulação da varíola. Para tanto, provocava-se nos indivíduos a varíola por meio de sua inoculação em uma versão mais branda e que não deveria ocasional a morte, fazendo que se prevenisse o indivíduo de futuros ataques da doença. O conhecimento produzido pela vigilância das pessoas inoculadas, pela análise do custo-benefício dessa prática – quantidade e risco de morte –, permitiu apreender as eventualidades da doença, da contaminação e de sua prevenção. O que se identifica é que não há uma resposta comum à inoculação, assim como a suscetibilidade à doença também se mostra diferenciada, ficando o perigo de contágio variável e de acordo com a situação a que o indivíduo é exposto ou ainda a sua faixa etária, por exemplo. Enfim, há uma multiplicidade de fatores, mas concomitantemente há, mesmo dentro da eventualidade, uma categoria geral da doença, um conjunto de eventos que, pensados como tal, permitem ver algo que é comum, contínuo. Longe de tentar anular a doença em cada indivíduo, ou isola-los dos demais, a prática de inoculação propicia a regulação do fenômeno com uma intervenção que abrange o problema em sua generalidade, ou seja, ela não se ocupa de prevenir a morte de alguns indivíduos que, inclusive, não sobreviverão a essa prática, mas sim de, no geral, diminuir sua incidência.

É nesse quadro de reflexividade, de passagem de uma razão de Estado para uma racionalidade liberal, ou ainda de uma tecnologia de regulamentação para de regulação, que a população surge sob um olhar que a naturaliza e a apreende como “objeto técnico-político de uma gestão e de um governo.” (FOUCAULT, 2008a, p. 92). A técnica da estatística permite identifica-la como possuindo uma naturalidade que é específica das relações dos homens entre si, de sua coabitação, mas também de sua condição biológica com suas próprias leis, sendo a população compreendida como um conjunto de fenômenos naturais que devem ser regulados. Foucault identifica três maneiras como essa naturalidade da população é formulada, tendo em vista a produção de formas de gerenciamento dessa naturalidade: (1) naturalidade pela regularidade de fenômenos que a compõem; (2) naturalidade dependente de variáveis do

meio; (3) naturalidade no desejo como “motor de ação” sob o qual todos vão agir.

1.3 NATURALIDADE DA POPULAÇÃO COMO REGULARIDADE E MULTIPLICIDADE

A naturalidade da população emerge na evidência de que a multiplicidade de indivíduos tem como elemento comum fenômenos naturais, biológicos, concernentes à vida, à de indivíduos que co-existem: natalidade, mortalidade, estado de saúde, incidência de doença, degenerância, longevidade, forma de alimentação. Trata-se de

um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas. A dimensão pela qual a população se insere entre outros seres vivos é a que vai aparecer e será sancionada quando, pela primeira vez, se deixará de chamar os homens de ‘gênero humano’ e começará a chamá-los de ‘espécie humana’. A partir do momento que o gênero humano aparece como espécie, no campo de determinação de todas as espécies vivas, pode-se então dizer que o homem aparecerá em sua inserção biológica primeira (FOUCAULT, 2008a, p. 98).

Essa população, essa massa viva, é apreendida por fenômenos que evidenciam sua naturalidade, que a caracterizam como espécie. Com esse acontecimento, de irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política, formularam-se novos saberes que deram forma às tecnologias de poder de que se prescindiu para gerir a população, em que seus fenômenos naturais acontecem, sejam eles desejáveis ou não. Trata-se do nascimento da biopolítica, momento em que a população se torna alvo, emerge como elemento essencial para a política. É dessa maneira que,

da idéia de que o Estado possui sua natureza e sua finalidade própria à idéia do homem concebido como indivíduo vivo ou elemento de uma população em relação com um meio, podemos acompanhar a intervenção crescente do Estado na vida dos indivíduos, a importância crescente dos problemas da vida para o poder político e o desenvolvimento de campos possíveis para as ciências sociais e humanas, uma vez que elas consideram esses problemas do comportamento individual no interior da população e as relações entre uma população viva e seu meio. (FOUCAULT, 2006, p. 316).

Como dito por Foucault (2006), as ciências humanas e sociais são resultantes da tematização do homem. Na formulação de novos saberes a respeito desse homem “vivo” e da constituição de relações de poder em torno dele, encontra-se a pedagogia moderna, a psicologia, a geografia, a sociologia, assim como também a medicina, a demografia, a arquitetura, a psiquiatria, a biologia etc. Todas essas ciências são produto e produtoras de um

regime de verdade a respeito da população que é fundamentado e reforça esse princípio de naturalidade, transformando e dando origem a novos discursos e práticas quanto ao sexo, a raça, a saúde, a organização dos espaços, a segurança – todos exemplares sobre o modo como a biopolítica opera sobre a vida da população, não sendo sem motivo que essas *tecnologias políticas* tiveram sua gênese no século XVIII, e a partir daí, atravessaram o tempo e chegaram a contemporaneidade, depois de passarem por diversas mudanças e inovações de suas estratégias e técnicas, mas que continuam a ter como marco inicial e final a população, sua vida (FOUCAULT, 1988, 1999, 2000, 2008a, 2008b).

Ciência paradigmática quanto à produção de conhecimento e tratamento da população como naturalidade é a medicina. O acompanhamento do processo de nascimento da medicina social, frente a necessidade eminente de elevar o nível de saúde da população – visando num primeiro momento não o desenvolvimento da força de trabalho, mas estatal –, deixa ver como a população delineou-se em alvo de observações e de controle biopolítico. A data e local apontado por Foucault para o início da conformação da medicina como tal – antes altamente individualista, que ganhava respaldo por curas espetaculares e pontuais e que obtinha qualificação a partir da transmissão de receitas mais ou menos secretas –, fora o limiar do século XVIII, no então insipiente Estado alemão. Foi nele, devido a condições objetivas muito particulares,³⁴ que se inaugurou uma medicina de Estado – parte constituinte da medicina social –, a partir do desenvolvimento de uma “polícia médica”, a qual englobava um sistema complexo de observação e desenvolvimento de medidas de diminuição da morbidade e natalidade; normalização da prática e do saber médico, a partir de uma padronização de seus conhecimentos e modo de formação que deveria se dar pela clínica; subordinação da prática médica a um poder administrativo superior por via do acúmulo, em departamentos específicos, das informações que os médicos transmitem, os tratamentos dispensados; o aparecimento do médico como administrador da saúde, como alguém a deter responsabilidade/poder sobre uma região, sendo integrado assim a uma organização médica estatal (FOUCAULT, 2000). Nesse processo, fucral importância teve o abandono da concepção do hospital como instituição assistencialista, passando ele a assumir a função de lugar da cura, de instrumento terapêutico. Essa função somente ganhou materialidade após o

³⁴ O desenvolvimento originalmente na Alemanha de uma medicina de Estado é decorrente de sua configuração como justaposição de pequenas unidades, de pseudo-estados que devido a “seus perpétuos conflitos e seus afrontamentos, a balança de forças sempre desequilibradas e mutantes, fizeram como que eles sempre estivessem obrigados a se medir uns aos outros, se comparar, imitar seus métodos e tentar mudar as relações de força.” (FOUCAULT, 2000, p. 81). Junte-se a isso ainda a estagnação da economia da Alemanha no século XVII, que acabou impulsionando o desenvolvimento de uma organização do Estado em sua forma moderna, ou seja, norteado por uma ciência de Estado que objetivava a majoração de suas forças, por via do aperfeiçoamento de suas técnicas e procedimentos internos.

hospital ter se transformado em local de inquérito, de aplicação de uma tecnologia disciplinar e de produção de conhecimento sobre o indivíduo e sobre os fenômenos patológicos comuns a toda a população, uma vez que as doenças, assim como as intervenções e seus efeitos, podem nesse espaço ser medidos, controlados, mantidos sob permanente vigilância, transformados em objeto de estatística e cálculo. É pela necessidade de ordenar esse ambiente, muito freqüentado até então por delinqüentes, e pelo interesse militar na eficiência no processo de cura, devido ao investimento realizado pelo treinamento dispensado a cada indivíduo, que a estrutura hospitalar de enclausuramento é lapidada, reorganizada, de modo a que esse espaço se conforme como complexo aparato de controle da população e de produção e legitimação do saber-poder médico, seja pelo conhecimento testado e adquirido, ou pelo aspecto ritual que suas práticas adquirem (FOUCAULT, 2000). Esse saber-poder, que no espaço hospitalar encontra condições profícuas para se multiplicar e fortalecer, dará respaldo posteriormente, por exemplo, a medidas de medicalização da família e campanhas de higiene coletiva.

Já na França, e em momento subsequente ao nascimento da medicina de Estado na Alemanha, surge o que Foucault (2000) denominou de medicina urbana, propiciada pela urgência premente que esse Estado vivia de urbanizar as cidades que cresciam em velocidade vertiginosa e sem um ordenamento e fazendo conviver as pessoas amontoadas umas com as outras e inclusive, não raros casos, com cadáveres que já não tinham espaço suficiente nos locais a eles destinados. Como característica primordial da medicina urbana está a organização do corpo urbano, a medicalização da cidade pela aplicação de métodos aperfeiçoados do esquema político-médico da quarentena, ou seja, o exercício de uma vigilância individual, a organização dos espaços, de modo a facilitar o registro, esquadramento, a inspeção, enfim, a realização de um olhar permanente e controlado. Compõe esse quadro a organização das famílias em casas não compartilhadas com outras famílias e a divisão de pais e filhos em cômodos diferenciados, se possível individuais, visando promover a categorização da multidão e conseqüentemente facilitando seu controle por meio do conhecimento quanto àqueles que estão saudáveis ou doentes. A medicina urbana se caracteriza ainda pelo controle político-científico do meio, por atuar sobre os critérios e práticas de salubridade a que os indivíduos estavam expostos ao agir sobre os elementos necessários à vida comum, como água e ar. A aplicação de medidas de higiene pública proporcionou a aproximação da medicina com ciências como a química – dando mais um passo na direção do ganho de cientificidade para a área médica –, e permitiu moldar os espaços da cidade, sua arquitetura, que então também moldava a população. Na construção

desse mosaico, grande importância possui o nascimento de um certo pânico urbano, “característico desse cuidado, dessa inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano” (FOUCAULT, 2000, p. 87) e que ocasiona a participação e reivindicação da população nessa tecnologia de controle.

A medicina social é marcada pela junção entre a medicina estatal e urbana, mas também pela medicina da força de trabalho, desenvolvida na Inglaterra no segundo terço do século XIX e que tem como objeto a ação sobre a parte pobre da população, que de elemento que permitia a existência urbana por deter conhecimento ímpar sobre a cidade, até então pouco organizada, passa a ser vista como perigo, já que se tornou uma força política capaz de se revoltar e propensa a disseminar doenças entre as classes mais abastadas. Além disso, o contingente pobre da população perde parte da utilidade no espaço urbano ao ser este tratado como objeto de esquadramento e, portanto suscetível de ser conhecido mais detalhadamente. Os pobres são então alvos de medidas assistencialistas que, devido ao desenvolvimento industrial, pretendiam majorar as forças da população, transformando-a em mão-de-obra saudável, assim como também inofensiva a saúde da burguesia. Essa política culmina com um serviço autoritário de controle médico da população, suscitando algumas insurreições anti-médicas no final do século XIX e ainda hoje, ou seja, a busca por outras maneiras de ser curado. Apesar disso,

essa fórmula da medicina social inglesa foi a que teve futuro, diferente da medicina urbana e sobretudo da medicina de Estado. [...] a medicina social inglesa, esta é sua originalidade, permitiu a realização de três sistemas médicos superpostos e coexistentes; uma medicina assistencialista destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais como a vacinação, as epidemias, etc., e uma medicina privativa que beneficiava quem tinha meios de pagá-la (FOUCAULT, 2000, p. 97).

Propicia assim um controle biopolítico bastante complexo e completo e que permanece atual.

Assim como fizera a genealogia da medicina social, buscando apreender o seu surgimento ao longo do século XVIII e XIX como uma tecnologia biopolítica, Foucault também se dedicou ao modo como outras práticas e discursos, que no geral em algum momento travaram um diálogo com a ciência médica – na maior parte dos casos como recurso de legitimação quanto aos saberes gerados e poderes exercidos –, e também fomentaram a noção de naturalidade da população e instituíram-se em torno dela. Exemplo caro ao filósofo francês é o saber-poder sobre o sexo, instrumento-efeito da concomitante formulação de que existe um funcionamento “natural” (entenda-se “normal”) do sexo, no qual se encontraria uma

espécie de “verdade” de cada um, do indivíduo, e de dispositivos de sexualidade que pretensamente permitiriam descobrir essa natureza/verdade difícil de ser apreendida, ao mesmo tempo em que igualmente constitui uma urdidura dessa concepção como verdadeira, via proliferação de discursos, multiplicação de técnicas sobre o sexo e a eclosão de sexualidades diversas.

Sobre a colocação do sexo em discurso, ela se deu primeiramente pela prática da confissão da pastoral cristã no século XVII. Passado por um crivo da palavra, o sexo não deveria ser mencionado sem prudência, mas sua confissão detalhada é exigida, a partir do século seguinte, a todo bom cristão que prescinde, a bem de um exame de si mesmo, dizer de si a outrem, descobrir seu segredo individual ao transformar em meticuloso discurso tudo o que possa se relacionar ao jogo dos prazeres. Um modo encontrado pela pastoral cristã para produzir e disseminar um conhecimento sobre os prazeres e conseqüentemente para reorientar, modificar e até mesmo intensificar esses prazeres – seja pelo exercício do poder que questiona, seja pela tentativa conseqüente de escapar a esse poder. Ao invés da total censura sobre o sexo, o investimento é no fazer proliferar mais e mais discursos sobre ele, sendo disseminados os procedimentos de confissão, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, do desenvolvimento de um interesse político e econômico – sobretudo de majoração ordenada das forças coletivas e individuais –, estendendo os domínios da confissão para a pedagogia, a medicina, a psiquiatria, conhecimentos que passaram então a diversificar suas formas (interrogatórios, consultas, narrativas), bem como as motivações e efeitos dela esperados. A confissão “perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinqüentes e peritos” (FOUCAULT, 1988, p. 72), objetivando fazer dessas relações e dos discursos aí produzidos, objeto de análise, cálculo, classificação, especificação, enfim uma racionalização sobre o/do sexo.

Essa produção de discursividades quanto ao sexo teve como contraface imprescindível para sua organização, o delineamento de condições estritas quanto ao seu pronunciamento – por exemplo, do uso de linguajar determinado –, e desenvolvimento de certos silêncios a seu respeito. Ao redor do sexo formulou-se toda uma aura misteriosa que o adjetivava como segredo a ser constantemente buscado, mas que se mostra inescrutável – exigência para ser mantido como segredo. Esse mecanismo foi responsável pela promoção artificial de toda uma “vontade de saber” o sexo, a qual está no cerne das suscitações para que ele fosse minuciosamente conhecido, sendo esse elemento, de dito e não-dito, de esclarecimento e recesso, essencial à composição de uma economia específica sobre ele. Essa vontade de saber

é pautada na existência de uma verdade intrínseca no sexo, uma verdade que seria do próprio sujeito, de sua essência, determinante de sua identidade, marca de sua singularidade. O encontro dessa verdade é uma exigência da confissão. A confidência é fundamental nesse jogo da verdade e do sexo, pois a constituição da verdade enquanto tal só é possível na presença de outro, daquele que interroga, pois exerce um julgamento sobre o que fala. O efeito da “verdade” pronunciada é lançado sobre esse último que, ao dizer uma verdade de si, se constitui como assujeitado ao outro que ouve e legitima o que é dito, e como sujeito a essa procura pela inteligibilidade individual no sexo. Desiderato fundamental dessa conjuntura é assim a promoção do desejo do sexo, correlato à vontade de saber e aos dispositivos de sexualidade.

Essa vontade de saber o sexo, sobre seu suposto segredo, foi fundamental para que ele pudesse ser gerido e regulado de maneira que funcionasse segundo uma norma, um ideal, sendo a conduta sexual da população convertida em alvo de intervenção e observação: “a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas” (FOUCAULT, 1988, p. 32), foram todos objetos de investimento na população pela biopolítica. Colocar o sexo em discurso, suscitar um desejo sobre ele, foi a premissa para o exercício de um controle sobre a população ao configurar conhecimentos e instrumentos de domínio que foram/são fundamentais, assim como para que igualmente o próprio indivíduo adotasse uma atitude de controle de si, de autovigilância de seus atos e pensamentos.

Nota-se então que o sexo não foi incessantemente reprimido por uma submissão ao silenciamento, como se fez crer; da mesma maneira como também não houve uma restrição, uma redução do sexo, da sexualidade às alianças conjugais legítimas. Ao invés de limitar ao casal monogâmico a produção de discurso e de investimentos de ação, as sexualidades periféricas – das crianças, dos loucos, dos criminosos – é que serão mais intensamente interrogadas, uma vez entendido que a monogamia heterossexual já está minimamente circunscrita ao que seria/deveria ser uma sexualidade regular, adequada, higiênica e normal. No afã de descobrir as novas fontes de prazeres, e meios de obter um controle muito mais amplo sobre os corpos e as condutas, são gestados, a partir do século XIX, dispositivos de saturação sexual, ou seja,

uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis. A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças [...], a segregação

relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços [...] (FOUCAULT, 1988, p. 54).

Todas essas medidas, normalmente relegadas à célula familiar, vão formar uma rede complexa com as organizações espaciais, as hierarquias, os sistemas de fiscalização das instituições escolares e psiquiátricas. Uma rede que estabelece um jogo de prazeres e poderes e configuram uma alta saturação sexual. A conformação perante à solicitação e implantação de sexualidades múltiplas, periféricas, deixa ver que a sexualidade está longe, portanto, de se restringir àquela do casal monogâmico, sendo inclusive suscitada por instituições, métodos e estratégias múltiplas, resultando na sexualidade do lactente, do invertido, do lar, da escola, da relação médico-paciente, pedagogo-aluno, entre outras.

A organização dessa conjuntura que não é majoritariamente de repressão, mas de proliferação, de multiplicação dos prazeres e dos modos de apreendê-los, foi efeito-instrumento de uma distinção entre leis naturais de matrimonialidade e regras imanentes da sexualidade, ou ainda da distinção entre infração e perversão. As condutas sexuais desviantes, o despropósito sexual, a partir do final do século XVIII, deixam de ser incondicionalmente enquadrados como “contra a lei”, sendo diferenciadas as transgressões à legislação ou à moral da família e do casamento – seduzir uma religiosa, enganar a mulher, casar com parente próximo –, das que feriam o que seria a regularidade de um funcionamento natural do sexo – praticar sodomia ou sadismo, violar cadáveres.

Durante o século XIX a lei da aliança cede espaço à ordem dos desejos, a configuração de uma forma de operação do poder que não interdita, não fixa fronteiras para a sexualidade, mas provoca suas diversas formas, conformando linhas de penetração sobre a sexualidade e os indivíduos que são cada vez mais amplas, pois constantemente inovadas, reformuladas, pormenorizadas, divididas, de tal maneira que sempre mais indivíduos possam ser apreendidos, frente a uma suspeita geral de um perigo iminente, de desvios que possam estar à espreita, presentes nos mais diversos âmbitos sociais, fazendo necessária uma análise minuciosa e interminável. Uma sexualidade desviante pode ser descoberta na conduta e nos corpos, já que ela lhes é determinante, é seu princípio insidioso. Ela traduz aquilo que o indivíduo é, seja por nascença ou pelos desvios ocorridos na história de cada um. Dessa maneira é que os comportamentos ditos “antinaturais” foram materializados nos corpos dos homens, sendo o crescimento das perversões “um produto real da interferência de um tipo de

poder sobre os corpos e seus prazeres. [...] É através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam se multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (FOUCAULT, 1988, p. 56). Isso tudo dá forma ao que seria uma sexualidade pervertida.

A implantação de perversões múltiplas no corpo social encontra-se no cerne dessa mutação de um mecanismo de controle calcado na onipresença da lei, para um regido largamente pelos dispositivos de sexualidade – mas que todavia não exclui os mecanismos de controle anterior. Nessa transfiguração, a medicina conquista um lugar de cada vez maior destaque, em detrimento da supremacia que possuía até então a justiça para tratar dos desvios relacionados ao sexo. Não se sabe se isso ocorreria a partir da posição de produto ou de efeito da distinção entre leis naturais de matrimonialidade ou regras imanentes da sexualidade, mas com certeza reforçando essa diferença, tanto ao oferecer explicações “científicas” sobre o perverso, desse enquanto resultante dos danos ocorridos à regularidade de um funcionamento natural da sexualidade, detentor de uma natureza desviada, assim como também pela configuração de novos meios de exercício do poder e dos prazeres. A medicina “inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originárias das práticas sexuais ‘incompletas’; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao ‘desenvolvimento’ e às ‘perturbações’ do instinto; empreendeu a gestão de todos eles.” (FOUCAULT, 1988, p. 48).

Dentre outros motivos para isso está a incorporação em seus domínios da confissão e a cientifização dessa prática – medida possível somente porque não se tem mais em vista a produção de um discurso de verdade sobre a salvação e o pecado, mas sobre o corpo e a vida. A escuta clínica é decorrente e propulsora da incursão da confissão no campo científico de observação, permitindo um novo regime de decifração de sinais e sintomas, por via da combinação estabelecida com a confissão e a prática de exame. A validação científica passa a prescindir de uma relação particular entre médico-paciente, em que o paciente descreve/confessa/relata e o médico ouve/pondera/decide, pois é princípio basilar que a verdade acerca do doente, inclusive aquela que se esconde dele mesmo, somente é revelada de modo completo pela interpretação daquele que escuta – o médico, instituído portanto, como “dono” da verdade. Não obstante, as operações terapêuticas tornam-se dependentes dessa verdade interpretada, produzida na relação médico-paciente, sendo as possibilidades de cura determinadas por essa “escuta clínica” que combina confissão e exame – algo possível justamente porque se tem como fundamento a causalidade da conduta sexual para com as doenças, os distúrbios e as degenerâncias diversas.

A *scientia sexualis* vai compondo, ao longo do século XIX, um complexo dispositivo de produção de verdades sobre o sexo, a partir de uma vontade de saber sobre ele; mas, revela também a existência de uma vontade de não-saber. Ela é identificável, por exemplo, no enfoque dado ao que é desviante, extravagante, enfim, ao que escapa ao que seria o sexo/a sexualidade “convencional”, e nos investimentos para que se escamoteasse a (pretensa) verdade sobre o sexo – sendo isso inclusive, tal como dito a respeito da confissão, a mola propulsora da procura pela produção da verdade, da constituição do sexo como objeto de verdade e desejo. Essa escusa é proveniente de sua fidelidade aos princípios da moral, que prescindia que o discurso científico sobre o sexo fosse permeado por credulidades e ofuscamentos. A preponderância dos interesses morais, econômicos e políticos é evidente no próprio descompasso existente nesse período entre a biologia da reprodução, pautada em uma normatividade científica, e a medicina da sexualidade, regida por hipóteses variadas, servindo a primeira apenas para envernizar, de maneira muito forçosa e até mesmo deturpada, os imperativos sociais.³⁵

Foi a pretexto de dizer a verdade, porém, que a medicina da sexualidade “em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; [...] no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie.” (FOUCAULT, 1988, p. 62). Dessa maneira foi estabelecendo, com respaldo científico, uma imbricada trama entre sexualidade e destino biológico da espécie, justificando e fundamentando os “racismos” como uma proposição verdadeira, autorizando a classificação dos indivíduos como normais ou desviantes, ou, por outra, inofensivos ou perigosos à vida da população, por essa estar vulnerável à transmissão para gerações futuras das doenças que atingiam o sexo de cada um.

A análise da hereditariedade, legitimando uma relação de causa e efeito, era o alicerce sobre o qual se estruturava a teoria da “degenerância” que “explicava de que maneira uma hereditariedade carregada de doenças diversas – orgânicas, funcionais ou psíquicas, pouco importa – produzia, no final das contas, um perverso sexual [...]: mas explicava também, de que modo uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência – raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras.” (FOUCAULT, 1988, p. 129-130).

³⁵ Thomas Laqueur (2001) demonstra de modo detalhado como a biologia da reprodução serviu nesse período como artifício para legitimar a diferença sexual, fazendo uso para isso dos fatos da reprodução, mesmo que nem sempre as “descobertas” científicas dessem embasamento concreto para isso. De acordo com o Autor, o que aconteceu foi que “novos imperativos culturais de interpretação simplesmente apresentaram um campo maior para se construir, ou não, uma biologia da diferença sexual.” (LAQUEUR, 2001, p. 209). As conclusões obtidas pelos biólogos, cientistas e médicos não eram decorrentes do avanço científico, mesmo porque, como demonstra Laqueur (2001), a evidência experimental não raras vezes era negligenciada.

O sexo e a fecundidade passam a ser administrados mais intensamente, via um aumento da vigilância das condutas, do modo como cada qual exerce suas práticas, processo possibilitado pelo esquadramento dos espaços, os exames médicos intermináveis, as campanhas de higienismo. Basicamente foram formadas “quatro grandes linhas de ataque”: a sexualização das crianças, a histerização das mulheres, o controle da natalidade e a psiquiatrização das perversões.

Cada uma delas foi uma maneira de compor as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores. As duas primeiras se apoiaram em exigências de regulação – sobre toda uma temática da espécie, da descendência, da saúde coletiva – para obter efeitos ao nível da disciplina; a sexualização das crianças foi feita sob a forma de uma campanha pela saúde da raça (a sexualidade precoce foi apresentada, desde o século XVIII até o fim do século XIX, como ameaça epidêmica que corre o risco de comprometer não somente a saúde futura dos adultos, mas o futuro da sociedade e de toda a espécie); a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade. Foi a relação inversa que ocorreu quanto ao controle da natalidade e à psiquiatrização das perversões: neste caso, a intervenção era de natureza reguladora, mas devia apoiar-se na exigência de disciplinas e adestramentos individuais (FOUCAULT, 1988, p.159-160).³⁶

A constituição do Estado moderno se deu ao passo da governamentalização dessas práticas, sendo colocado aos seus auspícios a tarefa de pelo menos facilitar que essas ações – seja pela medicina, pela pedagogia, ou psiquiatria – atingissem a maior parte da população, já que isso era interessante para majoração de suas forças.

Frente a todo esse quadro de importância da população para a economia e da construção de sua naturalidade como objeto de conhecimento e intervenção por excelência, uma das principais tarefas estatais no século XIX passa a ser a defesa do patrimônio biológico da população, uma posição que está intimamente ligada a uma das contrapartidas desenvolvidas com relação ao discurso da “luta de raças”.³⁷ Essa análise histórica de divisão binária da sociedade e a compreensão da existência de uma luta incessante entre duas raças inimigas fundamentaram um historicismo político em que guerra e política estavam

³⁶ Sobre o processo de histerização das mulheres, ver Thomas Laqueur (2001). A respeito dos controles de natalidade e das campanhas de higiene no Brasil, como exemplo, consultar, entre outros, Muricy (1988). Sobre a importância da Educação Física (nos séculos XIX e XX) como mecanismo de controle dos corpos e das condutas, ver Carmen Soares (1994).

³⁷ Nascida em diferentes épocas e lugares (Inglaterra no século XVII e França século XVIII) e contado com distintas abordagens e principalmente distintas personagens a ocupar a posição de invasores e invadidos, desde os primórdios da humanidade, na forma de uma raça inimiga (FOUCAULT, 1999).

intimamente imbricadas, e em que o Estado, em sua forma ainda insipiente, era instrumento de contraposição de uma raça contra a outra.

Tal perspectiva, nos fins do século XVIII, se deparou com uma contra-história – um discurso revolucionário desenvolvido a partir do pensamento burguês de primazia de uma classe universal, que, com a emergência da noção de conflito civil, de que a Revolução Francesa fora o ponto culminante – e sucumbira. É concomitantemente a formulação dessa contra-história de tipo revolucionário, de uma luta de classes, e colocando-se contra ela, a formulação que será justamente aquela que colocara sob caução do Estado o destino biológico da sociedade e que teve como desiderato um “racismo de Estado” (FOUCAULT, 1999). “Retomando, reciclando a forma, o alvo e a própria função do discurso sobre a luta das raças, mas deturpando-os, esse racismo se caracterizará pelo fato de que o tema da guerra histórica – com suas batalhas, suas invasões, suas pilhagens, suas vitórias e suas derrotas – será substituído pelo tema biológico, pós-evolucionista, da luta pela vida.” (FOUCAULT, 1999, p. 94). Coube ao Estado, a partir de então, purificar a raça (agora entendida como existente no singular), adequá-la a uma normalidade que é associada ao que é superior, e que precisa se contrapor, não a outras raças, mas aos estrangeiros, transviados que se infiltraram no interior dessa sociedade.

Esse racismo de Estado foi elemento de suma importância para a conformação de uma racionalidade que autorizasse à sensibilidade vigente o exercício de um controle biopolítico da população. Estabelecendo uma urdidura com os dispositivos de sexualidade, o poder medical, a organização dos espaços arquitetônicos, com os conhecimentos advindos da biologia, um discurso de manutenção das raças mais adaptadas, de diferenciação das espécies, de sobrevivência do mais forte, reverbera na apreensão da população como naturalidade e como suscetível de uma regulação a partir da evolução e seleção natural dos mais aptos, pretensamente descendentes de uma prole saudável, pura. Largo é o investimento de prevenção para se evitar a degenerância – tal como descrito a respeito da questão da sexualidade –, ocupando as medidas higienistas, já pautadas em teorias de eugenismos, e os conhecimentos do âmbito da medicina, um lugar de valor. Faz parte da composição desse quadro a noção de anormalidade – a qual vem acompanhada das de medo e perigo –, de que é preciso destacar a contribuição dada pela ciência psiquiátrica, responsável pelas relações que vieram a se estabelecer entre loucura e criminalidade.

A normalização do corpo social, o empenho na purificação permanente, vai se dar, assim, em nome da defesa da sociedade. Para tanto, como dito, prescinde da produção permanente de toda uma noção de perigo, ou ainda, de uma cultura política, uma educação do

perigo para os riscos oferecidos pelas condutas desviantes, assim como igualmente para situações diversas e cotidianas, constantemente vividas pelos indivíduos. Data do início do século XIX,

o aparecimento da literatura policial, e do interesse jornalístico pelo crime (...), todas as campanhas relativas à doença e à higiene (...), tudo o que acontece também em torno da sexualidade e do medo da degeneração: degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana. Enfim, por toda parte vocês vêem esse incentivo ao medo do perigo que é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo. (FOUCAULT, 2008b, p. 90-1).

Para manipular interesses e garantir que se esteja o menos possível exposto ao perigo, há concomitantemente a promoção de mecanismos de segurança e o gerenciamento do perigo, por meio do incitamento não exatamente para viver a vida perigosamente, mas experimentar essa vida, assim como o desviante, como se fosse portadora de perigos, sendo preciso então continuamente precaver-se, assegurar-se, contra ameaças que parecem se multiplicar a todo instante e que são incutidos silenciosamente no seio da sociedade – sobretudo porque aparentam fazer parte do que seria próprio, natural, intrínseco à população.

Esses mecanismos de segurança têm por função o controle social e a modificação do destino biológico da espécie por via da garantia que os processos naturais – não somente da população, mas também econômicos, como já abordado anteriormente – e as regulações que lhe são inerentes possam acontecer, como fora com relação a varíola, como se acreditava ser a respeito de uma seleção natural dos mais aptos, do aumento ou diminuição da taxa de natalidade de acordo com as disposições ambientais, da produção de discursividades acerca do perverso, entre outras. Acreditava-se que cabia ao Estado a regulação da população, já que essa propiciava uma seguridade aos perigos naturais intrínsecos aos fenômenos próprios da coexistência de seres viventes e às ações arbitrárias e desastradas, como as regulamentações. Ao invés de visar o alcance de um modelo ótimo ideal, apoiar-se na realidade desses processos, fazendo funcionar em relação a ele outros elementos do real, de modo que, se necessário, alguns desses fenômenos se anulassem. Fundamental instrumento para esse fim, foi o incitamento ao exercício de constante vigilância dos corpos e das condutas, como ocorrido, por exemplo, a respeito das práticas de onanismo entre os infantes, de que suscitou um controle não somente daqueles, mas também das famílias, uma nova organização dos espaços da casa, mas também da escola, produção de conhecimento por parte da medicina, aplicação de medidas de higiene etc.

É característico assim desses mecanismos para o alcance de uma normalidade, a constante ampliação de circuitos de ação, agregando elementos cada vez mais amplos, assim como também a não valoração como bons ou ruins dos detalhes que a princípio são considerados impertinentes, mas a atenção a sua inevitabilidade, como processos naturais, em benefício da população como um todo; a apreensão de como as coisas vão se produzir em sua realidade efetiva ao invés de promover ações impositivas e restritivas; a busca por maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos – tendo como princípio que eles nunca serão suprimidos, o trabalho com as probabilidades que levam em conta o que pode acontecer ao ser vivente, sendo uma das preocupações fundamentais os riscos em torno da degenerância da espécie.

Os dispositivos de segurança apresentam-se assim como uma economia de poder distinta dos mecanismos disciplinares. Nessa proposição de segurança, a normalidade é composta da média da população, o que torna evidente a existência de desvios – que podem ser mais ou menos aceitáveis. Certo nível de mortalidade, ou acometimento de doenças, tal como a técnica estatística permitiu identificar, compõe a realidade da população, compõe a sua normalidade, sua naturalidade. Os dispositivos de segurança se ocupam de uma operação de *normalização*, em “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis.” (FOUCAULT, 2008a, p. 82-3). A norma que se vislumbra alcançar é formulada a partir da realidade e não de uma idealização abstrata – normalização assim, em detrimento a uma *normação*, mecanismo de controle disciplinar.

No entanto, essa modulação de segurança é um sistema de controle próprio da economia liberal, mas que também se fez presente em momentos anteriores, assim como o mecanismo legal jurídico e disciplinar são operantes nessa racionalidade governamental específica. O que acontece é que em cada período a ênfase no mecanismo se altera e as técnicas se aperfeiçoam, sendo esse um dos motivos que não isentaram o século XX de se deparar com situações em que o poder soberano, de “fazer morrer”, muito em voga até o século XVI, funcionasse em meio a tecnologia de poder biopolítico, que se caracteriza fundamentalmente por “fazer viver” (FOUCAULT, 1999). O racismo de Estado, nesse sentido, legitimou o exercício do poder soberano e de uma tanatopolítica em nome da proteção da vida biológica que merecia ser preservada. Ele proporcionou à instituição estatal potencializar e gerir a vida, mas também tira-la, frente à noção da existência de raças biologicamente inferiores que, ao oferecerem risco de degeneração as superiores, deveriam ser dizimadas. Assim, “quando queria fazer a guerra, como poderia articular tanto a vontade

de destruir o adversário quanto o risco que assumia de matar aqueles mesmos cuja a vida ele devia, por definição, proteger, organizar, multiplicar?” (FOUCAULT, 1999, p. 308). É essa a “saída” oferecida pelo racismo moderno, que assegura a função de morte na economia do biopoder.

O nazismo desenvolveu até o paroxismo essa relação entre biopolítica e tanatopolítica. Reativando a preocupação mítica em proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça, acentuou as medidas de seguridade, de regulação, e concedeu a toda uma série de indivíduos (AS, SS...) o poder de vida e de morte, até então reservado ao Estado, mas ao mesmo tempo também expôs a própria “raça alemã” ao perigo absoluto e universal da morte. “O risco de morrer, a exposição à destruição total, é um dos princípios inseridos entre os deveres fundamentais da obediência nazista, e entre os objetivos essenciais da política. É preciso que se chegue a um ponto tal que a população inteira seja exposta à morte” (FOUCAULT, 1999, p. 10), a bem de regenerar a própria raça.

É preciso salientar, que por tirar a vida Foucault não entende “simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc” (FOUCAULT, 1999, p. 306). Nesse sentido, o racismo, ou ainda o princípio de causar a morte (real ou simbólica) em função de uma condição biológica que não é adequada, pode ser considerado, fazendo uma interpretação e ampliação dos escritos foucaultianos, como um mecanismo de normalização que, em alguma medida, possui sua atualidade, sobretudo se entendermos que a própria noção de raça é passível de ser considerada uma idéia genérica para representar a noção de identidade frente a uma unidade social – haja visto que a própria “luta entre raças” se deu entre grupos com línguas, tradições e leis distintas, e não exatamente a partir de uma diferença biológica, mas ainda sim diferença, que por certo é cambiante, de acordo com as situações históricas, políticas e econômicas particulares. Nesse sentido, a condição biológica é passível de entendimento como uma (e contemporânea) dentre as determinações históricas que já existiram para a representação do *anormal*, contraposto necessário à constituição da noção de “eu”, de unidade.

Como se vê, a “descoberta” da naturalidade da população permitiu seu gerenciamento pelo fomento de condições para que seus fenômenos fossem regulados a partir deles mesmos – há o exemplo da varíola, das variações na taxa de natalidade, do controle sobre o meio feitas pela higiene pública, da crença de uma seleção natural do mais apto, das medidas para anular o anonimato, entre outros –, servindo essa regulação *natural* como limitador interno da razão governamental, a fronteira estabelecida pela racionalidade política

que o século XVIII viu nascer.

1.4 NATURALIDADE DA POPULAÇÃO E AS VARIÁVEIS DO MEIO

A população se apresenta como naturalidade que é totalmente nova e que se constitui, com relação a sua dependência com toda uma série de variáveis que são indefinidas, abertas a elementos que, fluídos, se deslocam, se modificam pela própria relação com a população – clima, impostos, imperativos morais, comércio, hábitos, meios de subsistência, valores religiosos etc. Essa dependência torna-a inapreensível ao modelo de ação que era típico do soberano. Não se trata mais de obediência ou sua recusa, pois a população emerge como um fenômeno da natureza que não pode ser mudado como que por um decreto: ela é “uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, e biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (FOUCAULT, 2008a, p. 28), prescindindo de ações racionalizadas, calculadas, e que atuam de modo indireto sobre ela: fluxos da moeda no país, importações, exportações, produção, campanhas de moralização, medidas de higiene pública, educação, medidas de convencimento, modificação do espaço urbano – tendo em conta o que pode pretensamente acontecer e visando otimizar um estado de vida – “fazer viver” (FOUCAULT, 1999), de uma maneira que seja exata para as necessidades do Estado, pois uma multiplicação desenfreada da população já não é mais tão interessante, tal como vigente no Estado de polícia, que vai sendo gradativamente deixado para trás.

Essa naturalidade da população não a torna inacessível, mas sim o campo de intervenção pelo qual vai se procurar atingi-la é que é modificado. Não será a lei, mas o *meio*, espaço em que se desenrolam os eventos provenientes das ações que se exercem de fora sobre um ser vivo por um conjunto de dados naturais e artificiais, mas também espaço que resulta, por um lado, das intervenções políticas e econômicas sobre a relação entre espécie e meio, e, por outro, dos acontecimentos produzidos pela própria população. Sendo assim, “o que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles.” (FOUCAULT, 2008a, p. 28).³⁸

Essa abertura, o vislumbre de controle e modificação dos processos da vida, de

³⁸ A referência aos acontecimentos que se produzem ao redor da população como “quase naturais” se deve ao fato de que as ações de governo se dão como se fossem uma natureza, mas também porque o próprio meio não é a natureza em si, mas um espaço em que se combina natureza e artifício, de circulação de efeitos e causas – por isso o meio é citado por Foucault como *histórico-natural* (FOUCAULT, 2008a).

exercer um domínio calculado sobre ela, por via da manipulação das variáveis do meio, marca o “limiar da modernidade biológica” (FOUCAULT, 1988, p. 156), um novo modo de relação entre história e vida, em que esta última, já não sendo mais fustigada tão intensamente pela morte, adentra a ordem do saber e do poder. Biológico e histórico se ligam em uma complexidade crescente, e “o homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que podem se modificar, e um espaço que se pode reparti-las de um modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político” (FOUCAULT, 1988, p. 155).³⁹ O efeito histórico disso, do desenvolvimento das tecnologias de poder centradas na vida, é o nascimento de uma sociedade normalizadora, passível de inteligibilidade pela realização de uma “‘história dos corpos’ e da maneira como se investiu sobre o que neles há de mais material, de mais vivo” (FOUCAULT, 1988, p. 165). A ação assim sobre a vida perpassa o corpo – talvez compreendido como parte do meio –, em um jogo que mistura as necessidades econômicas e a inerente capacidade da vida de contornar as investidas de controle que se realizam sobre ela. A biopolítica é o espaço em que se exercem os mecanismos de domínio da vida, e o modo como essa lhes escapa continuamente. Se

o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. [...] [O que acontece é que] a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que essas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser (FOUCAULT, 1988, p. 158).

1.5 NATURALIDADE NO DESEJO COMO “MOTOR DE AÇÃO”

A naturalidade da população aparece ainda, nos escritos do século XVIII, na invariante que permite apreender uma generalidade na multiplicidade de indivíduos, o desejo.

³⁹ Deve-se lembrar, no entanto, que Agamben (2002) aponta a biopolítica como uma constante na história ocidental.

Ele é considerado pelos fisiocratas como princípio de unicidade e motor de ação da população; vínculo considerado espontâneo entre os indivíduos e aquilo pelo qual todos vão agir, não sendo suscetível a uma ação direta, impositiva e de limitação. Entende-se que esse desejo é tal que, “se o deixarmos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. (...) [Configura-se assim um jogo] espontâneo e, ao mesmo tempo, regrado do desejo [que] permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população” (FOUCAULT, 2008a, p. 95). A naturalidade do interesse coletivo pelo jogo do desejo torna a população penetrável à técnica governamental, que se ocupará de estimular o desejo, o amor-próprio, o egoísmo individual, atentando, porém, para que os interesses individuais não se sobreponham aos interesses coletivos, permitindo que se produza um “benefício universal” – ou seja, efeitos considerados positivos e previsíveis, dos quais a razão governamental poderia fazer uso para gerir a população.

Os efeitos desse espontâneo interesse coletivo foram, por um lado, o delineamento do princípio da troca, pois a população é concomitantemente produtora e consumidora, sendo o interesse presente na relação aí estabelecida responsável por uma regulação natural do preço, mostrando-se útil para os objetivos estabelecidos pela prática governamental. Dessa maneira, o interesse coletivo, frente a sua determinação como critério de utilidade, foi limitador da prática do governo; ao mesmo tempo em que esse próprio interesse era gerido de modo a regular os interesses no geral e da governamentalidade vigente. Para tanto se afirma e reivindica a independência dos governados em relação aos governantes – sua liberdade. Estimula-se que a população exerça livremente seu comportamento econômico, ou seja, o comportamento do homem (produtor e consumidor) que tem a liberdade de agir e se programar frente às necessidades econômicas, de modo que a troca seja útil para ambas as partes.

Esse comportamento do *homo oeconomicus* tratará de ser previsto e utilizado como fonte de racionalidade da economia. Nesse sentido, essa economicidade natural da população, ao ser descoberta e levada em conta na análise do mercado, fará com que ela seja não somente um objeto, mas também sujeito dessa razão governamental limitadora do poder público, principalmente porque o âmbito do *homo oeconomicus* é o domínio do ingovernável, do que não deve ser modificado diretamente, mas compreendido, sendo matriz de conhecimento da razão liberal. Dessa maneira, todo o restante, tudo o que não era denominado como pertencente ao campo econômico, ficava aberto ao governo. A descoberta do *homo oeconomicus* é portanto um momento de inflexão no pensamento teórico-político, pois a partir

daí vai se primar pela segurança dessa naturalidade da população, assim como do próprio mercado. O foco é ainda o Estado, o soberano, mas o exercício do poder de governar e o crescimento estatal infinito passam a ser limitados internamente, por meio de novos mecanismos, mais numerosos e complexos. Seu regime de verdade será o de governar o menos possível, devendo o Estado fazer regulações que respeitem e assegurem as regulações naturais do mercado e do interesse da população – numa palavra, da troca. Constituiu-se, assim, um novo desafio à concepção jurídica do soberano, que se depara com esse elemento limitador.

Essa racionalidade do governo mínimo, do governo frugal, é o que se chama, segundo a interpretação de Foucault, *liberalismo*: uma nova forma de governo em que a liberdade emerge como ideologia e técnica, como princípio regulador da espontaneidade e mecânica interna dos processos econômicos, devendo ser produzida e organizada permanentemente, já que as leis intrínsecas da realidade mesma se desenvolvem e resultam em algo útil para todos.⁴⁰ Sendo ação e realidade entendidas como natureza, como que constituídas por leis naturais, a liberdade foi a tecnologia de poder essencial. Substituiu-se a máxima de intervenção artificial e aleatória em benefício de um equilíbrio com os demais Estados pelo princípio de deixar fazer (*laissez-faire*); deixar agir a liberdade de comércio entre os países, pois isso resultará em uma situação econômica favorável para todos; deixar agir a liberdade de interesse da sociedade, do *homo oeconomicus*, que produzirá, na relação de troca, um preço útil para ambas as partes, produtor e consumidor.

O liberalismo possui necessidade de liberdade, ele a consome e precisa produzi-la e organiza-la, já que a regulação se efetua apoiando-se na liberdade de cada um. Ao mesmo tempo em que a fábrica, todavia, ocupa-se de controlar, limitar, coagir essa liberdade estimulada, a fim de evitar situações que prejudiquem, por exemplo, a liberdade de comércio, tal como as constituições de monopólios entre as empresas. Se for preciso, essa nova racionalidade governamental sustentará o mercado e criará compradores, instituirá tarifas, desenvolverá regulamentações antimonopólios. Enfim, medidas de segurança que sejam protetoras do mercado, da liberdade de comércio, assim como do interesse coletivo – que da mesma maneira é o interesse do alcance do preço útil, o interesse do *homo oeconomicus* – diante dos interesses individuais, mas também, eventualmente, proteger os interesses

⁴⁰ Como explica Foucault (2008b), não se trata de se ter mais ou menos liberdade que em outro sistema político-econômico, sobretudo porque uma aferição desse tipo não seria possível. O autor entende que “não se deve considerar que a liberdade seja um universal que apresentaria, através do tempo, uma realização progressiva, ou variações quantitativas, ou amputações mais ou menos graves, ocultações mais ou menos importantes. [...] A liberdade nunca é mais que – e isso já é muito – uma relação atual entre governantes e governados” (FOUCAULT, 2008b, p. 86).

individuais diante de algum abuso por parte do interesse coletivo. As intervenções governamentais são calculadas a partir da relação entre perigo individual e coletivo – indivíduo x população; empresa x trabalhadores; empresa particular x constituição de monopólios; indivíduo doente x contaminação da população saudável, entre outras –visando a segurança de processos e relações que sejam úteis para o governo. Como se vê, a produção da liberdade não está apartada da produção da segurança contra os perigos naturalmente intrínsecos a esse incitamento à liberdade – dos processos econômicos e do interesse da população.

As medidas de segurança realizadas configuram uma economia de bem-estar em que se prima pela manutenção de emprego, programas sociais para educação, diminuição da pobreza, segregação, incidência de doenças, segurança quanto à aposentadoria, entre outras. Uma política social na qual o intervencionismo geral, e conseqüentemente o bem-estar, é tanto maior quanto o crescimento da renda estatal. Os efeitos de desigualdade tratam de ser contrabalançados e o investimento é na relativa repartição do acesso de cada um aos bens de consumo e na promoção de condições de crescimento e de subsistência da população. Compõe esse quadro também as medidas de intervenção sobre aqueles problemas próprios ao conjunto de seres vivos que coexistem: saúde, higiene, sexualidade, natalidade, longevidade, raças, e que são geridos, tal como já abordado, pela medicina social, pelos dispositivos de sexualidade, pela psiquiatria, pela pedagogia e outras ciências/mecanismos de saber-poder que atuam sobre o “homem vivo”. Não se trata, porém, somente de uma proteção externa dada ao indivíduo, mas sim de uma manipulação de interesses a partir do jogo segurança/liberdade que se estabelece, ao ser feito um investimento no sentido de cada vez mais estimular o indivíduo a “ser livre”, assim como também a experimentar a vida como portadora de inúmeros perigos, aos quais é preciso estar atento e precaver-se. Ou seja, trata-se de propiciar a cada indivíduo a existência diante de si de um “campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244), de maneira a ordenar a probabilidade, estruturar o eventual campo de ação que é aberto ao indivíduo, visando garantir que esses fiquem expostos o menos possível ao perigo, ao fomentar uma “cultura do perigo” e aumentar a vigilância sobre as condutas que escapam a dita mecânica natural/normal. O liberalismo institui relações de poder ao operar

sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede

absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Não há, portanto, uma ação direta e imediata sobre os indivíduos, mas sobre suas ações possíveis, sobre um campo de possibilidades no qual se exercer sua liberdade, campo que se constitui de modo estratégico, podendo “ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder), ou, ainda, no custo eventual (seja do ‘custo’ econômico dos meios utilizados, ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas” (FOUCAULT, 1995, p. 246-7).

Essa ação sobre ações possíveis, de que se prescinde essencialmente da liberdade indivíduo, é também acompanhada de outra estratégia para se conduzir das condutas, um “controle-estimulação” – expressão utilizada por Foucault (2000) para explicitar uma nova configuração de domínio que não se dá pela repressão, mas por meio do estímulo, por exemplo, o de mostrar e fazer-se desejar, desencadeando o investimento *positivo* sobre o corpo, como é o caso da produção do desejo do indivíduo pelo sexo. Desejo que é constituído a partir do jogo entre a idéia de que o sexo possui em si mesmo uma verdade oculta, fonte de inteligibilidade do sujeito e sua existência, e a descoberta dessa verdade por meio da confissão, mas de modo que ela nunca seja total. Um incitamento que ganha cores mais fortes se considerar que os dispositivos de sexualidade surgiram para atender as demandas de auto-afirmação da classe burguesa, via passagem de uma simbólica na qual o sangue era ícone de prestígio aristocrático, para uma autosssexualização, uma encarnação do sexo em seu próprio corpo, que representava a distinção e supremacia dessa classe emergente sobre as demais. Por isso o desenvolvimento de inúmeros aparatos para potencializar, cultivar, purificar o corpo – sem dúvida uma das formas primordiais da consciência de classe. Todavia, o século XIX assiste a uma generalização do dispositivo de sexualidade para outras classes, o que implica o reconhecimento de um corpo e um sexo nelas. Algo que é decorrente de conflitos provenientes da difusão de epidemias das classes pobres para as mais abastadas e a emergência de medidas para atender as urgências de natureza econômica, como, por exemplo, a necessidade de mão-de-obra barata e saudável frente as demandas de crescimento da indústria. Como se vê, não se trata de auto-afirmação, mas de um dispositivo de dominação, pois o povo vai se caracterizar como objeto e não como sujeito das ações de higiene, controle de natalidade, cuidados com os infantes etc. Para redefinir a especificidade de sua sexualidade, a burguesia traça como linha demarcatória uma rigorosa interdição, de modo que “doravante, a diferenciação social não se afirmará pela qualidade ‘sexual’ do corpo, mas pela

intensidade da sua repressão” (FOUCAULT, 1988, p. 141). Essa medida de distinção é, no entanto, logo acompanhada de outro elemento diferenciador: a psicanálise. Ela “assume a tarefa de eliminar, naqueles que estão em condições de recorrer a ela, os efeitos de recalque que a interdição pode induzir; permite-lhes articularem em discurso o desejo incestuoso” (FOUCAULT, 1988, p. 141).⁴¹ Um novo meio de reafirmação da burguesia, nova via de legitimação de investimento no corpo e na vida, e de liberdade para usufruir o sexo.

Uma das conseqüências desse “jogo” segurança/liberdade são as crises de governamentalidade decorrentes da política liberal, que promovia e ampliava as liberdades à custa da concomitante multiplicação de mecanismos de controle e coerção, sobretudo pela aplicação de técnicas disciplinares, de vigilância das condutas no interior das instituições, visando ainda assegurar o processo de regulação da população e dos processos econômicos. Mais do que o contrapeso necessário às liberdades, as intervenções coercitivas passaram a ser o “princípio motor” do liberalismo. Utilizadas *a priori* para fugir da restrição de liberdade presente no socialismo, fascismo, nacional-socialismo, as medidas intervencionistas tomadas durante crises econômicas e políticas se propunham a manter liberdades fundamentais, como a de trabalho e consumo, por exemplo.⁴² O que começa a ser questionado é o possível acarretamento daquilo que se queria evitar, sendo as políticas intervencionistas vistas como ameaça de despotismo. Outros motivos da crise do dispositivo liberal de governamentalidade referem-se ao custo para manter e promover o exercício de liberdade; a inflação dos mecanismos compensatórios; e o risco iminente dos mecanismos produtores de liberdade ter efeitos destrutivos contra aquilo que a produz. Dessa maneira, chega-se “à idéia de que essa arte liberal de governar introduz, finalmente, por si mesma, ou é vítima, de dentro, do que poderíamos chamar de crises de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 92-3).

Dessa crise de governamentalidade se configura uma nova programação da governamentalidade liberal que, de acordo com Foucault, é contemporânea. Trata-se do *neoliberalismo*, política econômica que emerge a partir da crítica ao intervencionismo vigente, sobretudo a política keynesiana, muito em voga no início do século XX, e ao plano Beveridge, uma espécie de pacto de guerra em que os Estados prometiam a seguridade social em troca das pessoas se disporem a morrer por esse mesmo Estado. Contra essas ações de intervenção que se multiplicam durante a segunda guerra mundial – dentre elas é possível

⁴¹ Todavia, como salienta Foucault (1988), a psicanálise se desenrola no dispositivo de sexualidade, não o ultrapassa; além de desempenhar “vários papéis simultâneos nesse dispositivo: é mecanismo de fixação da sexualidade como dispositivo sobre o sistema de aliança, [ao apontar o incesto como princípio universal]; coloca-se em posição adversa em relação à teoria da degenerância; funciona como elemento diferenciador na tecnologia geral do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 140).

⁴² Foucault (2008b) cita como exemplo a política de *Welfare*, realizada por Roosevelt.

citar diversas medidas de segurança: de emprego, em relação às doenças, quanto à aposentadoria –, é que o neoliberalismo será fundado, uma vez que de todos os lados pairavam dúvidas e descrenças quanto ao Estado e sua política de intervenções pautadas em um esquema de racionalidade calcado em “leis da natureza”; sendo essas intervenções associadas ao crescimento do Estado e a gênese do nazismo.⁴³

Fazendo uma crítica a irracionalidade própria aos excessos de governo, a Escola de Friburgo analisa o fenômeno do nazismo e suas intervenções exacerbadas, que teriam culminado com um regime despótico, e que, de acordo com eles, era um obstáculo a ser ultrapassado pela racionalidade liberal.⁴⁴ É resultante das conclusões das análises dos ordoliberais sobre o nazismo, o delineamento de um novo regime de verdade em que se tem como fundo o questionamento sobre se “o liberalismo vai efetivamente conseguir fazer passar o que é seu verdadeiro objetivo, isto é, uma formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 160). A preocupação eminente nesse momento era saber ainda como justificar a existência do Estado, de um sistema jurídico, em uma organização povoada de “sujeitos econômicos”, de *homo oeconomicus*, que até então são considerados como inacessíveis ao governo, pois delimitadores de sua prática.⁴⁵

Uma das conclusões dos ordoliberais é que a economia de mercado não é destrutiva, possuidora de defeitos intrínsecos que levam a crise de governamentalidade liberal, mas sim o Estado que é responsável por tal situação. Nesse sentido, “a liberdade de mercado deve ser o princípio organizador e regulador do Estado (...) [estando esse] sob vigilância do mercado e não o mercado sob [sua] vigilância” (FOUCAULT, 2008b, p. 158-9). Ao invés assim de governar por causa do mercado, o Estado deve governar para o mercado.

⁴³ Foucault (2008b) critica a associação feita entre as práticas dirigistas e socialistas com a culminância do nazismo. De acordo com ele, o Estado totalitário deve ser entendido como o resultado de uma subordinação da autonomia do Estado em relação ao partido, ao invés do Estado administrativo levado ao extremo.

⁴⁴ Como explica Foucault porém, o problema que realmente aos ordoliberais fora posto era saber como tornar legítimo “um Estado que não existe, um Estado que é preciso conseguir legitimar, um Estado que é preciso tornar aceitável aos olhos dos que dele mais desconfiam” (FOUCAULT, 2008b, p. 159). Problema esse crucial para uma Alemanha que, desde a República de Weimar devido a todas as dificuldades econômicas, sobretudo de reparação da guerra, passando pelo período do nazismo e novamente no pós-guerra, está as voltas com os incessantes questionamentos sobre a legitimidade estatal.

⁴⁵ Na tentativa de resolver esse impasse é que surge uma nova tecnologia de governamentalidade, a sociedade civil, unidades coletivas e políticas em que o vínculo estabelecido entre os indivíduos está para além do puramente econômico, ou seja, da relação dos *homo oeconomicus*. Esses são recolocados no interior da sociedade civil para poder serem administrados e cumprem a função de transformação perpétua dessa, uma vez que correspondem aos interesses egoístas, princípio esse de dissociação em “relação aos vínculos ativos que serão os da compaixão, da benevolência, do amor ao próximo, do sentimento de comunidade dos indivíduos em relação aos outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 411). A sociedade civil encontra-se em posição de interioridade e exterioridade ao Estado que, para justificar sua existência, contará com os governados na elaboração da lei, sendo o fim último de todas as intervenções estatais ao invés do próprio Estado, seu enriquecimento.

Outra conclusão obtida por suas análises e seguindo uma evolução do pensamento liberal, é que o essencial do mercado não está na troca, mas na concorrência. Portanto o neoliberalismo não é uma política que cumpre o papel de contrapeso a política econômica, sobretudo porque não tem como objetivo a equalização, a repartição do acesso de cada um aos bens de consumo, pois presume que a diferenciação é própria a todo mecanismo de concorrência e é positiva em si mesma. Nesse sentido, diferente das políticas de bem-estar, que se ocupavam de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade, trata-se de “conceder a cada um uma espécie de espaço econômico que possa assumir e enfrentar os riscos da existência” (FOUCAULT, 2008b, p. 198). Não tendo que contrabalancear a política econômica a qualquer custo, vai caber ao indivíduo, na maior parte do tempo, proteger-se dos riscos a partir do consumo de novos elementos de segurança – o que caracteriza o neoliberalismo como uma política social privatizada. Nesse sentido, de elogio da diferenciação como princípio inerente a concorrência, há o estabelecimento de uma moldura institucional que se abstém de uma intervenção no campo econômico para modificar o estado de concorrência, o máximo que faz é intervir para que essa concorrência seja alterada por algum fenômeno específico, como o monopólio. A liberdade de mercado vai além do processo de supervisão do Estado para que mercado respeitasse o princípio da troca e da equivalência. No neoliberalismo, a concorrência plena regula as escolhas e conseqüentemente os preços.

Os ordoliberalis criticam ainda ao *laissez-faire* como conseqüência política da economia de mercado. Para eles, tal perspectiva é pautada em uma “ingenuidade naturalista”, pois o mercado não é um dado natural, produzido espontaneamente e que o Estado deve respeitar. A concorrência possui sim uma lógica interna, uma estrutura própria (formal e não natural), mas essa não está dada, ela prescinde de condições, de artifícios, promovidos por uma intervenção, vigilante e ativa; seja por meio de “ações reguladoras” – que tem como objetivo a estabilidade dos preços visando o controle da inflação, por meio de uma política de crédito, ao invés da manutenção do pleno emprego, ou o equilíbrio da balança –, seja por “ações ordenadoras” – intervenção nas condições estruturais do mercado, em sua moldura, em elementos diretamente econômicos: população, técnica, aprendizagem, educação, regime jurídico, solo, etc. Fundamental para a organização de uma ordem da concorrência é que a intervenção governamental seja discreta na primeira e maciça na segunda. A “concorrência é portanto um objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar” (FOUCAULT, 2008b, 164).

Como se vê, há um descolamento em relação ao liberalismo clássico. O neoliberalismo não se situa “sob o signo do *laissez-faire*, mas, ao contrário, sob o signo de

uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente” (FOUCAULT, 2008b, p. 182), em que o crucial não é exatamente saber onde se deve ou não mexer, mas como mexer, sendo ainda o alvo da vigilância diferente do regime liberal que focava na manutenção dos processos naturais. Não há assim uma diminuição da intervenção governamental, mas o deslocamento do ponto de aplicação das intervenções – o investimento é nos mecanismos concorrenciais, para que esses constituam um regulador de mercado geral da sociedade. Essa regulação econômica,

não se obtém de modo algum por meio de fenômenos de igualização, mas por um jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência e se estabelece através das oscilações que só cumprem a sua função e seus efeitos reguladores contanto que, é claro, se permitam que ajam, e ajam por meio de diferenças. Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. (...) Logo, nada de igualização e, por conseguinte, de modo mais preciso, nada de transferência de renda de uns para os outros. Mais particularmente, uma transferência de renda é perigosa quando retirada da parte da renda que é produtora de poupança e investimento. (...) Em linhas gerais, trata-se simplesmente de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo para os que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar a sua própria existência. (FOUCAULT, 2008b, p. 194-6).

Diferente de um governo econômico, de um governo que tem como objetivo de suas intervenções o Estado soberano, no neoliberalismo a sociedade é o alvo e o objeto dessa nova prática governamental, devendo ser regulada com base no mercado – desse calcado não na troca das mercadorias, mas nos mecanismos de concorrência, sendo a sociedade suscitada a submeter-se a essa dinâmica, não recebendo assim apoio quanto aos efeitos antisociais da concorrência, mas sendo induzida a agir de modo que não produza, ela mesma, mecanismos anticoncorrenciais. Para tornar essa política de sociedade (*Gesellschaftspolitik*) viável, os ordoliberalistas insistiram em dois grandes eixos: (1) a modificação da instituição jurídica e das regras de direito para que essa estivesse de acordo com o quadro em que a sociedade é regulada a partir e em função da economia concorrencial de mercado; e (2) a formalização da sociedade com base no modelo da empresa.

(1) A respeito do primeiro eixo, tal proposição dos ordoliberalistas se sustentava pela defesa de que o processo econômico não está dissociado de um conjunto institucional, que a economia não é um processo mecânico e natural independente de uma moldura institucional, mas que ambos, moldura e economia, se apóiam mutuamente. Nesse sentido, consideram que os efeitos característicos da sociedade capitalista não se deviam a lógica do capitalismo em si

mesma, a qual teria abalado as antigas regras do direito e formulado outras em seu benefício, mas ao complexo econômico-jurídico instituído em relação de reciprocidade entre um e outro. De acordo com os ordoliberais,

o que escapa à teoria econômica, o que escapa aos economistas na análise deles é a instituição, e devemos passar a um nível de direito econômico consciente ao mesmo tempo pela análise histórica, que mostrará em que e como a instituição e as regras de direito têm relações de condicionamento recíproco com a economia, e, com isso, tomar consciência das modificações possíveis de ser introduzidas nesse complexo econômico-jurídico. (FOUCAULT, 2008b, p. 231).

O que os ordoliberais passam a questionar é sobre onde e como poderão introduzir modificações que permitam que as leis do mercado sejam o princípio de regulação econômica e social – que a formulação de uma ordem social seja consoante a uma ordem econômica. A solução encontrada é a aplicação à economia de um Estado de Direito (*Rechtsstaat* ou *Rule of law*).⁴⁶ As intervenções do Estado de direito na economia não tem como fim a correção de desvios que um plano previamente traçado pelo poder público possa ter sofrido; sobretudo porque as intervenções são “formais”, ou seja, não têm um fim particular, não servindo as leis como medidas administrativas, que se estendem a regulamentação. Não existe um plano, ou um fim particular, um “sujeito de saber na ordem da economia” (FOUCAULT, 2008b, p. 237), mas sim regras fixas que estimulam a competição, mas indiferentes aos efeitos que produzem. O Estado de direito desconhece os processos econômicos; a economia para ele é apenas um jogo, em que a instituição judiciária formula as regras que, por já serem previamente conhecidas pelos agentes econômicos (constituídos como empresas), lhes possibilita e exige que sejam livres para agir dentro dessa conjuntura. O resultado desse jogo é assim desconhecido, tanto para o Estado quanto para os indivíduos, sendo a espontaneidade dos processos econômicos e das ações dos indivíduos o que dá forma e regula a ordem econômica. A única intervenção do Estado nesse complexo e interligado campo é a lei, sendo o intervencionismo judiciário cada vez mais requisitado para arbitrar os atritos decorrentes dessa espontaneidade das ações e processos que se estimula.

⁴⁶ O Estado de direito caracteriza-se por ser uma oposição ao despotismo e ao Estado de polícia; portanto contrapõe-se ao poder soberano como determinante dos atos do poder público, em que lei e regulamentação se caracterizam como um só e mesmo tipo de mecanismo de coerção. Nessa teoria do Estado de direito que é gestada no fim do século XIX e início do século XX, os atos do poder público são limitados não pela vontade do soberano, mas por leis que antecipadamente restringem o Estado – e que ao mesmo tempo legitimam seu caráter coercitivo. Além disso, no Estado de direito, disposições legais e medidas administrativas se distinguem. Essencial é a decorrente formulação de um sistema de direito, em que as leis, mas também as instâncias judiciárias tornam-se um meio de arbitragem possível para as relações entre os indivíduos/cidadãos e o poder público (FOUCAULT, 2008b).

(2) Nessa economia de mercado concorrencial, há uma revalorização da unidade “empresa” como agente econômico fundamental, segundo eixo de ação dos ordoliberalis. Novo modelo em que, “o verdadeiro sujeito econômico não é o homem da troca, não é o consumidor ou o produtor, mas a empresa, nesse regime econômico e social em que a empresa não é simplesmente uma instituição, mas certa maneira de se comportar no campo econômico – na forma da concorrência em função de planos e projetos, com objetivos, táticas, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 240). Em um mercado que funciona sob a lógica da concorrência pura, a forma “empresa” multiplica-se por todo o corpo social, e transforma-se em um poder “enformador da sociedade”, constituindo toda uma dinâmica de busca por diferenciação em que o indivíduo deve arcar com os riscos da existência em todos os âmbitos da vida. Esse investimento na diferenciação, a fim de manter a concorrência, não resultaria assim em uma sociedade uniformizadora, massificada, uma “sociedade do espetáculo”, “trata-se, ao contrário, de obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas” (FOUCAULT, 2008b, p. 204).⁴⁷

Esse modelo alemão, de um Estado que constitui sua legitimidade a partir da economia, que propõe que o Estado exista apenas o bastante, fundando para isso um mercado livre e um sistema jurídico e judiciário pautado na verificação do mercado ao invés de no despotismo e na regulamentação, esse Estado de direito é que se difunde como modelo de nova racionalidade governamental para todo o mundo, sobretudo para os Estados Unidos, que não somente radicaliza, mas também inova esse sistema. Como na Alemanha, o neoliberalismo americano surge em meio a crítica a política keynesiana; ao plano Beveridge, e a programas econômicos e sociais, como o New Deal; assim como pela exigência dessa forma de racionalidade governamental para fundar o Estado. O neoliberalismo nos Estados Unidos, todavia, tomou proporções muito maiores nesse país, ganhando o aspecto de um problema das liberdades, transformando-se em uma espécie de foco utópico, tornou-se uma forma/método de pensamento, uma relação entre governados e governantes, muito mais do que uma técnica de governo. O resultado são as políticas intensas de privatizações que não tarda a servir como novo modelo mundial.

Como principal questão colocada pelos neoliberais está a reformulação da temática do *homo oeconomicus*, mais exatamente a tentativa de aplicar essa grande de inteligibilidade do sujeito econômico para os demais âmbitos da existência, da vida dos indivíduos. Fato

⁴⁷ A respeito desse ponto, ver capítulo ulterior que trata da indústria cultural como dispositivo biopolítico.

decorrente da compreensão de que a “alocação ótima de recursos raros para finalidades alternativas” (FOUCAULT, 2008b, p. 367) – uma conduta econômica – é cabível a toda conduta racional, ou tão somente sensível às modificações das variáveis do meio e que respondem a elas a partir de certa previsibilidade, sistematicidade, economicidade. O resultado disso é uma tentativa de aplicar uma análise economista ao não-econômico – a relação mãe-filho,⁴⁸ pai e mãe, homem e mulher – e a integração a economia de toda uma série de técnicas de aplicação de estímulos, de ações sobre o meio, visando o alcance de comportamentos determinados. O *homo oeconomicus* passa a ser compreendido como manipulável, ele “aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (FOUCAULT, 2008b, p. 369). Uma concepção que serve como via para o gerenciamento da sociedade, seu comportamento⁴⁹ em termos de consistência e inconsistências ao nível econômico, assim como concomitantemente serve de âncora e justificativa para o exercício de uma crítica política permanente da ação política e governamental em que as ações do poder público são igualmente aferidas em termos de custo e benefício.

Nesse tribunal econômico a sociedade formula suas lutas políticas através de afirmações de direito.

O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania (FOUCAULT, 1988, p. 158).

⁴⁸ Como salienta Foucault (2008b), “os neoliberais procuravam explicar (...) como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento” (FOUCAULT, 2008b, 334).

⁴⁹ Apesar de já ser comum relacionar o pensamento de Foucault e Hannah Arendt (2004), – entre outros, ver Agamben (2002) e Ortega (2004) –, não deixa de impressionar a similaridade do diagnóstico da modernidade – ou da “condição humana”, de acordo com Arendt (2004) – feita pelos autores, notável, por exemplo, nos seguintes dizeres na autora: “Se a economia é a ciência da sociedade em suas primeiras fases, quando suas regras de comportamento podiam ser impostas somente a determinados setores da população e a determinada parcela de suas atividades, o surgimento das ‘ciências do comportamento’ indica claramente o estágio final dessa evolução, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e a ‘conduta social’ foi promovida a modelo de todas as áreas da vida” (ARENDRT, 2004, p. 55). Por “social” Arendt (2004) compreende a ascensão da administração caseira, os processos inerentes a vida, as necessidades, a sobrevivência, em uma palavra a *oikonomia*, em detrimento ao achatamento da esfera pública. Uma “conduta social” é portanto uma conduta “econômica” (no sentido grego) e que segue normas, por não compartilhar do princípio, próprio do espaço público, da diferenciação. Chama assim atenção Arendt (2004), para o fato de que as ciências sociais, assim como as “‘ciências do comportamento’, visam reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal que se comporta de maneira condicionada” (ARENDRT, 2004, p. 55) – ou econômica.

Mas suas lutas não possuem somente essas formas, sobretudo se pensar que o sistema de controle instituído pelo liberalismo e aperfeiçoado pelo neoliberalismo escapa em sua maior parte as diretrizes do sistema jurídico, basta ver, por exemplo, o tipo de investimento sobre o *homo oeconomicus* que se quer reconstituir: um empresário de si mesmo, responsabilizado por sua existência, sua sobrevivência, cercado por toda uma teia de relações em que é estimulado a produzir-se como homem de desejo, saudável, de raça pura (ou que se encaixe em um comportamento e aparência dita normal), que busca seguridade dos perigos que a contemporaneidade lhe oferece por via da iniciativa privada. Em meio a esse discurso que adjetiva positivamente e institui toda uma rede de saber-poder sobre o cuidado com a saúde e a doença, o exercício de uma sexualidade considerada adequada, o alcance de uma seguridade financeira ao final da vida, o planejamento da quantidade de filhos que terá baseando-se nas condições de propiciar uma educação adequada para eles, vê-se que não se trata de “servidão voluntária’ (poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade” (FOUCAULT, 1995, p. 244), que é, por via do incitamento, da potencialização, o foco central das estratégias de controle dessa racionalidade governamental.

1.6 SÍNTESE SOBRE A BIOPOLÍTICA – LIMIAR PARA TECER RELAÇÕES COM A INDÚSTRIA CULTURAL

Após fazer esse breve diagnóstico do presente a partir de um apanhado geral daquilo que escrevera Foucault em várias de suas obras, é profícuo pensar a respeito dos efeitos dessa tecnologia de poder que é a biopolítica, e dos recursos utilizados para que esses efeitos fossem possíveis. Realidade marcante da biopolítica é a totalização dos indivíduos sob o conceito de população, a apreensão e gerenciamento de grande quantidade de pessoas a partir do que seria seu denominador comum: a naturalidade, o que se refere ao biológico. Uma tecnologia que não se ocupa com uma individualização, tal como nas disciplinas, ainda que seja composta por esse tipo de controle, mas que é massificadora ao tomar o homem como “ser vivo”, como “espécie”, e produzir meios para que essa compreensão realmente alcance e molde o concreto. O sujeito, na perspectiva idealizada pelo Iluminismo, é reduzido a condição basal, de “vida nua” – para usar uma expressão de Giorgio Agamben (2002) –, afastando-se em muito do que

seria uma vida qualificada, de autonomia, e de “maioridade”, no sentido kantiano. Em tempo de biopolítica, o que está no centro dos investimentos econômicos (e psíquicos) são os seres vivos; algo que se dá tanto mais é generalizada a figura do *homo oeconomicus*. Representante daquilo que seria um dos fenômenos próprios à população, a economicidade, o *homo oeconomicus*, sobretudo em sua forma neoliberal, é um potencializador da ação sobre os fenômenos biológicos da população, uma vez que o modelo da empresa, de empreendedorismo e de obtenção de um capital humano, é aplicado sobre todos os âmbitos da vida, de maneira a determinar o modo como os corpos e as condutas devem ser investidos nos mais diversos aspectos possíveis. Nesse sentido, a expressão *vida* nas teorizações de Foucault a respeito da biopolítica, é interpretada como tendo dois significados: um que se refere ao biológico; e outro em que significa o próprio cotidiano, as ações e momentos do dia-a-dia, ao que é público e privado – se ainda é possível fazer essa distinção. É nesse duplo sentido da expressão “vida” nos estudos foucaultianos, que se interpreta aqui o *homo oeconomicus* como potencializador do investimento sobre a vida, em que o biológico é alvo de ações que se realizam no molde da empresa, assim como também o público e o privado são imersos nessa lógica. O sujeito é reduzido a um conjunto de elementos referentes à biologia/vida da espécie. No modo de *politização* vigente, já não mais determinado completamente pelas necessidades estatais, mas sim pelos ditames do mercado (ou ainda do Estado a serviço do mercado), a vida é gerida pela concorrência e pela relação de custo-benefício.

A figura do *homo oeconomicus* (em sua forma neoliberal) permite vislumbrar ainda as estratégias biopolíticas contemporâneas de controle. Fazemos referência aqui aos mecanismos de responsabilização do indivíduo; de incitamento a construção de características únicas, singulares; do imperativo para “ser livre” e agir de forma empreendedora sobre si mesmo; e ainda, de prescrições para os diversos âmbitos públicos e privados da vida. Mas não se trata somente disso. Há ainda o fomento de toda uma “cultura do perigo”, em que o indivíduo é estimulado a experimentar a vida como portadora de inúmeras ameaças a que é preciso estar atento e precaver-se, sendo esse o parâmetro, o limite estipulado, mas velado, para o exercício da (pretensa) liberdade. Por outro lado, existe um incessante “controle-estimulação”, em que a liberdade, ou apenas a sua referência, cumpre uma importante função. Parece assim que “estímulo” e “noção de perigo” são complementares no modo neoliberal de conduzir as condutas. Nesse molde de governo de si promovido, chama a atenção o fato de como se generaliza a característica da economicidade da população, sendo o sujeito, imerso nessa racionalidade econômica e seus ditames de empreendedorismo, reduzido em todos os

sentidos ao âmbito das necessidades.⁵⁰

Dentre as demais estratégias de subjetivação identificadas como inerentes à tecnologia de poder da biopolítica, destacam-se as ações de normalização daquilo que se refere ao biológico, por exemplo, a saúde e o sexo, mas também as relações afetivas e o comportamento. Mesmo que a norma não se refira mais a potência máxima identificada como possível a um organismo, um modelo único, devendo o indivíduo adequar-se ao determinado como ideal ou então ser excluído daquele espaço em que se encontra; na passagem de uma “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992), o indivíduo ainda é assombrado pela necessidade de adequar-se ao estipulado como normal, apesar dessa norma ser agora, na maior parte dos casos, resultado de uma média, da normalização se realizar por uma ação sobre as variáveis do meio e da exclusão nem sempre ser tão explícita como na instituição disciplinar, pelo fato do poder biopolítico não se restringir a um espaço determinado.

Entendemos que o termo que melhor especifica o modo como opera a biopolítica seja o de *dispositivo*, utilizado por Foucault (2000) para designar a rede que se estabelece entre o dito e o não-dito, os discursos e as práticas, o meio e o indivíduo. Na interpretação e ampliação de Agamben (2007) do uso feito por Foucault do termo, dispositivo é “cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivientes” (AGAMBEN, 2007, p. 6). De acordo com Agamben (2007), na resultante da relação entre seres viventes e dispositivos encontra-se o sujeito.

A partir do exposto, consideramos profícuo pensar a *indústria cultural como dispositivo biopolítico*, já que utiliza diversificadas técnicas – sendo a primordial a exploração das fraquezas do “eu” –, sobretudo aquelas concernentes à indústria do entretenimento, como mecanismos de subjetivação destinados às massas, programado em sua origem para atingir uma grande quantidade de pessoas e para estimular que os sujeitos que a compõem se fundem enquanto seres viventes, intimamente ligados a dimensão biológica, ao corpo, à vida. As aproximações então entre biopolítica e indústria cultural apresentadas nesse trabalho se referem ao modo de exercício do poder (sutil e positivo), sendo enfatizada a similaridade das estratégias de subjetivação, assim como do resultado, do efeito de realidade dessas, no caso o investimento sobre a vida, no duplo sentido identificado na obra foucaultina, e a redução do sujeito à condição basal, ao âmbito das necessidades – ou, dito de outro modo, a produção de

⁵⁰ A respeito da relação entre economia e necessidades da vida, sobrevivência individual, bem como a sua sobreposição a esfera pública, ver Arendt (2004).

uma falácia quanto ao sujeito idealizado pelo Iluminismo, detentor de autonomia e liberdade.

2 INDÚSTRIA CULTURAL

2.1 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

Cunhado na década de quarenta do século passado, e desenvolvido com mais profundidade no segundo capítulo da *Dialética do Esclarecimento*, o conceito de *indústria cultural* foi o desiderato da crítica à cultura elaborada por Adorno, em conjunto com Horkheimer (1985). Ele foi usado em contraposição ao termo *cultura de massas*, para denominar, de modo irônico⁵¹, o fenômeno emergente de produção da cultura nos moldes da “indústria”, que visa o seu consumo em detrimento de sua formação “espontânea” pelas próprias massas (ADORNO, 1978).

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural é um fenômeno de dominação cultural que procura manipular o desejo explorando a fraqueza do “eu”, a fim de produzir indivíduos conformistas com relação à realidade, porque adaptados ao consumo. É um dos privilegiados mecanismos de dominação em nosso tempo atuando, sobretudo, por meio da construção ideológica, de modo que não se questione a irracionalidade do sistema a que se está submetido. Ela realiza ainda uma sutil relação entre os produtos consumidos e a identidade, de modo que cada um é avaliado por aquilo que possui ou não.

Antes de iniciar a explicação sobre esses efeitos da indústria cultural e o detalhamento sobre como ela se configura como um dispositivo biopolítico, é necessário primeiramente descrever alguns aspectos da crítica com relação à fabricação de bens culturais nos moldes da indústria, para que se compreenda sua função essencial na constituição de subjetividades adaptadas ao consumo, pseudo-desejantes de identificação com os padrões veiculados como ideais e, conseqüentemente, com a dinâmica de uma (falsa) centralidade da razão na sociedade contemporânea.

No contexto do desenvolvimento liberal, a obra de arte (erudita e “popular”) foi não

⁵¹ Uma postura irônica em relação ao presente também é adotada por Foucault. De acordo com Rabinow (1999), referindo-se ao autor francês, a ironia é a contraposição a uma postura heróica frente a situação presente – própria de um *ethos* moderno, calcada na disciplinarização e no autocontrole. De acordo com Rabinow (1999), para Foucault, “ser irônico implica em abandonar a seriedade tradicional, enquanto se preserva um ativo compromisso com as preocupações do presente; (...) é também evitar a frivolidade manifestada quando se abandona toda a seriedade para se dançar sobre o túmulo de Deus, do Logos, do falocentrismo, etc. (...) A postura irônica resulta em procurar no presente aquelas práticas que oferecem a possibilidade de uma nova maneira de agir.” (RABINOW, 1999, p. 64). Nesse sentido, talvez seja possível pensar a postura irônica como princípio teórico-metodológico de diagnóstico do presente compartilhado por Foucault e Adorno.

apenas subjugada, mas já produzida sob os auspícios da lei da troca; a exigência de definição de um valor de troca para cada bem cultural é marca da degradação de seu sentido original de gratuidade, no caso da cultura “popular”, e de autonomia com relação à realidade, no que se refere à cultura erudita. Esta ainda teve sua característica de inutilidade apropriada pelo mercado a fim de lhe conferir um valor de uso superior.⁵²

A autonomia da obra de arte séria com relação à realidade se refere a sua falta de “finalidade”, ou seja, a sua oposição ao trabalho, à necessidade, bem como a sua rejeição de uma predeterminação por parte da sociedade do que ela deve ser. Além disso, “o caráter único da construção da obra, sua falta de determinação social imediata, parece ser uma *radicalização* da estrutura funcional a que todas as pessoas estão submetidas no sistema capitalista” (FREITAS, 2003, p. 27), sendo esse traço de universalidade a condição para uma experiência com ela. Porém, fruto do ócio, transforma-se em escárnio quanto àqueles que têm que se submeter, e também contra os que na divisão do trabalho tiveram o privilégio de produzir e fruir as obras de arte, já que esses sabem que são de alguma maneira expostos e dependentes dos que vendem sua força de trabalho. Desse modo, a obra de arte séria acaba sendo, por um lado, a expressão da “falsa universalidade” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 127), mas é, paradoxalmente, somente essa autonomia, esse distanciamento, que permite que se lance um olhar de negatividade sobre o mundo, como questionamento e desejo de transcendência. Por outro lado, a obra de arte

possui sim, um vínculo forte com a sociedade, mas que não se estabelece pela sua funcionalidade social, e sim devido ao fato de que a dinâmica histórica da relação entre os homens, expressas em suas relações de trabalho, reflete-se nos problemas inerentes das *formas* da arte contemporânea. Adorno diz que o conteúdo social *sedimenta-se* na forma da obra de arte (FREITAS, 2003, p. 25).⁵³

A obra de arte autêntica, apesar de ter presente em sua forma o desejo de que o mundo fosse diferente do existente, não tem a pretensão de modificar a realidade, mas de

⁵² De acordo com Horkheimer e Adorno (1985), “tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo. O valor de uso da arte, seu ser, é considerado como um fetiche, e o fetiche, a avaliação social que é erroneamente entendida como hierarquia das obras de arte – torna-se seu único valor de uso, a única qualidade que elas desfrutam” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 148).

⁵³ Como explica Jimenez (1977), a assertiva de que a forma é conteúdo (social) sedimentado remete a compreensão de Adorno de que a forma é expressão das condições contemporâneas das forças produtivas. Ou seja, por um lado, sendo fruto do não-trabalho, deixa ver como o homem está subjugado à divisão social do trabalho, de maneira que “o que a arte exprime da realidade empírica é precisamente o que esta última rejeita: o ‘recalcado’” (JIMENEZ, 1977, p. 108). Por outro, ela expressa a capacidade de mudança do real, de transcendência, por via das forças produtivas, das relações e modos de produção vigentes, ainda que de maneira utópica. Seu antagonismo é o fator de sua autenticidade.

expressá-la; ainda que isso jamais seja possível de modo completo. Esse fracasso ela assume, permitindo por isso que seja expressão de um dos mais íntimos sentimentos humanos: o desejo nunca completamente consentido de identificação, de reconciliação com aquela natureza de que o homem foi cindido, não com pouco sofrimento, para ser imerso na cultura a partir do controle de suas pulsões. A obra de arte séria possibilita o reconhecimento dessa dimensão recalcada e sua sublimação, ou seja, a elaboração e manifestação desse desejo inconsciente de reconciliação pela produção da cultura, bem como a conscientização de que esse desejo nunca pode ser alcançado.

Já a arte “leve” é a expressão tornada irônica da realidade devido a não liberdade de seus fins. Ela é o passatempo, a tentativa de se opor àquilo que subjuga: o trabalho – o que permite o ócio, condição primeira para a obra de arte séria, às classes mais abastadas. A arte “leve” acaba por isso sendo a “má consciência social da arte séria” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.127). A diferença entre ambas é complementar para uma expressão verdadeira da cultura, ao permitir ver a realidade tal como ela é: permeada pela injustiça social, contraditória, tensa, um embate interminável entre os desejos humanos e a interdição cultural. Além disso, para Adorno (1995), o tempo livre – e dentro dele os mecanismos da indústria cultural – não é apenas momento de dominação, mas, mesmo em sua forma atual, um espaço também capaz de “resistir à apreensão [Erfassung] total”. (ADORNO, 1995, p. 81).⁵⁴

Com a justificativa de democratizar os bens culturais, o que exige a sua produção em larga escala – nos moldes na indústria –, e fazendo com que, tanto a arte “leve” quanto a arte séria sejam obedientes ao mecanismo da oferta e da procura, o que acontece é a perda da singularidade de cada tipo de arte. Ou seja, com relação à obra de arte séria, esta adquire o estatuto dos demais bens de consumo, a saber, de causar satisfação e de negação das contradições sociais, enquanto perde por isso seu caráter de gratuidade. Quanto à arte “leve”, deixa de ser irônica e passa a ser um analgésico. A indústria cultural é resultado da união entre arte “leve” e arte séria (ADORNO, 1986; HORKHEIMER; ADORNO, 1985), com a degradação de ambas devido ao seu uso utilitarista no interior do sistema capitalista. A indústria cultural possui, portanto, o caráter de passatempo, de divertimento, presente na arte

⁵⁴ Vale uma nota da citação completa da frase do autor: “Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [Erfassung] total. Isto coincidiria com o prognóstico social, segundo o qual, uma sociedade, cujas condições fundamentais permanecem inalteradas, também não poderia ser totalmente integrada pela consciência. A coisa não funciona assim tão sem dificuldades, e menos no tempo livre, que, sem dúvida, envolve as pessoas, mas, segundo seu próprio conceito, não pode fazê-lo completamente sem que isso fosse demasiado para elas.” (ADORNO, 1995, p. 81-2).

“leve”; e de representação da realidade referente à arte séria.

O fato da indústria cultural se apresentar como obra de arte (séria) (ADORNO, 1986; HORKHEIMER; ADORNO, 1985), ou seja, como representante/crítica da realidade, sendo a característica da arte “leve” a diversão, um complemento, no sentido de reforçar a sua dinâmica (tal como será explicado em seguida), já impossibilita que ela expresse realmente o mundo como ele é. Isso porque a tensão entre esses dois tipos de arte foi extinta, destruindo com isso também a percepção das contradições sociais que permeiam o todo, bem como a própria tensão (e não identificação!) entre a obra produzida e a vida cotidiana – o fracasso assumido pela obra de arte séria, mas não pela indústria cultural. Assim, ao escamotear as contradições, a indústria cultural torna-se *ideológica* (ADORNO, 1978; 1986; HORKHEIMER; ADORNO, 1985), pois produz a falsa percepção de que a realidade é livre do caos, sem tensões, ordenada. Em uma palavra: ela forja uma falsa reconciliação entre o universal, o todo existente, e o particular, o indivíduo.

Será nesse sentido que a arte “leve” complementarará a configuração da aparência como realidade, pois é organizada de maneira que o indivíduo identifique-se com a dinâmica (repetitiva) da indústria e do trabalho, apresentado como o único modo de existência possível. Como destacam Horkheimer e Adorno (1985),

a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretensível conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência automatizada de operações padronizadas (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 128).

Por essa pretensão que possui com relação à “diversão”, que seja útil aos interesses do capital por meio da adaptação ao trabalho que promove, ou seja, que a diversão tenha uma “finalidade”, é que a indústria cultural acaba por destruí-la. Ao perder o seu caráter de gratuidade não pode por isso mais ser diversão, no sentido presente na arte “leve”, mas apenas um mecanismo de engano quanto à realidade e suas contradições ao fazer esquecer o sofrimento do trabalho por meio de atividades predeterminadas como “prazerosas”.

É, portanto, para mascarar a desordem e as contradições, que a indústria cultural constitui um sistema em que suas partes são coerentes em si mesmas e com o conjunto que compõem. No caso o cinema, as revistas ilustradas, o rádio, a televisão – seus mecanismos de

manipulação por excelência, aliados hoje à rede mundial de computadores, a internet –, fazem uso cada qual de um tipo de técnica para apresentar o mundo como aparência; mas “é somente no conjunto de todos os procedimentos mutuamente afinados e contudo divergentes quanto à técnica e ao efeito que se forma o clima da indústria cultural” (ADORNO, 1978, p. 347). A racionalidade técnica é usada para auto-afirmar das maneiras mais variadas possíveis o seu discurso, a partir de uma manipulação da percepção em direção à unidade.

2.2 A INDÚSTRIA CULTURAL COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO

Uma das hipóteses para que a indústria cultural seja compreendida como um dispositivo biopolítico se refere ao fato de que seus mecanismos não objetivam especificamente a manipulação individual, mas seus veículos (rádio, televisão, revistas, cinemas, entre outros) são planejados prioritariamente para atingir grande público, as *massas* – termo utilizado pelos filósofos frankfurtianos. Entendemos que o termo “massa” pode ser considerado como de sentido similar aquele indicado por Foucault ao de “população”, já que, ambos apontam para a impossibilidade percebida de se ignorar a realidade desenhada pela coexistência de elevado número de pessoas, e a conseqüente atenção despendida para a elaboração de estratégias de subjetivação que dessem conta dessa realidade, que ultrapassassem enfim o espaço institucional considerado insuficiente para a conjuntura social inaugurada no século XVIII e que, guardadas as diferenças, ainda apresenta atualidade. A indústria cultural é aqui compreendida como a configuração específica que as estratégias biopolíticas gestadas, conforme explica Foucault, no início do período moderno, puderam tomar no liberalismo e no neoliberalismo, principalmente pelo desenvolvimento técnico ocorrido.

Se é possível distinguir que o conceito de “população” refere-se à coexistência de indivíduos em um território, enquanto as “massas” não têm essa delimitação específica a qualquer tipo de espaço, é preciso considerar que, com a centralidade adquirida pelo mercado no controle da população, cada vez mais promove-se uma independência com relação ao território, ou, se quiser, ao Estado em si. O que se quer destacar é a similaridade no trato da população/massa apontado por Foucault e por Adorno em conjunto com Horkheimer, as estratégias para o seu domínio, bem como o resultado almejado e produzido sobre a população/massa em um sistema regido pela tecnologia biopolítica de poder, de que a

indústria cultural indica ser um dos mais bem acabados instrumentos.

A respeito dos mecanismos de manipulação, biopolítica e indústria cultural operam não pela ação específica sobre cada organismo, mas sobre as variáveis do *meio*, sendo possível afirmar, inclusive, que a indústria cultural se configura como o próprio *meio*, ao produzir um efeito de realidade que mantêm as massas sob controle, como será especificado em seguida. Como desiderato da indústria cultural está a totalização da multiplicidade ao denominador comum da *naturalidade*, tal como a biopolítica. Dito de outro modo, a indústria cultural conduz as condutas anulando as particularidades individuais em benefício de uma redução do sujeito a sua naturalidade, à configuração de uma identidade que é calcada no corpo, nos fenômenos biológicos, totalizando, massificando os sujeitos como espécie.

Sobre a configuração da indústria cultural como o próprio *meio*, essa é uma hipótese que se sugere pela análise dos escritos dos filósofos frankfurtianos. De acordo com eles, a indústria cultural produz um efeito de realidade por via do uso que faz do desenvolvimento tecnológico, no sentido de diminuir as possibilidades de distinção entre a vida e os produtos da indústria cultural, realizando, por conseguinte, uma adaptação objetiva e subjetiva à lógica do trabalho/indústria/mercado. Para produzir um efeito de realidade, um encantamento eficaz sobre os consumidores, os produtos da indústria cultural são apresentados como se fossem a reprodução rigorosa do mundo. O desenvolvimento técnico contribui para isso, ao ser usado para diminuir as possibilidades de distinguir a vida e o filme (hoje, a vida e a realidade virtual). “Desde a súbita introdução do filme sonoro, a reprodução mecânica pôs-se ao inteiro serviço desse projeto. A vida não deve mais, tendencialmente, deixar-se distinguir do filme sonoro” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.119). Resta assim pequeno (ou nenhum) espaço para a fantasia, a imaginação, levando o espectador a identificar de modo imediato, o filme com a vida cotidiana – ou, apenas com a aparência dessa, ou ainda, no extremo, com o que a vida mesma acabou por se transformar devido aos mecanismos da própria indústria cultural.

Além da semelhança forçada que limita a imaginação e a espontaneidade, a constituição objetiva dos produtos igualmente atua nessa direção, pois exige um desempenho específico por parte do espectador. A velocidade com que as cenas do filme mudam de uma para outra, requer o esforço para que o seu desenvolvimento e que sua mensagem exata não deixe de ser percebida. A constituição objetiva dos produtos dessa maneira modifica a capacidade de percepção da realidade, ao esperar do indivíduo um mesmo tipo de resposta. “Ao olho cansado do espectador nada deve escapar daquilo que os especialistas excogitaram como estímulo; ninguém tem o direito de se mostrar estúpido diante da esperteza do

espetáculo; é preciso acompanhar tudo e reagir com aquela presteza que o espetáculo exhibe e propaga” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.130). Se a exigência de um tipo de atenção determinada proíbe a atividade intelectual, todavia essa dinâmica já está inculcada no indivíduo, devido a todos os produtos da indústria cultural operarem nessa mesma direção. Essa repetibilidade é essencial para que o caráter de aparência produzido não venha à tona e se mostre como tal, assim como serve para moldar a própria subjetividade do indivíduo à lógica repetitiva da indústria.

Desse modo, “inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.119), pois a reprodutibilidade das mercadorias segundo padrões sempre iguais, e a constituição objetiva dos produtos, dão forma ao real e ao próprio indivíduo, impedido da mediação de si com o elemento de universalidade antes contido na obra de arte, uma vez que a diferença foi subsumida, e o próprio indivíduo, sem um ponto de tensão, diluiu-se na totalidade mecanicamente fabricada. As “massas não são, então, o fator primeiro, mas um elemento secundário, um elemento de cálculo; acessório da maquinaria. O consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto.” (ADORNO, 1986, p. 93).

É essencial dizer que a diluição do indivíduo na totalidade se dá em troca de pseudogratificações, proporcionadas pela previsibilidade dos produtos da indústria cultural. Em troca da sensação de ordem, de uma pretensa reconciliação entre o universal e o particular, é que os bens culturais vendem a promessa de alcance daquela gratificação que a civilização solapou no ser humano, ou ainda, que restringiu ao âmbito da sublimação. Se nem mesmo a sublimação, como meio proporcionado pela civilização para que o homem tivesse felicidade, está mais ao alcance dele, é preciso então que a promessa da indústria cultural permanecesse enquanto tal. Por causa disso, reprime o indivíduo, ao iludi-lo quanto à possibilidade de satisfação que ele encontraria nos produtos culturais. O prazer da existência é subsumido ao gozo causado pela capacidade de previsão, e a autocompreensão do indivíduo como singularidade é anulada, juntamente com os elementos de tensão que compõem a verdadeira realidade e que possibilitariam a distinção almejada.

É dessa maneira que o fugaz reconforto causado ao ego pela sensação de ordem, de escamoteamento da tensão, dúvida e diferença, transforma-se em compensação à irracionalidade do sistema capitalista (HORKHEIMER, 1991) a que o indivíduo está submetido e, portanto, em mecanismo de dominação. Na ilusão causada pela indústria cultural, de que faz parte a constituição objetiva dos seus produtos, o indivíduo é adaptado às

engrenagens do sistema, ao princípio da repetição, típica não apenas do trabalho industrial, mas daquilo que hoje o substitui em parte, a domesticação do trabalho intelectual rotineiro. Por outro lado, promessa de prazer pela diversão “acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve exigir mais esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 128).

O resultado dessa indistinção entre a vida cotidiana e a aparência que, veiculada como “natural”, alça o status de realidade, é não somente a integração do indivíduo a ela por meio de uma adaptação objetiva, mas ainda a integração pelo conformismo ao existente via uma adaptação subjetiva. O estímulo à identificação é uma das estratégias centrais da indústria cultural nessa direção, que explora as fraquezas de um ego fragilizado perante a impossibilidade de internalização de uma autoridade externa, desde que a figura do pai foi enfraquecida junto com o desenvolvimento do sistema capitalista. Na carência de um elemento de diferenciação, à identificação só sobre um si mesmo, com um ideal que é mero reflexo do ego, ou seja, sem alteridade. Ao invés de promover um desvio das pulsões para algo diferente da satisfação sexual, e de sua canalização para a formação egóica, os bens culturais, produzidos nos moldes da indústria, exploram essa tendência narcísea vinculando a promessa de satisfação imediata ao ideal vivido pelas personagens de televisão e cinema. Se a estrela usufrui nas telas o que seria uma felicidade ilimitada, o fato de suas representações se parecerem muito com a vida cotidiana faz com que o indivíduo observe e espelhe o artista com o entusiasmo de que esse fosse ele próprio, de maneira então a reproduzir o inconsciente narcisista que anseia por alimentar o ego pelo investimento libidinal. A concretização desse ideal, todavia não se apresenta como atingível, permanecendo o ego fragilizado e impotente. Isso porque,

Na indústria, o indivíduo é ilusório não apenas por causa da padronização do modo de produção. Ele só é tolerado na medida em que sua identidade incondicional com o universal está fora de questão. Da improvisação padronizada no jazz até os tipos originais do cinema, que têm de deixar a franja cair sobre os olhos para serem reconhecidos como tais, o que domina é a pseudo-individualidade. O indivíduo reduz-se a capacidade do universal de marcar tão integralmente o contingente que ele possa ser conservado como o mesmo. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.144).

A tentativa de investimento narcíseo se mostra, no entanto, frustrada devido ao princípio de realidade, que deixa ver a singularidade almejada e identificada nos “tipos originais do cinema” e, portanto, também a satisfação que com ela seria pretensamente

atingida, como resumida ao seu próprio simulacro, ao ser permitida apenas enquanto pseudoindividualidade.

Decorrente da compreensão oferecida pelo princípio de realidade, como seu resultado perverso, está o fato que “esse princípio, então, ajusta o indivíduo à realidade, pois seu bom senso mostra que não vale a pena se esforçar para entrar no mundo dos astros, cabendo a satisfação de poder participar dele à distância, somente em seu imaginário.” (PETRY, 2007, p. 34). Percebendo que é excessivamente dispendioso o esforço da individuação e da construção de uma singularidade nos moldes prescritos pela indústria cultural, o que resta é o conformismo, a adaptação aos padrões já estabelecidos e o usufruto de pseudogratificações.

A adaptação objetiva e subjetiva à realidade é decorrente, portanto, do modo como a indústria cultural mimetiza a realidade, fazendo com que o indivíduo acabe por ser integrado ao também mimetizá-la. Dentre o que já foi escrito, é preciso salientar que o poder de integração do indivíduo se deve não somente ao fato da ação de contrapor-se ao existente ser dada como nula, já que tudo parece ser idêntico a tudo – o que acaba se transformando em verdade –, mas também porque o indivíduo é propenso a deixar-se seduzir pela abdicação do esforço da individuação. A respeito da exploração dessa característica como estratégia da indústria cultural, vale fazer referência aos filósofos alemães:

Nos rostos dos heróis do cinema ou das pessoas privadas, confeccionados segundo o modelo das capas de revistas, dissipa-se uma aparência na qual, de resto, ninguém mais acredita, e o amor por esses modelos de heróis nutre-se da secreta satisfação de estar afinal dispensado de esforço da individualização pelo esforço (mais penoso, é verdade) da imitação (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.146)

Do esforço desesperado de individualização para a imitação das figuras de autoridade que a indústria cultural produziu – atores, dançarinas, modelos –, substituindo perversamente a figura paterna, é feita a exploração do impulso ao comportamento mimético, feita em troca da fugaz sensação de existência. A mimesis, processo imemorial de autoconservação, se reconfigura como mecanismo de adaptação quando, na produção de uma realidade que não comporta a diferença, a imitação daqueles que são referência social parece ser a única maneira possível de conservar-se (em termos subjetivos ou, em casos extremos, até objetivos). Como explica Duarte (2003), “dessa forma, o procedimento que, na natureza, garante a conservação daquelas espécies que, por sua fragilidade física, não resistiriam à força de seus predadores, erigida no plano histórico a princípio de dominação da natureza, denota

um sofisticado grau de reificação que é o da sociedade tecnologicamente organizada do capitalismo tardio” (DUARTE, 2003, p. 72), já que se configura como prolongamento da natureza ameaçadora.

Unido a mais esse efeito da perda de uma referência de autoridade, que é a manipulação da capacidade mimética, se encontra “a realização dos desejos conforme os modelos que são expostos pelos produtos da indústria cultural, ou seja, a vontade passa a desejar aquilo que se tornou ditatorialmente objeto de desejo.” (PETRY, 2007, p. 34). Percebido o distanciamento (e ao mesmo tempo a proximidade) do “artista” na tela àquele que está do lado de fora dela, como espectador, o investimento de cada um, como um consolo, é no consumo dos mesmos produtos utilizados pela “celebridade”; ocorrendo, nessa associação indireta entre a “personalidade” e o produto usado – ou ainda seu comportamento e formas corporais –, a canalização do desejo para o que já está determinado. O que se quer, portanto, encontra-se definido de antemão, de maneira que “a demanda ainda não foi substituída pela simples obediência. [...] o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.128).

Por fim, como mais um elemento que contribui para a constituição da realidade como aparência, ou vice-versa, destacam-se os esquemas e estereótipos (como por exemplo, a dicotomia heróis e vilões) apresentados pela indústria cultural aos indivíduos. “Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar, a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quanto ele tem lugar como previsto.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.118). Para que nada escape à moldura constituída pela indústria cultural para apresentar o mundo aos indivíduos, porque do contrário se correria o risco de denúncia quanto ao seu caráter de falácia, para tudo há algo determinado. Todos os âmbitos da vida devem possuir algum esquema a ser inculcado como diretriz de compreensão e conduta. A indústria cultural facilita assim o que ao ser humano é penoso, difícil, no caso a mediação entre a realidade e o indivíduo, o objeto e o conceito, o total e o individual, enfim, a constituição de si. O espaço de formação da autoconsciência é transformado em local de uma identificação imediata com os modelos de vida veiculados. De acordo com os autores alemães, “a função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.117). Como explica Duarte (2003),

Horkheimer e Adorno se apropriam do conceito de esquematismo no

sentido de mostrar em que medida uma instância exterior ao sujeito, industrialmente organizada no sentido de proporcionar rentabilidade ao capital investido, usurpa dele a capacidade de interpretar os dados fornecidos pelos sentidos segundo padrões que originalmente lhe eram internos (DUARTE, 2003, p. 54).

O modo como se organiza a indústria cultural restringe ao indivíduo apenas a assimilação do que já está classificado, deduzido, conceituado pelos seus produtos, bem como determina a capacidade de percepção da realidade, como já descrito anteriormente.

Todas essas estratégias de adaptação objetiva e subjetiva é que transformam a cultura em adestramento. Funcionam, portanto, como *meio*, no mesmo sentido identificado por Foucault (2008b) a respeito da tecnologia biopolítica. Ou seja, por ações indiretas e calculadas para fomentar o consumo, os veículos da indústria cultural estabelecem uma relação entre as massas e os artifícios (“quase naturais”) que estão ao redor dela. Da combinação ocorrida entre os instrumentos tecnológicos disponíveis e o desejo de reconforto e gozo, provoca-se uma modificação/adaptação das próprias massas, na medida em que essas mimetizam a realidade artificialmente produzida pela indústria cultural – mas que se apresenta como natureza/natural, ou seja, como sendo a própria realidade, escamoteando enfim seu caráter antagônico e ideológico.

Nesse processo, o corpo pode ser, a partir da análise dos escritos de Horkheimer e Adorno (1985), compreendido como *meio* – local em que se materializam os investimentos sobre a vida, essa entendida como o modo individual de pensar e agir no mundo, os fenômenos biológicos concernentes à população, e ainda, algo como que um impulso para a liberdade. O corpo caracteriza-se, por conseguinte, como uma das variáveis (talvez a mais importante) de manipulação e controle das massas. Tal compreensão se deve ao fato da entrada da vida na história – que Foucault (1988) aponta como o “limiar da modernidade biológica”, em que a biopolítica tem razão de ser – ser indicada pelos autores alemães como decorrentes da própria imersão do homem primitivo na cultura, de que o controle de seu corpo foi a condição principal.⁵⁵ Para explicar mais detalhadamente essa hipótese formulada, faz-se necessário discorrer brevemente sobre alguns pontos da *Dialética do Esclarecimento* que estão na base do conceito de indústria cultural.

⁵⁵ Como explicam Horkheimer e Adorno (1985), o processo do Aufklärung não se limita aos Séculos das Luzes, mas tem origem imemorial no contexto do desenvolvimento das práticas e noções de domínio da natureza, tanto interna (o próprio corpo, as pulsões), como requisito civilizador e produtor da cultura, como externa, condição essencial de sobrevivência da espécie. “Natureza” para esses frankfurtianos, quer dizer também e simultaneamente, a esfera do mito, do não-controlável, daquilo que traz a ameaça, real ou simbólica, de dissolução ou regressão à condição primeva, de “apenas corpo”. Paradoxalmente, a Modernidade é também um momento de recrudescimento desse processo, justamente ao erigir o corpo como momento primordial de expressão subjetiva.

2.2.1 O corpo como dispositivo por excelência

Realizando uma das críticas mais contundentes ao *Aufklärung*, Horkheimer e Adorno (1985) vão apontar para o estado de dominação em que se organiza a sociedade capitalista, como decorrente da centralidade sem precedentes adquirida pela razão e da legitimidade em se exercer todas as ações ditas racionais, independente de seu sentido e fim último. Para desvendar esse quadro, investem na busca daquilo que seriam as origens e o desenvolvimento da razão ocidental, e apontam para a existência de uma matriz genealógica comum entre mito e esclarecimento, e para a permanência de um elemento mitológico na ciência. De acordo com os autores, foi para explicar o desconhecido, e assim livrar-se do que se teme, que se deu, em tempos imemoriais, a constituição por parte do homem primitivo de rituais mágicos, vários deles representados pelo corpo como suporte do movimento. Por via do comportamento mimético (danças, usos de máscaras, sons, e outros recursos) buscou-se uma identificação com aquilo que se supõe ser uma ameaça (comumente os fenômenos desconhecidos da natureza), tentando aplacá-la. Trata-se, como proto-história da razão, de colocar o mito como primeiro discurso racional e de fazer mover o corpo já sob o comando de uma outra instância, não-corporal.

Ainda que a referência aos mitos não seja mais corrente para explicar aquilo que o homem desconhece, a vontade de saber (esclarecimento) e o poderio que adquire, a partir da modernidade, aquilo que é racional e científico, possui uma relação intrínseca com a mitologia. Ao ser tomado como inquestionável, o conhecimento racional é comparável à crença, pois ao substituir a magia pelo cálculo, e a imaginação pelo saber, manteve-se mitológico, porque reproduz a lógica cega daquele. Além disso, da mesma maneira que o mito, o desejo de saber/controlar, que se concretiza sobremaneira por via da ciência, também está calcado no medo daquilo que é desconhecido. De acordo com Matos (1999), “o problemático desse desenvolvimento do pensamento (...) encontra-se na ‘solução’ levantada para escapar ao medo. O saber que deve liberar do medo é definido como um poder no sentido forte de domínio: é só quando os homens se tornam ‘senhores’ que eles conseguem ficar sem medo” (MATOS, 1999, p. 111).

Partindo dessa relação imemorial entre mito e esclarecimento é que são questionadas por Horkheimer e Adorno (1985) as premissas de liberdade do *Aufklärung*, o que fundamenta a afirmação dos autores de que há uma “dialética do esclarecimento”, já que a razão tem como elemento constitutivo e como resultado de sua ação a própria irracionalidade. Assim, a

“promessa iluminista de livrar o homem da tutela a que ele mesmo se expõe não pode ser cumprida através da razão, que é um mero instrumento de autopreservação” (BENHABIB, 1996, p. 80).

Essa necessidade de controle fundamentada pelo medo e pela necessidade do ego de autopreservação, resulta em uma configuração social (e do próprio desenvolvimento da personalidade e da cultura) em que a técnica – o meio para melhor alcançar determinado fim – ocupa papel central. Isso vai acontecer devido à importância adquirida pela ideologia do progresso, expressão de poder e de auto-suficiência humana – ainda a questão do afastamento do medo – perante a natureza. A razão servirá ao progresso, será seu instrumento. Por isso o uso por esses autores da expressão *razão instrumental* e da atenção a um fetiche (como que um encantamento, no sentido de feitiço) da técnica,⁵⁶ em que esta se basta por si mesma, torna-se independente de seu fim, muitas vezes não necessitando ter fim algum.

Nesse quadro de centralidade da técnica visando um progresso sem limites (*razão instrumental*), o corpo, que é um instrumento técnico por excelência – por ser seu controle imprescindível para a sobrevivência do homem –, é tomado como objeto manipulável enquanto é investido na direção de expressar a capacidade humana de dominar a natureza e de explorá-la, fazendo-a render o máximo possível. Uma relação que somente potencializa aquela outrora estabelecida com o corpo em tempos remotos, e que fora determinante para a condição humana, de libertação da condição de natureza, ou seja, um estado de completa submissão às pulsões. Algo somente possível por meio do domínio, via renúncia, da satisfação pulsional imediata, adiada pela promessa de uma gratificação posterior, marca da civilização (e de seu mal-estar). Para solapar o medo – e assim realizar uma espécie de emancipação em relação a esse sentimento –, o homem primevo domina a si mesmo (*sacrifício* de si) e o ambiente em que se encontra, transfigurando-se em *humano* já que, ao contrário dos animais, não mais estaria de modo completo vulnerável aos impulsos corporais, sendo capaz de engendrar mecanismos (astúcia, racionalidade, esclarecimento) para escapar aquilo que lhe parece ameaçar.

A ciência, desde o período moderno, na tentativa de potencializar o corpo, e torná-lo, como já dito, mais uma das expressões da capacidade humana de domínio, de progresso, perpetuou essa relação de controle e solapamento da natureza interna, ou seja, legitimou

⁵⁶ De acordo com Adorno (2003), numa relação supervalorizada com os meios em detrimento aos fins, “os homens inclinam-se a considerar a técnica como algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas.” (ADORNO, 2003, p. 132-3).

realizar sobre cada um o mesmo tipo de controle que aplica à natureza externa. O corpo foi transformado em coisa morta. A ciência vê

o corpo como um mecanismo móvel, em suas articulações as diferentes peças desse mecanismo, e na carne o simples revestimento do esqueleto. Eles lidam com o corpo, manejam seus membros como se estes já estivessem separados. A tradição judia conservou a aversão de medir as pessoas com um metro, porque é do morto que se tomam as medidas – para o caixão. É nisso que encontram prazer os manipuladores do corpo. Eles medem o outro, sem saber, com o olhar do fabricante de caixões, e se traem quando anunciam o resultado, dizendo, por exemplo, que a pessoa é comprida, pequena, gorda, pesada. Eles estão interessados na doença, à mesa já estão a espreita da morte do comensal, e seu interesse por tudo isso é só muito superficialmente racionalizado como interesse pela saúde. [...] Com as taxas de mortalidade, a sociedade degrada a vida a um processo químico. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 219).

O corpo é a própria natureza sobre a qual o indivíduo investe como se fosse um artifício, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre ela e o artifício e, portanto, de si mesmo como coisa, em que é difícil fazer distinções quanto ao limite entre um e outro. É dessa maneira que o corpo, como qualquer outro “material” ou intempérie da natureza, é passível de ser entendido como sendo o próprio *meio*, no sentido definido por Foucault (2008b), pois é apenas um outro elemento *histórico-natural* qualquer, manipulado para se obter um efeito sobre as massas/população.

Para que essa hipótese do corpo como *meio*, como instrumento essencial de controle sobre a vida, fique mais bem delimitada, é preciso esclarecer como o corpo é investido pelo capitalismo tardio, como operam as estratégias para que o indivíduo mesmo o trate como objeto manipulável, que anseie por tal relação. Isso se explica, de acordo com os autores alemães, pela contraface do desejo de progresso, que autoriza a humilhação subterrânea do corpo ao tomá-lo como coisa morta, processo que resulta em algo que lhe é aparentemente oposto: a exaltação desse mesmo corpo na medida em que se vislumbra a possibilidade dele se tornar a expressão *encarnada* do progresso. Para se construir um corpo atlético e/ou saudável, ícones de prestígio e poder, é que são veiculados com tanta ênfase os métodos do treinamento corporal e dietas (VAZ, 1999), bem como os inúmeros mecanismos de embelezamento (ALBINO, VAZ, 2008).⁵⁷

Esse enaltecimento, entretanto, nada mais fará do que perpetuar a relação de

⁵⁷ Como já anteciparam Horkheimer e Adorno (1985), “a exaltação dos fenômenos vitais, da fera louca ao navio das ilhas do Sul, desemboca inevitavelmente no filme de sarongues, no cartaz publicitário das drágeas de vitaminas e dos cremes para a pele, que são apenas os substitutos do objetivo imanente da publicidade: o belo e nobre tipo humano, vale dizer, dos chefes fascistas e suas tropas.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.218).

reificação outrora estabelecida, pois potencializar o corpo só é possível enquanto esse é objetivado, já que, para submetê-lo a qualquer um dos processos citados, é necessário considerá-lo como “um outro” a ser subjugado. Somente assim, para fazê-lo suportar a dor e a renúncia ao prazer imediato – sentir voluntariamente fome; levar o corpo até a exaustão por meio do exercício físico; comer a partir do cálculo sobre o número de calorias e nutrientes dos alimentos; expor-se a tratamentos de beleza em que se recebe eletro choques, entre outros. Essa dupla relação de *amor-ódio* pelo corpo, é considerada por Horkheimer e Adorno (1985) como patológica.

Na essência desse investimento sobre o corpo como meio de controle sobre a vida, é que se encontra sua exaltação vendida pelos veículos da indústria cultural como possibilidade de reconciliação com aquilo que foi perdido no momento imemorial de cisão entre natureza e cultura. A promessa de reconciliação com a natureza que é vislumbrada no artista, quando exalta os fenômenos vitais como estratégia de encontro com a perdida unidade do corpo (*Leib*) e da alma, também está presente, de modo perverso, na propaganda – nazista ou não – que utiliza essa pretensa possibilidade para, ao contrário, afastar o corpo de sua unidade quando o potencializa/objetiva. Ela se apropria ainda da aproximação estética com o artista e seu corpo, transformado em expressão da arte, e que deveria ser apreciado enquanto tal, e a substitui pelo fomento de uma identificação imediata a um padrão de corpo tomado como ideal, expressão de uma beleza única e verdadeira, ícone de poder e que, ao invés de contemplado, deve ser almejado e alcançado pelo indivíduo. A obtenção de tal modelo corporal, porém, como já dito, só pode ser alcançado por meio de uma submissão absoluta de si, afastando-o assim cada vez mais do que seria o corpo vivo (*Leib*) tanto mais este é transformado em apenas um corpo anatômico (*Körper*).⁵⁸

É pela promessa de uma reconciliação com a natureza, pela produção do desejo de possuir uma singularidade e de promoção de uma identificação imediata com as figuras de autoridade (ícones de beleza/poder da televisão e do cinema), que se estimula o investimento subjetivo sobre a instância corporal.⁵⁹ Como explica Vaz (2008),

des-subjetivadas, as pessoas se tornaram não mais que o corpo, dado o maciço investimento pulsional sobre a corporalidade que acompanhamos contemporaneamente. Dito de outra forma trata-se de pensar a subjetividade, o que dela restou, como coincidente com o corpo, como se

⁵⁸ É nesse movimento de produção de um “nobre tipo humano” que Horkheimer e Adorno (1985) apreendem a perpetuação do ideário fascista; o qual pode ser entendido como atualizado contemporaneamente na recorrente veiculação pela mídia de modelos de beleza e saúde a serem seguidos.

⁵⁹ A respeito das diversas estratégias utilizadas pela indústria cultural nesse sentido, ver próxima seção, e também próximo capítulo.

sugere nas notas e esboços de *Dialética do esclarecimento*, ao se falar de um *interesse pelo corpo*. É o corpo, não com possibilidade mimética e espontânea que nos recorda a condição de natureza e indeterminação, mas como naturalidade culturalmente desqualificada, que toma o lugar da imaginação na investidura subjetiva. (VAZ, 2008, p. 201).

Apresentando a identidade como se estivesse *materializada* no corpo, o incitamento de todos os produtos da indústria cultural é para que a busca pessoal de diferenciação se dê pela manipulação do corpóreo. Esse ideal é tantas vezes repetido e feito de um modo que estimula (um “controle-estimulação”, nos termos foucaultianos), por um “maciço investimento pulsional sobre a corporalidade”, como explicado por Vaz (2008), que tal feito acaba por se transformar em verdadeiro e desejável, mesmo que a busca por uma singularidade a partir da conformação corporal, só possa resultar realmente em uma pseudo-individualidade – a começar porque o corpo tem sua finitude. Ao contrário de uma diferenciação, o que se alcança nesse processo é uma fungibilidade universal, pois por pouco se distingue um indivíduo do outro, já que a identidade está centrada no corpo, fazendo com que a substituibilidade não precise, e nem mais possa, ser específica. É nesse sentido que o investimento sobre o corpo, estimulado pelos diversos mecanismos da indústria cultural, apresenta um caráter não apenas de controle disciplinar, mas fundamentalmente de domínio biopolítico, pois sua ação é sobre o *corpo da população* – os desejos e as emoções. O resultado desse processo é a totalização das massas pela centralização da subjetividade no corpóreo, o que há de mais comum – e cada vez mais, devido às estratégias do consumo no sentido da padronização, mesmo quando aparentemente mostrada como diferença.

Um importante mecanismo no sentido de totalização dos indivíduos, que complementa o aspecto já citado, é a renúncia fomentada ao excessivamente desviante. Como em tempos imemoriais, o desconhecido é ameaçador, como a natureza quando ainda não dominada pelo homem primitivo, ou por hora, pelo cientista. O estabelecimento de uma norma,⁶⁰ por diversos mecanismos – culpa, exaltação, associação com o que é positivo ou negativo socialmente, entre outros –, juntamente com o inculcamento do medo e o seu direcionamento para “tipos” específicos, é um eficiente dispositivo para a regulação das massas/população.⁶¹ Quanto a esse aspecto é importante fazer referência aos escritos de Foucault (1988, 1999, 2000, 2008a, 2008b) com relação a produção do perverso sexual, o

⁶⁰ É importante assinalar que a norma aqui não se refere tanto a um modelo ideal. O processo aplicado sobre as massas é, por sua vez, o de *normalização* e não de *normação* – típico da tecnologia de poder disciplinar –, já que as estratégias são de ações indiretas, realizadas no *meio*, e que a norma é estabelecida a partir de uma média, a qual comporta alguns desvios como elemento integrante.

⁶¹ Para maiores informações sobre os mecanismos de normalização contemporâneos, consultar seção e capítulo subsequentes.

degenerado, a histérica, o doente, a raça inferior, o mendigo. Todas essas são “figuras” marcadas pelos fenômenos próprios da população e apresentadas por um “regime de verdade” como desviantes, como balizas *ex-negativo* para o comportamento, a conformação corporal, e até mesmo para o desejo – e portanto a concretização de identificação. O fomento de uma noção (ou “cultura”) de perigo, de medo, ao redor de cada uma delas, é determinante para configurar o controle biopolítico, sendo uma das estratégias primordiais da indústria cultural, que potencializa o medo imemorial do ser humano ao que é estranho – o qual carrega a diferença entranhada em seu corpo. Cumpre ela também a função de, pelos esquemas veiculados, determinar o tratamento específico que deve ser dirigido a essas “figuras”, sendo uma maneira de aplacar o medo, por já se saber de antemão como agir (e até pensar) com relação a elas.

Vale ressaltar ainda, em sentido complementar à questão abordada no parágrafo anterior, que a indústria cultural concretiza uma redução ao biológico de uma maneira que em parte é distinta aquela abordada por Foucault. Refere-se aqui à potencialização – também pelo fascismo, contra-face da indústria cultural – de uma tendência regressiva existente na cultura, identificada e explorada pelos filósofos frankurtianos como uma dialética do esclarecimento. De acordo com eles, como já dito em algumas passagens anteriores, o preço pago pela forja do ego foi o enrijecimento contra a natureza (interna), a proibição dos prazeres da diluição do “eu” no esquecimento, na satisfação imediata das pulsões. Esse processo resultou na oposição entre o pensamento esclarecido e o mito (e também entre aquele e a *mimesis*), sobretudo pela lembrança (e, portanto também ameaça de um retorno à condição de natureza) que causam a esse prazer longínquo e primitivo, o qual, se não fosse solapado, impediria a própria sobrevivência humana, assim como também a organização social existente, calcada sobre a lógica do trabalho e da produção capitalista. Todavia, como comenta Jeanne M. Gagnebin:

esse recalque coletivo tem conseqüências funestas: exige um processo de constituição subjetiva duro e violento em relação aos próprios desejos mais ‘originários’ ou ‘inconscientes’; pede a exclusão, igualmente violenta, daqueles outros que, por sua atitude algo nômade, descompromissada, lúdica e vagabunda, ou, simplesmente, menos clara e rigorosa, poderiam ameaçar essa lei do trabalho e identificação forçados. (GAGNEBIN, 2006, p. 68-9).

Dito de outra maneira, como conseqüência do recalque exigido pela civilização está a canalização irracional da agressividade – em certa medida direcionada sobre si mesmo na busca pelo desesperado controle das pulsões – para o objeto de recordação do que fora

reprimido: a natureza interna, essa instância obscura e por isso ameaçadora, que existe em cada um. O medo inconsciente da natureza recalcada e a desapropriação da percepção dela em si mesmo, resultam nessa repulsa pelo “outro”, e se encontra intimamente atrelada à disposição dos indivíduos à adaptação a coletivos.

A canalização de um ódio ao desviante e o cultivo de um amor pelos iguais, é tema exemplificado e desenvolvido de modo aprofundado no capítulo da *Dialética do Esclarecimento* dedicado à problemática do anti-semitismo. Nele, os autores demonstram como a propensão regressiva à obediência a estímulos tendencialmente biológicos encontra sua forma completa nas alianças. É no coletivo que a percepção deturpada do exterior, de projeção do medo interno como auto-doação do objeto, é reforçada de modo paranóico pelos “semelhantes”. Para os autores alemães, o fascismo é a expressão mais bem acabada desse processo de “colocar diretamente a serviço da dominação a própria rebelião da natureza reprimida contra essa dominação” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.172), tendo como efeito extremo aquele que já conhecemos: os campos de concentração. O contorno mais atual e cotidiano do caráter regressivo da cultura e da coletivização pode ser encontrado na aversão aos homossexuais, prostitutas, obesos, negros, índios, estrangeiros, mendigos, feios, ou qualquer outro grupo social visto como *outro* ou desviante.⁶²

Como explicam ainda Horkheimer e Adorno (1985), é no coletivo que o indivíduo encontra um modelo rígido para se identificar e imitar, num uso perverso e alienado da capacidade mimética, a bem de livrar-se das dificuldades que se encontram na constituição subjetiva, mas que, realizando-se dessa maneira, aniquila suas próprias possibilidades. A coletivização e o tratamento destinado pelo coletivo ao que não se integra, ou no próprio ritual de iniciação, expressa assim o processo de *coisificação da consciência*, pois somente tratando a si próprio como um material, dissolvendo-se como ser autodeterminado é que, por conseguinte, se está disposto a “tratar outros como sendo uma massa amorfa.” (ADORNO, 2003, p. 129).

Como apontado no início dessa seção, o desiderato da indústria cultural é a totalização da multiplicidade ao denominador comum da *naturalidade*. Ela apaga a

⁶² Não se pode aqui detalhar, mas vale abordar brevemente a consideração de Foucault (1999) sobre o nazismo. De acordo com ele, este se fundamenta na constituição de um mito da raça pura, e por essa via legitima o poder de *fazer morrer*, ou seja, o poder soberano, em meio a uma tecnologia de poder biopolítica e que portanto, se propõe a *fazer viver*. A tanatopolítica porém, como explica o autor, é a contraface complementar à biopolítica, e se concretiza tanto pelo exercício da morte real – de que se pode dar como um exemplo atual, a experimentação de remédios em seres humanos que não seguem as diretrizes éticas de respeito à vida (CAPONI, 2004), quanto da morte simbólica: “a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (FOUCAULT, 1999, p. 306). É importante ainda, a generalização do poder de vida e morte para todo o corpo social, como já citado no capítulo primeiro desse trabalho, referente ao conceito de biopolítica nos escritos de Foucault.

singularidade ao reduzir a construção da subjetividade ao exercício da pura sobrevivência, da autoconservação. Reduz o sujeito enfim ao âmbito da economicidade, e o faz por meio da canalização dos investimentos psíquicos, seja o medo ou o desejo, sobre o corpo. Isso porque, como já dito, é o corpo que lembra a natureza que há no humano e é por isso alvo de um *amor-ódio*, centro de uma promessa de reconciliação, de felicidade plena, que é explorada pelos veículos da indústria cultural. Ela divulga o alcance de um prazer pleno como *incorporado* à imagem do que seria um corpo saudável, um sexo limpo e cheio de energia, uma beleza que expressa a pureza da raça, uma longevidade assegurada. É dessa maneira que a indústria cultural regula as massas, pelo incitamento ao consumo de produtos e técnicas para o alcance de uma aparência pelo menos “boa”, aceitável, em troca da promessa de uma gratificação pelo sentimento de singularidade que enfim nunca chega, e que nem pode, já que é estimulada a ser calcada no que há de mais basal no humano, seu corpo, sua condição biológica. Pela promessa da individualidade ela totaliza. A indústria cultural opera como dispositivo biopolítico, pois gerencia os fenômenos biológicos justamente ao reduzir completamente, até a subjetividade, ao âmbito da animalidade.

2.3 PONTOS E CONTRAPONTO COM A ANÁLISE FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO: O DIAGNÓSTICO DA ESCOLA DE FRANKFURT

Abordamos na seção anterior como os produtos da indústria cultural e suas estratégias de subjetivação reduzem o indivíduo à condição basal, de autoconservação, ou se quiser, à situação de pura sobrevivência, econômica, de animalidade. O incitamento ao consumo, a associação de produtos à identidade e a diluição da singularidade pela imitação das figuras de poder, apresenta-se no tempo presente como a maneira central pelo que se perpetua a lógica, apontada por Foucault, de totalização dos indivíduos pelo gerenciamento desses como um conjunto de fenômenos biológicos.

Como já escrito ao final do capítulo sobre biopolítica, o controle sobre a *vida* nas teorizações foucaultianas se dá não somente pelo gerenciamento da população pela ação sobre os fenômenos que lhe são “próprios”, naturais, mas também pelas estratégias de controle e manipulação das relações humanas em seu todo. De certa forma, é o que se coloca também para Adorno (1991) quando este se refere a uma “história natural”: a tal ponto a sociedade se reduziu e se simplificou ao nível do automatismo, que a dinâmica social se transformou

novamente em mito e repetição segundo a lógica cega da natureza. A generalização da grade de inteligibilidade do *homo oeconomicus* ao não-econômico, permite que o gerenciamento da população (ou sociedade) em sua forma neoliberal compreenda não somente o que é público, mas também aquilo que talvez ainda possa se dizer privado – como a relação mãe-filho citada na parte sobre biopolítica, apenas para ficar em um exemplo. A forma inédita como isso se dá a partir do neoliberalismo, é fundamental para o paralelo que aqui se quer fazer com o diagnóstico da Escola de Frankfurt sobre o tempo presente: trata-se da responsabilização do indivíduo pelos riscos da existência e o incitamento para que esse aplique sobre si mesmo, sua família, seu tempo, o “modelo investimento-custo-lucro”. Pelo ideário neoliberal que se erige, sobretudo via aplicação de uma tecnologia ambiental – ou seja, uma manipulação dos ganhos e perdas possíveis do sujeito econômico, visando influenciar no cálculo que esse realiza anteriormente a uma ação –, todos, e concomitantemente cada um, devem agir de maneira empreendedora, a bem de estar em condições de concorrência no mercado. Como efeito correspondente à essa generalização da grade de inteligibilidade do *homo oeconomicus* e da ação sobre as variáveis do ambiente, está a integração à economia de toda uma série de técnicas comportamentais e de métodos que consistem em “acarretar respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual será possível introduzir outras variáveis de comportamento” (FOUCAULT, 2008b, p. 368). Por fim, no horizonte do neoliberalismo encontra-se para Foucault, “uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias, na qual haveria uma ação, não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo.” (FOUCAULT, 2008b, p. 354).

Partindo dessa compreensão foucaultiana do neoliberalismo, discorrer-se-á brevemente sobre um ponto de convergência quanto ao diagnóstico descrito e aquele feito por Horkheimer e Adorno (1985) sobre a indústria cultural. Em seguida, será apresentado um contraponto quanto à análise dos efeitos da concorrência, que para Foucault é o da configuração de um quadro de multiplicidade e diferenciação, típico da lógica empresarial, enquanto para os autores alemães é justamente a conformação de uma sociedade uniformizadora, sendo o imperativo à diferença uma das estratégias (talvez a principal) para massificar os corpos, as condutas e, portanto, a própria subjetividade.

A maneira como a vida, no sentido acima descrito – que abarca todos os âmbitos da existência humana –, fora moldada pela indústria cultural, é um dos temas que recebeu atenção dos autores da *Dialética do Esclarecimento*, estando no centro de sua crítica à cultura.

Em seus escritos sobre a indústria cultural, Horkheimer e Adorno (1985) buscam desvelar a indistinção que esta proporciona entre o particular e o universal, o modo como ela despotencializa o sujeito a tomar, como elemento de mediação entre a sua existência e os códigos morais de conduta e ética, um sentido que lhe seja interno. Como denúncia fundamental dos autores, está a forma de mediação forçada que atinge justamente aquele possível espaço de resistência (tal como eles o entendem) à ordem vigente – o espaço privado, dos afetos, das relações desinteressadas –, sendo esse integrado tão completamente ao princípio da utilidade que se presencia a transformação do “passeio em movimento e [d]os alimentos em calorias (...). Com as taxas de mortalidade, a sociedade degrada a vida a um processo químico.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 219).

A desapropriação da capacidade de se guiar por um princípio interno, em benefício de sua substituição por uma *racionalidade instrumental*, é posteriormente objeto de um estudo específico de Adorno, e que se materializa no livro *Minima Moralia*, do qual não é insignificante que o subtítulo seja: *reflexões a partir da vida danificada*.⁶³ Nessa obra, Adorno apresenta como a vida privada teve seu aspecto de imediatez tomado como um instrumento pelas estratégias empregadas pelo sistema de produção, processo no qual a cultura industrializada ocupa importante papel; mas também como o imediato, o sentido interno da existência, é usurpado pelo sistema de dominação engendrado pelo capitalismo tardio (DUARTE, 1997). De acordo com Adorno,

as ordenações práticas da vida, que se apresentam como se favorecessem o homem, concorrem, na economia do lucro, para atrofiar o que é humano, e quanto mais elas se estendem, tanto mais podam tudo o que é delicado. (...) por trás do desmantelamento pseudodemocrático das formas de trato, da cortesia fora de moda, da conversação sem utilidade e não sem razão suspeita de trivialidade, por trás da aparente clarificação e transparência das relações humanas, que não admite mais nada de indefinido, anuncia-se a brutalidade nua e crua. A palavra direta, que sem delongas, hesitação e reflexão diz as coisas na cara do interlocutor, já possui a forma e o timbre do comando, que, sob fascismo, vai dos mudos aos calados. A objetividade das relações humanas, que acaba com toda ornamentação ideológica entre os homens, tornou-se ela própria uma ideologia para tratar os homens como coisas. (ADORNO, 1992, p. 54).

Em outro texto, escrito posteriormente aos dois últimos citados, Adorno (1995) explora o tema de como a centralidade da técnica, da racionalidade instrumental, promove a

⁶³ Devido aos limites deste trabalho, não foi realizado um estudo detalhado sobre essa obra. Vale aqui a indicação da pesquisa de Petry (2007), que se dedicou à investigação de *Minima Moralia* na sua relação específica com o tema da indústria cultural. Duarte (1997) também se debruçou sobre essa obra de Adorno e dela realizou uma resenha, a qual tomou como guia para a escrita o tema transversal das relações particular/universal.

absorção do particular no universal, a partir da crítica que realiza ao *tempo livre*. Ao invés de um espaço de conduta autônoma, de ações determinadas pelas próprias pessoas e, portanto, de resistência à perspectiva social dominante e dominadora, o filósofo frankfurtiano vai identificar o tempo livre como conjunto de atividades programadas e funcionais para a estrutura do mercado, seja pelo consumo como fim em si mesmo, pela relação intrínseca que estabelece com o trabalho, ou ainda pelo solapamento da criatividade e assim, da determinação individual sobre o que fazer. O simples fato de o tempo livre estar em aparente oposição ao trabalho, já marca seu conteúdo, que não deve lembrar em nada a produtividade, sendo-lhe esta recordação proibida. Tal oposição é imprescindível para possibilitar a sensação de que se está liberto de toda a opressão que o sistema capitalista exige das pessoas. Todavia, como demonstra Adorno,

a palavra ‘hobby’ conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre. Neste prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o regime do lucro (ADORNO, 1995, p. 72-3).

Além da normalização quanto à distinção entre trabalho e tempo livre, que determina o que cabe a um e outro, esse último serve antes de tudo para restaurar a força de trabalho, assim como ainda indiretamente incute nas pessoas as formas próprias da produção industrial, da qual a repetição é elemento basilar. Porém, seu aspecto mais perverso talvez não seja esse, mas sim sua estratégia de coação, que “não é, de nenhum modo, somente exterior. Ela se liga às necessidades das pessoas sob um sistema funcional [...] [de maneira que] a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio.” (ADORNO, 1995, p. 74). A percepção de que existe, na verdade, uma ausência de liberdade, e a possibilidade de autodeterminação nos momentos em que se estaria pretensamente distante do trabalho e sua lógica, é absorvida pela universalidade abstrata.

Oferecendo entretenimento aos seus consumidores a fim de lhes ocupar o tempo livre já destituído de sentido, a televisão é um poderoso instrumento da indústria cultural no desmantelamento do privado. Ela adentra esse espaço de modo mais efetivo e constante do que os demais veículos da cultura de massas, com os quais estabelece uma intrincada teia para produzir o mundo como aparência, preenchendo como que uma lacuna de sua dinâmica. Isso se dá principalmente porque

aquela ‘proximidade’ fatal da televisão que também é causa do efeito supostamente comunitário do aparelho, em torno do qual os membros da família e os amigos, que de outra forma não saberiam o que dizer uns aos outros, se reúnem em mutismo, não só satisfaz um desejo diante do qual nada de espiritual pode se manter que não se transforme em propriedade, como ainda obscurece a distância real entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas (ADORNO, 1978, p. 350).

A essa proximidade, que tem como efeito a potencialização do sentimento de que tudo pode ser adquirido e a reificação das relações interpessoais, se une ainda a substituição da contemplação das imagens por sua direta absorção pelo telespectador, que propositalmente é induzido a confundi-las com a vida mesma e a adotar os modelos de conduta transmitidos. Os estereótipos da indústria cultural contribuem para idealizar a realidade como não contendo fissuras. É por isso que “os estereótipos da televisão assemelham-se exteriormente, até na voz e no dialeto, a Fulano e Sicrano, enquanto eles não só propagam refrões como o de que todos os estrangeiros são suspeitos ou de que o êxito é o máximo que se pode esperar da vida.” (ADORNO, 1978, p. 353) – facilitam, assim, a conformação do comportamento.

O cotidiano é invadido pela dinâmica da indústria cultural principalmente pelo fato de a televisão se colocar como um interdito para uma relação mais íntima entre as pessoas, já que ela toma um lugar central em suas vidas. Cumprindo a sorradeira função de passatempo, a televisão adentra o ambiente doméstico e também aí veicula suas diretrizes com muito maior eficiência, pois o que transmite, para se opor ao que é exigido no trabalho, a bem de não lembrá-lo, não prescinde de uma análise, crítica, ou apreciação do telespectador. Nesse estímulo onipresente no sentido de evitar a ação reflexiva, é que se torna possível a exploração das relações humanas aos interesses do mercado, ao já estar inculcada como natural, por exemplo, a “manutenção de uma atmosfera de camaradagem segundo os princípios da ciência empresarial – atmosfera essa que toda fábrica se esforça por introduzir a fim de aumentar a produção – coloca sob controle social o último impulso privado, justamente na medida em que ela aparentemente torna imediatas, reprivatiza, as relações dos homens na produção” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 141). A cultura, em seu nível de produção industrial, resumiu-se à exploração ideológica da espontaneidade – de que o apoderamento sobre o imediato é o efeito extremo –, e a invasão do que há de mais privado, no caso, as relações humanas, pervertidas pelo princípio da utilidade.

Após essa breve descrição dos meandros da indústria cultural na diluição do sentido interno e da maneira como ela adentra o que é (ou era) privado, é possível abordar o contraponto da análise frankfurtiana quanto às estratégias e os efeitos da lógica concorrencial, e aquela feita por Foucault sobre o mesmo fenômeno. Horkheimer e Adorno (1985) discorrem

ao longo do capítulo sobre a indústria cultural, dentre outras coisas, sobre os mecanismos uniformizadores do neoliberalismo, não exatamente, portanto, o argumento que defendera o filósofo francês. Para apresentar os argumentos daqueles, é essencial destacar primeiramente que em suas análises “a indústria cultural preserva ainda uma parte do dinamismo advindo do instável equilíbrio entre a oferta e a demanda em uma sociedade de mercado” (DUARTE, 2003, p. 57), típica do modelo liberal. Ela visa o ajuste da oferta às demandas a partir da produção de necessidades, na mesma medida em que faz, de modo ideológico, parecer que essas são naturalmente intrínsecas aos consumidores (como se o constructo do *homo oeconomicus* liberal permanecesse existindo). Em torno desse princípio, a indústria cultural normaliza ao falsear a possibilidade de escolhas, ou adaptar o indivíduo ao processo produtivo pela repetição, e ainda na ilusão vendida de que pode concretizar a prometida liberdade.

Como explicam os autores da Escola de Frankfurt, o mecanismo da oferta e da procura permanece muito mais atuante na superestrutura do que na esfera de produção material. Esse mecanismo assim se estabelece em benefício da dominação das massas, que são manipuladas para desejar o sucesso dos “bem-sucedidos”. A cultura industrializada investe sobre o desejo, determinando-o, ao associar o consumo de seus produtos ao prestígio social; sendo por esse motivo que “a indústria cultural abusa da consideração com relação às massas para reiterar, firmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada *a priori* e imutável” (ADORNO, 1986, p. 93). Frente a esse diagnóstico é que os autores fazem a seguinte assertiva com relação às “possibilidades de escolhas” oferecidas:

As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para todos algo está previsto; para que nada escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com o seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. O esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. [...] As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 116).

Essa análise deixa transparecer como a escolha, e o que ela carrega de implícito, no

caso, o desejo de distinção, somente se concretiza de modo fictício; a exemplo do que fica evidente no próprio uso do método estatístico – esse possui em si mesmo a impossibilidade de apreender alguma singularidade, pois já totalizou os indivíduos ao tomá-los como números. Logo, a diferença, num sistema regido pelas estratégias da indústria cultural, não se apresenta como verdadeiramente possível, mas tão somente como paródia de si mesma. A ficção configurada, no entanto, é imprescindível para que as engrenagens desse sistema possam continuar se movendo, ainda que sem sair do lugar, pois o fetiche sobre o produto se constitui justamente pela ilusão provocada quanto à sua característica particular. Como se não fossem suficientes tais exemplos sobre as estratégias de massificação do tempo presente, ressalte-se ainda que a classificação das pessoas em níveis, apenas as organiza em torno do que é a norma, cumprindo igualmente a função de determinar exatamente o que se deve ser, como se comportar, o que consumir; sendo os produtos, assim como o que se estimula nas pessoas, variações da mesma coisa.

O caráter falacioso da possibilidade de escolhas somente retrata, como já dito, o quanto a demanda corresponde ao que já foi produzido pela indústria cultural, a partir de suas estratégias para manipular o desejo – alguns abordados na seção anterior e posterior desse texto. Logo, a afirmação de que a indústria cultural dá às pessoas o que elas desejam é verdadeira, sobretudo com relação à diversão. Para que esta promova o gozo, da maneira como se aprendeu a esperar de determinados produtos categorizados como divertidos, ela deve exigir das pessoas apenas o que elas já estão habituadas a fazer, ou seja, uma seqüência automatizada de ações. A “mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 128).

Apresentando-se como uma válvula de escape, uma “ilha” de liberdade, ao pretensamente gratificar – o que o trabalho (também) não possibilita – pela definição do que promove ou não o gozo – e não o prazer, como se faz crer –, o entretenimento presta-se somente a reprimir ao invés de libertar; seja porque, “liberdade organizada é coercitiva” (ADORNO, 1995, p. 74), ou pela promessa de liberdade e felicidade presente em cada produto ou prática de entretenimento não se cumprir – como será abordado logo mais. Essa situação toma proporções maiores com a transformação do entretenimento em imperativo. Como já evidenciara Adorno (1995), “Ai de ti se não tens um ‘hobby’, se não tens ocupação para o tempo livre! então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o teu tempo livre” (ADORNO, 1995, p.

74). A realização de práticas e produtos específicos assume para o indivíduo a posição de necessidade, incitando o consumo de uma maneira que é positiva, pois “não poderia obrigar as pessoas a comprar barracas e ‘moto-homes’, além de inúmeros utensílios auxiliares, se algo nas pessoas não ansiasse por isso; mas, a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é mais uma vez imposto.” (ADORNO, 1995, p. 74).

A alegria e o desejo de liberdade transformam-se então em um estratagema para o conformismo, assim como a ilusão fomentada de que as necessidades do consumidor, previamente organizadas e definidas, poderão ser satisfeitas. Essa satisfação é proibida pela indústria cultural de ser encontrada por meios criados pelo próprio indivíduo, pois a criatividade é um perigo quanto pode revelar que suas promessas servem apenas para perpetuar a resignação quanto ao cotidiano, ao sistema, à própria indústria cultural e à realidade por ela construída. Por isso “a falta de fantasia, implantada e insistentemente recomendada pela sociedade, deixa as pessoas desamparadas em seu tempo livre” (ADORNO, 1995, p. 77).

Retomando a análise de Foucault (2008b) sobre o neoliberalismo, quanto à diferenciação que este exige do indivíduo devido ao princípio da concorrência que lhe é inerente, assinala-se aqui para o fato de que estar em condições de concorrer no mercado é possível somente quanto em primeiro plano se faça parte dele – um aspecto que parece não deter muito a atenção do filósofo. Nesse sentido, questiona-se sobre a opção concreta de diferenciação, ou somente sua realização de modo falacioso, como já foi abordado com relação às possibilidades de escolha oferecidas pelo mercado, a padronização quanto às formas de felicidade e liberdade, e a adaptação ao sistema industrial que lhe é consequente.

Para Horkheimer e Adorno (1985, p. 137), “as forças da sociedade já se desenvolveram no caminho da racionalidade, a tal ponto que qualquer um poderia tornar-se um engenheiro ou um *manager*, que se tornou inteiramente irracional a escolha da pessoa em que a sociedade deve investir na formação prévia ou a confiança para o exercício dessas funções”. A humanidade foi reduzida à função de meros empregados ou consumidores, e o ser humano é tratado *em geral*, substituível de acordo com os interesses do mercado, sendo a singularidade não uma opção realmente dada, mas a ideologia sob a qual a indústria cultural se reveste. Em tempos de “pseudo-individualidade”, como tratado na seção anterior, “as particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 145). O caráter fungível do indivíduo deve ser mantido, sobretudo pelo inculcamento de que não se pode

perder nada: da piada ao brinde inútil pelo qual se luta, não por outra coisa senão pelo sentimento de pertença, de que se está aproveitando todas as “chances” – do que exatamente nem sempre é claro. Mesmo a economia e a sociedade estando organizadas na lógica da empresa e da concorrência, a distinção esbarra no imperativo de não fugir demais à regra, pois só têm as melhores chances aqueles que se identificam inteiramente com o princípio de exploração do trabalho alheio. É por isso que os autores alemães não hesitaram em afirmar que

quem resiste só pode sobreviver integrando-se. [...] A rebeldia realista torna-se a marca registrada de quem tem uma nova idéia a trazer à atividade industrial. [...] Quanto mais incomensurável é o abismo entre o coro e os protagonistas, mais certamente haverá lugar entre estes para todo aquele que mostrar sua superioridade por uma notoriedade bem planejada. Assim, também sobrevive na indústria cultural a tendência do liberalismo a deixar caminho livre a seus homens capazes. Abrir caminhos para esses competentes ainda é função do mercado, que sob outros aspectos já é extensamente regulado e cuja liberdade consistia mesmo na época de seu maior brilho – para os artistas bem como para outros idiotas – em morrer de fome (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 124).

A renúncia ao excessivamente desviante afasta o contato com a novidade, que de resto deve ser instantaneamente absorvida, a fim de ser útil ao sistema e a bem de não oferecer risco ao engodo sobre a realidade, tão minuciosamente arquitetado. O princípio que deve permanecer é o da repetição, do *sempre-mesmo*, da promessa não cumprida. Com relação à diversão, por exemplo, que oferece distração aos seus consumidores, essa é imediatamente tornada impossível na exigência de presteza na assimilação do estímulo programado. São as promessas mantidas enquanto tais que permitem a indústria cultural conservar seus consumidores sob domínio; e é nesse ponto que ela se configura como oposição à obra de arte, que mostra a satisfação em sua real forma, como algo rompido. Dessa maneira a indústria cultural não sublima, mas reprime, ao insinuar repetidamente que determinado produto acarretará prestígio àquele que o possui, quando na verdade a singularidade que se alcança é apenas fictícia. Resta ao indivíduo postergar a concretização de seu desejo, recalá-lo, até que mais uma vez este seja canalizado para outro objeto de consumo. Propositalmente o objeto de desejo é confundido/transformado pela indústria cultural (via propaganda) com as/nas prescrições sobre o mesmo, devendo o consumidor ficar enfeitiçado pelos meios, já que o fim lhe está proibido.

Na tentativa de descrever tão perfeitamente o produto até que ele se torne palpável para quem lê seu anúncio, a propaganda se transfigura no próprio produto. Ela reduz a vida a

uma promessa, e o faz tão mais eficazmente quanto se configura como um instrumento limitador da concorrência. Atualmente, apenas as grandes corporações podem fazer uso da publicidade, devido ao alto investimento necessário – o que suscita a questionar sobre a realidade do princípio concorrencial.

Pela urdidura da indústria cultural com o “eu”, da maneira como fora descrito até aqui, vê-se como ela investe sobre a idealização do dever ser desejável ao indivíduo, o que é aceitável, o que é, por fim, considerado como *normal*, ou ainda natural, espontâneo, e que na verdade apresenta-se como o mesmo. Da produção da individualidade, típica da disciplina que trabalhava no sentido de organizar a multiplicidade, a indústria cultural como dispositivo biopolítico opera pela totalização da multiplicidade, ainda que a insinuação incessante de que seus produtos e estereótipos ofereçam o contrário seja sua estratégia de controle mais poderosa. No encaminhamento dessa seção para seu fim, é importante fazer um breve comentário sobre outros modos de regulação característicos da indústria cultural: o cálculo de probabilidade para eliminar o acaso e o desaparecimento do trágico.

Quanto à questão da eliminação do acaso, essa é uma estratégia basilar da biopolítica no sentido de regulação da população, tal como descrevera Foucault. Em sua análise, o autor francês atenta para o uso do cálculo estatístico na apreensão das discrepâncias e seu reconhecimento como parte da naturalidade da população. A anomalia, ainda que compreendida como natural e impossível de ser completamente eliminada, era investida no sentido de anular o excessivamente irregular, tomado como algo negativo, um contra-exemplo. Na mecânica da indústria cultural, a eliminação do acaso se realiza de maneira invertida e paradoxal, pois se investe na promoção de um desejo quanto a ele e na concomitante demonstração da impossibilidade de alcançá-lo. Como explicam Horkheimer e Adorno (1985),

Na era da estatística, as massas estão muito escaldadas para se identificar com o milionário na tela, mas muito embrutecidas para se desviar um milímetro sequer da lei do grande número. A ideologia se esconde no cálculo de probabilidades. A felicidade não deve chegar para todos, mas para quem tira a sorte grande, ou melhor, para quem é designado por uma potência superior – na maioria das vezes a própria indústria do prazer, que é incessantemente apresentada como estando em busca dessa pessoa (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 136).

O cálculo probabilístico cumpre a função dúbia de apresentar a possibilidade de qualquer um ser inesperadamente o ganhador de uma fortuna, ou a nova celebridade da televisão, que descobrira nele um talento incomparável, mas curiosamente nunca percebido

por ninguém, e igualmente, para bem da “estrela” ser reconhecida como tal, sua posição de destaque deve ser sempre algo “distante”. O duplo efeito desse quadro é a adaptação, a partir da canalização do desejo para determinadas posições e situações sociais, e de conformismo, pois o que se supõe ser o livre desenvolvimento da dinâmica social escapa ao controle individual.

À primeira vista, portanto, o acaso não deve ser excluído, mas cobiçado. Todavia, como explicam os autores frankfurtianos, ele nem sequer existe, pois “a identidade do gênero proíbe a dos casos. A indústria cultural realizou maldosamente o homem como ser genérico. Cada um é tão-somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 136). Por conseguinte, a própria singularidade se evidencia como impossível e dispensável, e não se exige do espectador nada que ele não possa dar – sobretudo porque o que ele deve desejar já está determinado. Nessa teia constituída, o trabalho é por vezes – dependendo da circunstância – resumido à nulidade, de maneira que a diferença entre acaso e planejamento seja tida como ínfima. “O próprio acaso é planejado; não no sentido de atingir tal ou qual indivíduo determinado, mas no sentido, justamente, de fazer crer que ele impere. Ele serve de álibi dos planejadores e dá aparência de que o tecido de transações e medidas em que se transformou a vida deixaria espaço para relações espontâneas e diretas entre os homens.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 137). Novamente retorna a estratégia de funcionalização do espontâneo, motor de ação da indústria cultural, que falseia a seleção de casos específicos para representar a média, em benefício de fazer crer na existência de algo que foge ao controle total, na capacidade de mudança e ação, em troca de adaptar o indivíduo ao sistema, de que, no mais, ele não passa de uma peça substituível.

Com relação ao trágico e sua transformação pela cultura industrializada em mecanismo de regulação, isso se dá pela sua assimilação e uso de modo calculado – o que indica sua destruição. O trágico é justamente o oposto de uma predeterminação, pois significa originalmente a capacidade individual de confronto com o todo, com a sociedade, de que o resultado é a constituição da singularidade, de si mesmo. Hodiernamente o trágico adquire o caráter de destino, ao passo que as pessoas são levadas a aceitar o sofrimento como inerente à vida. Esse não é escamoteado pela indústria cultural, mas sim inculcado como necessário para o desenvolvimento social, para o progresso. A impossibilidade de confronto serve tacitamente ao ajuste a uma vida ordenada. “O trágico é reduzido a ameaça de destruição de quem não coopera [...]. O destino trágico converte-se na punição justa, na qual a estética burguesa sempre aspirou transforma-la” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 142). As pessoas são

responsabilizadas não somente pelas dificuldades que acometem suas vidas, mas igualmente a elas é exigido que encontrem uma solução – que, no mais dos casos, já está dada e serve para reafirmar a moral vigente. Delas as pessoas procuram a todo custo compartilhar, como também da lógica fustigante do trabalho, para serem qualificadas como “pessoas de confiança”. É diante desse quadro que Horkheimer e Adorno (1985) afirmam que,

hoje, o trágico dissolveu-se neste nada que á a falsa identidade da sociedade e do sujeito, cujo horror ainda se pode divisar fugidamente na aparência nula do trágico. [...] A própria capacidade de encontrar refúgios e subterfúgios, de sobreviver à própria ruína, com que o trágico é superado é uma capacidade própria da nova geração. Eles são aptos a qualquer trabalho porque o processo de trabalho não os liga a nenhum em particular (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 144).

Após descrever brevemente alguns dos mecanismos atuais de regulação das massas/população, vale destacar, por fim, que apesar de assinalar para a emergência do consumo como elemento de controle, Foucault (2006b)⁶⁴ não se debruça sobre essa questão, o que demonstra a importância fundamental da análise frankfurtiana sobre o tema, sobretudo se pensar na radicalidade que adquirem contemporaneamente as assertivas de Horkheimer e Adorno com relação à indústria cultural (ZUIN, 2001; VAZ, 2003; ALBINO, VAZ, 2008; VAZ; 2008, entre outros). Ao compreender como a indústria cultural opera enquanto um dispositivo biopolítico, emergem os modos de subjetivação que são hodiernos, ou seja, como se dão as relações de poder, quais suas estratégias de controle no tempo presente e qual diagnóstico é possível fazer delas, para então pensar a partir delas.

⁶⁴ De acordo com Foucault (2006a), “hoje, as pessoas não são mais enquadradas pela miséria, mas pelo consumo. Tal como no século XIX, mesmo se é sob um outro modelo, elas continuam capturadas em um sistema de crédito que as obriga (se compraram uma casa, móveis...) a trabalhar todo o santo dia, a fazer hora extra, a permanecer ligadas. A televisão oferece suas imagens como objeto de consumo e impede as pessoas de fazer o que se temia tanto, já no século XIX, ou seja, ir aos bistrôs, onde se faziam reuniões políticas, onde os reagrupamentos parciais, locais e regionais da classe operária corriam o risco de produzir um movimento político, talvez a possibilidade de derrubar todo esse sistema” (FOUCAULT, 2006a, p. 67). Ainda que não aponte para o que seria uma dependência psicofisiológica com o consumo, Foucault indica a relação existente entre consumo e controle; meios de comunicação e conformismo.

3 PRESCRIÇÕES DE EMBELEZAMENTO: SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE UM PROJETO BIOPOLÍTICO DO FEMININO

3.1 INTRODUÇÃO

Os receituários destinados ao embelezamento têm importância fundamental na materialização dos discursos que se referem a um *dever ser feminino*. As prescrições para os cuidados de si revelam as expectativas sociais específicas daqueles tempos em que foram/são veiculadas, não somente no que se refere às condutas e às formas corporais vistas como reprováveis, aceitáveis ou desejáveis para as mulheres, mas também oferecem indicativos sobre a dinâmica de funcionamento e organização da sociedade ao longo dos tempos – seus princípios, ideais, e, em especial, lugares e tempos destinados e ocupados pelas experiências de ser mulher. Em meio às entrelinhas dos anúncios publicitários e conselhos publicados, os manuais de beleza traduzem, especificam, promovem as representações prescritas para o feminino, a partir de um jogo complexo e instável composto por contradições e ambigüidades inerentes ao encontro de expectativas sociais distintas quanto a papéis, funções, modelos de corpo e métodos de cuidado para com ele, e sutis (ou às vezes duras) resistências das mulheres, quanto ao modo de ser que lhe foram propostos em tempos anteriores, assim como o nascimento de novos mecanismos de domínio. Os manuais de beleza permitem descobrir essa multiplicidade, analisá-las por diferentes perspectivas, em seus tempos e espaços distintos, algo que se encontra ainda por explorar, em meio a tão inúmeras fontes.⁶⁵

Objetivando mais bem compreender as *pedagogias* dos receituários de beleza, especificamente suas estratégias de persuasão e convencimento ao consumo de produtos e à adequação da mulher aos modelos de beleza e comportamento prescritos – em uma palavra, como os mecanismos de subjetivação por elas são configurados –, a pesquisa cujos resultados aqui se apresentam investigou dois receituários destinados ao público feminino. Um deles é a *Página Feminina*,⁶⁶ suplemento dominical do jornal *Dia e Noite*, publicado entre 1936 e

⁶⁵ Vale destacar os trabalhos de Sant’Anna (1995) e Priore (2000), que partindo de diversificados registros sobre o “gesto que embeleza” – teses, artigos, manuais de beleza, anúncios publicitários, conselhos das mais diversas fontes – investigaram a história das transformações do corpo feminino no século XX no Brasil. Já Vigarello (2006) narra historicamente, a partir de imagens, mas, principalmente, das palavras que são utilizadas para descrever a beleza em cada recorte histórico por ele realizado, o que seria uma “invenção e reinvenção” da beleza na Europa desde o Renascimento até os dias de hoje.

⁶⁶ Doravante referida, neste trabalho, como *Página*. Ela foi publicada entre os anos de 1939 e 1941, sendo todas

1941 em Santa Catarina. O outro conjunto de fontes é composto pela contemporânea *Boa Forma*, publicação mensal e em circulação de modo ininterrupto há cerca de vinte e três anos, uma das revistas com maior tiragem no Brasil, vendida também no exterior.

A recorrência a estes dois conjuntos de fontes se deve aos indicativos de que esses receituários são importantes mecanismos de *politização dos corpos*, instrumentos que incitam à realização de um investimento maciço sobre o corpo e o organismo, algo que foi a partir do século XVIII uma preocupação estatal, processo identificado e nomeado por Foucault (1999) como *biopolítica*. Hoje isso talvez se apresente muito mais como uma aposta do mercado (ou do Estado a serviço do mercado). Nesse posicionamento do corpo de modo estratégico/rentável, visando potencializá-los no sentido de uma *produtividade*, os esquemas da *indústria cultural*⁶⁷ têm função basilar ao produzir mecanismos de (des)subjetivação calcados essencialmente sobre a corporalidade, promovendo por diferentes vias, sobretudo aquelas referentes ao entretenimento, um investimento que se destina à redução da identidade ao corpo. Considerando o caráter de “guia” que esses receituários – que se prestam em grande medida a “entreter” a mulher – afirmam possuir,⁶⁸ pretendemos identificar possíveis contornos de um *projeto biopolítico para o feminino*, passível de ser apreendido pela análise de suas prescrições de embelezamento e de conduta e do modo como seus mecanismos de subjetivação se assemelham, transpassando tempos e espaços.

A *Boa Forma* é uma cartilha que contém técnicas (dietas e séries de exercícios), fármacos para a pele e o cabelo com fins de embelezamento do corpo e cuidados com a saúde, e reportagens com temas de auto-ajuda. É uma revista destinada às mulheres, às expectativas de consumo que podem ser produzidas ou que se encontram no horizonte de uma feminilidade urbana, contemporânea, impelida à disputa no mercado afetivo masculino (as mulheres de *Boa Forma* são jovens e heterossexuais). Ela organiza-se em seções específicas que se

as suas edições fotografadas e sistematizadas. O material original faz parte do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁶⁷ Tomamos aqui o conceito de indústria cultural em sentido rigoroso, correspondente àquele que foi cunhado por Horkheimer e Adorno (1985) nos anos 1940, mas desenvolvido por Adorno desde uma década antes até os anos 1960. Trata-se, portanto, de entender a indústria cultural como um conceito ao mesmo tempo crítico e irônico, como um processo que se ocupa, do ponto de vista da organização capitalista, da produção e do consumo dos bens culturais. Não se trata, portanto, de um “sujeito” e não pode ser reduzido ou confundido com a “mídia”.

⁶⁸ Uma postura assumida e reforçada pelos manuais analisados e que aparecem de modo evidente nos dizeres da *Página*: “nenhuma mulher tem o direito de desprezar este conselho” (PÁGINA..., 30/03/1941); enquanto a *Boa Forma* afirma compreender as angústias, frustrações e medos da mulher, prometendo ajudá-la a superá-las por meio das técnicas que ali veicula (GREINER, 2003, p. 8, entre outras). Essa pretensão da revista *Boa Forma*, de ser um guia para a leitora, também é identificada por Andrade (2003). É preciso salientar que, ao assumir tal função, esses receituários de beleza posicionam-se como produtores de saber, ao mesmo tempo em que acabam por urdir complexas relações de poder.

dividem em: 1. *Fitness*; 2. Beleza; 3. Dieta e nutrição; 4. Bem-estar; e 5. Especial, ⁶⁹ sendo que em certos momentos os conteúdos de cada seção misturam-se com os de outras. Além dessas seções a *Boa Forma* apresenta sempre uma reportagem com a “Garota da Capa” e outras mini-seções que veiculam conteúdos similares ao das seções fixas. ⁷⁰

Foram analisados para essa pesquisa os editoriais – expressão daquilo que seria a doutrina da revista –, as chamadas de capa – local em que a exposição corporal é mais evidente e com menos mediações, pois realizada pelo recorrente apelo à imagem de modelos/atrizes/cantoras em vestes diminutas, fazendo entender que um corpo como aquele deve ser exibido e na mesma medida admirado, desejado –, e reportagens específicas sobre saúde e embelezamento. O recorte temporal foi composto pelas quatro últimas e duas primeiras edições de cada ano a partir de setembro de 2001, completando-se o conjunto em fevereiro de 2006.

Quanto à *Página*, trata-se de um manual sobre os cuidados com a aparência, contendo ensinamentos sobre artifícios como maquiagem, vestimenta, acessórios, exercícios físicos, além de dicas de comportamento social no espaço público e privado, informações sobre educação dos filhos, e poesias e crônicas que exaltam o amor e a maternidade. A *Página* apresentava-se como guia para as tensões vividas pelas mulheres – embelezar-se, mas sem virar uma “bonequinha de luxo”; trabalhar, sem deixar de ser uma mãe e esposa esmerada; ser “moderna”, mas não romper com a ordem social estabelecida; ser convencida de que a sua submissão cumpre uma função importante para a sociedade; enfim, como um embate entre aqueles princípios tradicionais e inovadores supracitados – e veiculava, de modo geral, as imagens das atrizes do cinema *hollywoodiano* como modelos de beleza e conduta. ⁷¹ A análise concentrou-se em edições (semanais) do ano de 1939 e em todas as que compreendem o período de fevereiro de 1940 a dezembro de 1941 – focalizando a estação do verão, momento em que na cidade de Florianópolis já havia uma insuspeita preocupação com a aparência das formas e o uso de produtos e acessórios específicos para esse período do ano. ⁷² Afinal, é na década de 1930 que o banho de mar começa a se firmar na Ilha de Santa Catarina e no continente como opção de lazer, tornando-se não somente um hábito, mas também expressão de civilidade e elegância (FERREIRA, 1998). A busca por tornar Florianópolis uma cidade

⁶⁹ Em determinadas edições essas apresentam nomenclaturas diferenciadas, adquirindo em algumas delas um tom bastante imperativo: 1. Mexa-se; 2. Fique mais bonita; 3. Acerte sua alimentação; 4. Viva melhor.

⁷⁰ Como ilustração de algumas das capas da revista *Boa Forma*, ver Anexos A (p.133).

⁷¹ Como ilustração de algumas das *Páginas Femininas* analisadas, ver Anexos B (p.134).

⁷² Assim as mulheres são educadas pela *Página*: “Estamos na época (sic) em que se deve fazer ginastica (sic) para modelar o corpo e torna-lo (sic) elegante para as toilettes leves de verão” (PÁGINA..., 19/10/1941).

urbana, evidente nos jornais da época, dentre eles o *Dia e Noite*,⁷³ protagoniza a transformação em moda do deslocamento para as praias em período de veraneio, daqueles que compunham a elite da cidade. Um costume que não demora a ser seguido pelas camadas populares.

É curioso observar que nos anos 1940 se constitui o conceito de indústria cultural, cunhado por Horkheimer e Adorno (1985) em 1947, quando da primeira edição de seu clássico livro *Dialética do esclarecimento*. Imagem porta-voz da indústria cultural são justamente o cinema e suas estrelas produzidos e disseminados a partir da já consolidada indústria de entretenimento visual de Hollywood. De acordo com eles,

As personagens descobertas pelos caçadores de talentos e depois lançadas em grande escala pelos estúdios são tipos ideais da nova classe média dependente. A *starlet* deve simbolizar a empregada de escritório, mas de tal sorte que, diferentemente da verdadeira, o grande vestido de noite já parece talhado para ela. Assim, ela fixa para a espectadora, ainda mais enfaticamente a distância entre elas. Só uma pode tirar a sorte grande, só um pode se tornar célebre, e mesmo se todos têm a mesma possibilidade, esta é para cada um tão mínima que é melhor riscá-la, de vez e regozijar-se com a felicidade do outro, que poderia ser ele próprio e que, no entanto, jamais é. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 136).

Sendo a indústria cinematográfica veículo privilegiado dos desígnios da indústria cultural, tal como apontado por esses autores que presenciaram exatamente o momento de *boom* de Hollywood quando viveram nas cercanias de Los Angeles, junto com outros exilados alemães durante parte da II Guerra, destacamos a importância da análise da *Página*, pois publicada naquele que parece ser o período em que a indústria cultural começa a ser gestada no Brasil. Este receituário de embelezamento divulgou e constituiu as premissas dessa forma de produção de necessidades de consumo, fazendo-as alcançar, ao menos potencialmente, as senhoras e senhoritas da Ilha de Santa Catarina, distantes dos centros de civilidade e referência na época – Rio de Janeiro e São Paulo. Data desse momento a corrente sugestão por jornais e revistas, dentre eles a *Página*, para que as mulheres, na medida em que lhes fosse possível, adotassem a aparência das estrelas do cinema e seu estilo, considerados como modelo de vida moderno – este, aliás, fortemente pautado nas diretrizes do consumo (FIGUEIREDO; 2007). O cinema era já na década de 1940 e na provinciana Florianópolis, uma opção de entretenimento, haja visto que a cidade possuía três salas de projeção onde se

⁷³ Como dito em uma das primeiras edições do jornal *Dia e Noite*, seu objetivo é “o de salientar os melhoramentos de vulto que se operam no Estado, procurando amparar todas as iniciativas tomadas para o engrandecimento da economia catarinense” (DIA..., 23/07/1936).

assistia westerns, comédias, romances, filmes, desenhos, trailers, diariamente e em diferentes horários, tal como divulgava o jornal *Dia e Noite*.⁷⁴

Concomitantemente ao elogio das estrelas do cinema como referências de civilidade, a *Página* dava avisos de cautela: “A vida não é como nas fitas cinematográficas” (PÁGINA..., 07/09/1941), ou ainda criticava aos “almofadinhas” – homens que são sabem fazer poesias, nomeados como “parasitas sociais” –, indicando às mulheres que não se deixassem enganar por eles, devendo escolher um que seja trabalhador e honesto. Pelo visto, temia-se que os filmes norte-americanos acabassem por desvirtuar a ordem moral pelo novo estilo de vida difundido que (pretensamente) preconizava uma liberdade individual muito maior. Ainda sim, prevalecia o incentivo para que as estrelas de Hollywood fossem exemplos de conduta, moda e beleza. Suas imagens e comportamentos eram divulgados e exaltados, seja pelos elogios que lhes eram destinados, ou ainda pela presença massiva de fotografias de atrizes sorrindo para as câmeras, ou com o olhar distante, perdido ao longe, verdadeiras “musas” a serem admiradas.

Fazendo uso de uma estratégia de “controle-estimulação” (FOUCAULT, 2000), de uma nova configuração de domínio que não se dá pela repressão, mas por meio do estímulo – o de mostrar e fazer-se desejar –, desencadeando o investimento *positivo* sobre o corpo, a indústria cinematográfica é pioneira nesse modo de controle dos corpos e das condutas que, hodiernamente, radicalizou seus métodos de persuasão e se difundiu para outros meios de comunicação de massa. Cumpre desse modo, assim como os instrumentos de controle que dela derivaram, a função de *dispositivo* (FOUCAULT, 2000), para designar a rede que se estabelece entre o dito e o não-dito, os discursos e as práticas. Na interpretação e ampliação de Agamben (2007) do emprego feito pelo termo por Foucault, dispositivo é “cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivientes” (AGAMBEN, 2007, p. 6). O sujeito é entendido por ele como a resultante da relação entre seres vivos e dispositivos. Nesse sentido, consideramos profícuo pensar a *indústria cultural como dispositivo biopolítico*, já que se utiliza de técnicas – sendo a primordial a exploração das debilidades do “eu” –, para promover uma identificação imediata e redutiva ao corpo, constituindo mecanismos nos quais o sujeito se funda como ser vivo, intimamente ligado à dimensão biológica, à vida. A conjunção entre esses conceitos

⁷⁴ Uma das chamadas do jornal se dava da seguinte forma: “A 20 Th. Century Fox apresenta um filme que é um verdadeiro divertimento. Cenas complicadas e de uma comecidade (sic) de deixar o espectador em constante interesse. UMA NOITE DE LOUCURAS com Jane Lang – Dick Baldwin – Lile Talbot. O mais comico (sic) apuro de um chefe de policia” (DIA..., 02/10/1940).

(biopolítica e indústria cultural) oferece uma interessante *constelação conceitual* para os conjuntos de fontes analisados, e para pesquisas que se interessam pela compreensão de como se tecem as expectativas sociais sobre o corpo.

Nas próximas páginas apresentamos as estratégias sutis e *positivas*⁷⁵ utilizadas por esses receituários na idealização do feminino, assinalando, na primeira seção, para o discurso instituído de que a beleza é acessível a todas as mulheres, a centralidade dos aspectos meritocráticos do embelezamento, as preconizações científicas e a perversão da utopia de reconciliação com a natureza pela máscara do exercício de um controle que estimula. Na parte seguinte do trabalho, descrevemos como a interiorização da culpa e da autovigilância, a associação do feminino à beleza e o incitamento à exposição corporal, constituem-se como técnicas de dominação na sociedade patriarcal. Esse movimento de normalização, que joga com premissas de culpabilização/autovigilância e incitamento/elogio/positividade, tem como eixo conector – e esse é o tema abordado na terceira seção – o fomento da necessidade de “ser livre” para escolher as opções de adaptação da aparência oferecidas pelo mercado, e a manipulação do desejo de se sentir incluído, ou por outra, do medo de não ser aceito socialmente, alcançando as propostas elencadas pelos receituários de beleza o status de um mecanismo de seguridade do indivíduo que parecem compor a sua economia psíquica. Ao final, retomamos a hipótese inicial desse capítulo do trabalho e salientamos que as estratégias descritas ao longo do texto induzem a um controle extremo da vida e reduzem a mulher à condição “biológica” – seja pela associação da identidade ao corpo, ou pela despolitização/desubjetivação estimulada – e como próxima da natureza, legitimando o exercício da dominação (masculina).

3.2 SOBRE O CONTROLE QUE ESTIMULA

A beleza é para o feminino um imperativo, não sendo o descuido com a aparência uma das possibilidades oferecidas pelos receituários de beleza analisados. Ao contrário disso, em ambos conjuntos de fontes, a beleza é potencialmente acessível à todas, já que cada mulher é detentora, naturalmente, de algo belo em si, sendo preciso somente conhecer e

⁷⁵ Refere-se à potencialização do corpo exercida pelo indivíduo a partir da produção do desejo sobre ele (FOUCAULT, 2000). O uso feito por Foucault desse termo ilustra sua concepção ao modo como as relações de poder se estabelecem: não de modo repressivo, mas sim *positivo*.

salientar os pontos fortes da aparência. De acordo com a *Página* inclusive, a “verdadeira beleza feminina” (PÁGINA..., 15/12/1940) só é alcançada com o conhecimento detalhado do seu corpo – a mulher deve saber se seu pescoço é comprido ou largo demais, qual aspecto de seu cabelo, tamanho do nariz, testa, orelhas, entre outros – e das técnicas e produtos que valorizam o seu *tipo*. É preciso, “estudar a si mesma, calcular com inteligência (sic) que partido pode tirar de seus poucos ou muitos dotes naturais, propôr-se um tipo ideal de melhoramento e lográ-lo mediante um trabalho paciente e constante” (PÁGINA... 01/12/1940). Discurso similar é encontrado na revista *Boa Forma*, que destaca a importância da mulher reforçar “os [seus] pontos fortes” (GREINER, 2002, p. 6), propondo que seja encontrada aquela que seja a “sua” melhor (boa) forma. Para tal, coloca-se primeiramente a exigência de um autoconhecimento ou um reconhecimento ou uma identificação ou uma assimilação do que seriam os “defeitos” e as “virtudes” do corpo, prescrevendo-se ulteriormente o empenho em escamotear e valorizar devidamente cada qual. Distante de um ideário em que a beleza é considerada um “dom” divino,⁷⁶ a dissimulação é até certo ponto permitida e prestigiada. Esta é uma perspectiva notável já no período estadonovista,⁷⁷ e que é maximizada hodiernamente, podendo/devendo a beleza ser construída, conquistada, merecida, pois entendida como resultante de um investimento da mulher sobre a sua aparência. Esta dissimulação indicada pelos receituários analisados parece ser distinta daquela depreciada nos anos de 1920 (SANT’ANNA, 1995), pois prescinde de um conhecimento sem igual quanto ao uso adequado a se fazer dos produtos, vestimentas, acessórios e das qualidades e defeitos que o seu próprio corpo têm, o que acaba por conferir ao ato de dissimular um caráter de mérito. Mais importante que a dissimulação porém, era essencial, como ressaltava a *Página*, que o cabelo estivesse “em boas condições”, com brilho, sedoso, e que se realizasse exercícios e regimes alimentares. Ou seja, o embelezamento deveria ser alcançado por via do modelamento, ação efetiva sobre o corpo e suas formas, pois “a beleza também (sic), como tudo o que pretende conservar-se inatacavel (sic) para sempre ou pelo menos por muito tempo, deve procurar erguer-se tendo sob si os mais solidos (sic) alicerces. É claro que não

⁷⁶ A esse respeito, ver Sant’Anna (1995) e Vigarello (2006). Sobre a secularização da noção de “dom” na revista *Boa Forma*, ver Hammes (2007).

⁷⁷ É nomeado como Estado Novo o período subsequente ao golpe aplicado por Getúlio Vargas em novembro de 1937, estendendo-se até o ano de 1945, findando juntamente com a II Guerra Mundial. Esse foi um momento em que o Brasil passou por um regime que, sem ser propriamente fascista, caracterizara-se por ser autoritário e de forte cunho nacionalista, assim como de crescimento e industrialização do país. Apesar da similaridade apresentada com os ideais nazistas e fascistas, Getúlio Vargas não se posicionou, finalmente, a favor das forças do Eixo, mas, ao contrário, aproximou-se dos Estados Unidos – sobretudo pelas intermediações do embaixador Oswaldo Aranha –, que se apresentava no momento como único mercado estável e exercia forte influência no plano militar e cultural do país (CARONE, 1977).

basta à mulher preparar-se bem e enfeitar-se melhor ainda” (PÁGINA..., 30/03/1941). Esse aspecto meritocrático da beleza, inseparável da responsabilização feminina, de realizar um investimento concreto e durável sobre o corpo, vai tomando um aspecto cada vez mais tentacular e sutil na contemporaneidade – como se verá ao logo do presente texto –, estando entre os recursos de ação sobre si apresentados pela *Boa Forma* a cirurgia plástica, a vestimenta, e os exercícios – ganhando esse último, acompanhado das dietas alimentares, um especial destaque. Exercícios e dietas são os principais mecanismos recomendados por ambos receituários para a potencialização do corpo (embelezamento), recebendo uma distinta valorização porque considerados como métodos que propiciam mudanças concretas sobre o corpóreo, dando-se, além de tudo, por via do esforço pessoal – componente capital das pedagogias ensinadas. Na *Boa Forma* a proposição de exaltar exercícios e dietas é mais evidente por estar em segundo plano, e às vezes até mesmo serem depreciadas, ações como cirurgia e uso de artifícios, tais como roupas de enchimento, como bem destacou Hammes (2007).

Estando o alcance da beleza conectado ao mérito de fazer-se ou não bela, pois é necessário somente que se explore, evidencie os pontos fortes da aparência, a ausência de cuidados com o corpo, ou ainda sua realização de modo que possa ser considerado limitado, insuficiente, é frequentemente relacionado ao desleixo, descaso e falta de amor por si mesma.⁷⁸ Atitudes consideradas como de descuido chegam a ser categorizadas pela *Boa Forma* como patológicas, devendo a baixa auto-estima ser investigada pela mulher, pois indica abatimento físico ou moral que precisa ser extirpado, seja pelas técnicas apresentadas pela revista, tais como “mentalizações de pensamentos positivos”, ou mesmo, ainda que mais raramente sugerido, por tratamento médico. O apelo a esse tipo de recurso pedagógico é atual na revista *Boa Forma*, algo talvez decorrente da multiplicidade de medidas de controle contemporâneas, que responsabilizam o indivíduo quanto ao *estresse* que o assola.⁷⁹ A revista faz coro a esse discurso ao incitar a mulher a estar em sintonia com o seu tempo, ao saber fazer uso racional dos momentos dedicados ao trabalho e também ao entretenimento, caso contrário, como resultado de sua irresponsabilidade para consigo mesma, poderá desenvolver distúrbios psicológicos, como baixa auto-estima, processo a possivelmente desencadear algum malefício

⁷⁸ Um movimento que, de acordo com Sant’Anna (1995), iniciara-se no Brasil nos anos de 1960. Já Vigarello (2006) aponta que na Europa, no século XIX, com a possibilidade de forjar a própria beleza, construir a si mesma, a aparência, mais do que nunca até então, é tomada como retrato da interioridade, possibilidade de descoberta e revelação do “eu”.

⁷⁹ Sobre uma crítica a respeito da mercadorização e multiplicidade dos mecanismos de responsabilização do indivíduo aos imperativos da saúde, ver Gomes, Pich, Vaz (2006). Quanto à “culpabilização da vítima” nos discursos de “promoção de um estilo de vida ativo”, consultar Palma et. al. (2003).

físico. O ponto mais radical e perverso desse discurso é a responsabilização da mulher pela somatização de doenças, e a falta de beleza conseqüente desse processo.

Nas assertivas da *Página*, que ensinam a mulher a ser *moderna*, esse dispositivo de controle que prescreve a relação que se deve ter com o trabalho, ainda não tomara contornos tão sutis como no presente, mas, pelo modelo capitalista-industrial que se instaurava e que estimulava a participação feminina no mercado de trabalho, já se observa sua formação incipiente. A presença da mulher no mercado de trabalho é notável por assertivas como: “Existem jovens datilógrafas, profissionais e até mesmo jovens esportivas, que, em uma hora de atividade, destróem o paciente e perfeito trabalho realizado em sua mãos pela ‘manicure’” (PÁGINA..., 24/11/1940); mas também de modo mais direto, pela presença de anúncios de emprego “para uma moça de boa apresentação para cargo de confiança em escritório, sabendo datilografar e tendo ligeiros conhecimentos de escrituração” (PÁGINA..., 01/06/1941), e ainda pela proposta de uma mesma vaga de emprego para “ambos os sexos” (PÁGINA..., 27/04/1941).

Exemplo desse processo é a noção de lazer, presente no incentivo para que a mulher adquirisse um passatempo – dentre os citados está a prática de embelezamento! –, fruto da nascente preocupação em dar alguma finalidade ao tempo ocioso.⁸⁰ Exemplificam ainda a entrada da lógica do trabalho na vida da mulher catarinense, as recomendações do uso racionalizado das atividades domésticas, do equilíbrio entre as responsabilidades do lar e do trabalho, a depreciação da “mulher preguiçosa”, o incentivo à prática regular de exercícios físicos. Para que fossem seguidas, essas práticas eram largamente referidas como expressão de civilidade e, portanto, como ícones de prestígio social e do *modus vivendi* da urbanidade.

Dentre os princípios de urbanidade produzidos e reproduzidos pela *Página*, encontra-se a tríade saúde, beleza e felicidade. Esse último quesito, estando carregado de enorme positividade, ao ser conjecturado à saúde e beleza, serve como distinto mecanismo de persuasão para aplicação das técnicas recomendadas.⁸¹ Vale assim pormenorizar como se fazia/faz alusão a esse termo e o significado que carrega. Em determinados momentos na *Página*, a felicidade, ou ainda a alegria, deve estar acima de tudo, inclusive da falta de beleza;

⁸⁰ Um dos articulistas do jornal diz: “é difícil para mim compreender como há pessoas que nunca sentem interesse por nada. [...] [E em seguida critica:] o aborrecimento e a ociosidade são os dois mais importantes laçaios da velhice prematura” (PÁGINA..., 10/08/1941), tendo ainda influência negativa sobre as relações sociais. Outra articulista conta as novidades da “Feira de Passatempos na Exposição feminina”, que visitou em seu passeio a “Cincinatti” (PÁGINA..., 24/08/1941). Ela mesma, em outro momento, recomenda: “Dê sabor á vida com um passa-tempo (sic) interessante e útil” (PÁGINA..., 31/08/1941). Como se vê, a preocupação em que se adotasse um passatempo era corrente.

⁸¹ A alegria é citada no trabalho de Schneider; Ferreira Neto (2008) como uma característica desejável no “homem novo”; sendo um mecanismo civilizador da década de 1930-1940.

em outros, serve como compensação dessa deficiência, chegando ao extremo oposto de se afirmar que a beleza total somente é possível quanto se está alegre. Pela análise da fonte em seu conjunto, nota-se que, se por um lado a felicidade não deve ser conturbada pela falta de beleza, por outro, aquela é concomitantemente complementar à esta e determinante para sua conquista. Como explica a *Página*, “a tensão para endurecer as feições dificulta a circulação do sangue nos músculos (sic), e se isso for muito frequente (sic) eles acabam por perder a elasticidade da juventude. Ao contrario da cara fechada e triste, o sorriso estimula a irrigação do sangue nos músculos (sic) que lhes serve de alimento” (PÁGINA..., 16/02/1941). A alegria é aqui associada à saúde e a beleza – qualidades sinônimas. Se a amargura “envenena” o corpo,⁸² resultando em “anomalias que enfeiam”, o mau-humor chega a ser categorizado como anormalidade que prescinde de cuidado médico⁸³ – algo que em muito se aproxima das assertivas sobre baixa auto-estima identificadas na *Boa Forma*, a que se fez referência em parágrafo anterior. A prescrição de exercícios para dar “maior disposição ao levantar” e a recomendação para apresentar bom humor diante da família e do trabalho, não são apenas eventuais, ocupando centralidade as recomendações para que se adquira um passatempo enquanto mecanismo de combate a melancolia e aborrecimento. Junte-se a isso afirmativas como: “o maior encanto da mulher está no sorriso” (PÁGINA..., 08/06/1941), ou “um rosto sorridente é uma grande garantia de sucesso, é uma garantia de felicidade” (PÁGINA..., 06/10/1940). Se o sorriso já nesse período indica ser uma técnica, que a *Página* recomenda ser exercitada ao levantar, contemporaneamente ele é expressão de felicidade e êxito, sendo reificado como meio de forma muito mais incisiva e constante. Para ficar em apenas um exemplo, é com naturalidade que a *Boa Forma* questiona à leitora: “Qual o seu truque de alegria?” (LUBINSKI, 2004, p. 90), como se todas as mulheres tivessem algum. Esse ideário de felicidade não se restringe somente às reportagens publicadas, mas está materializado nas freqüentes imagens de modelos que ornamentam seus rostos com um repetido e mecanizado sorriso. Não fosse suficiente a associação com o sucesso, em ambos os conjuntos de fontes, a ciência presta-se a responsabilizar, culpar, convencer a mulher a adotar uma postura de felicidade, bom humor, alegria, bons pensamentos, perante a exposição detalhada dos malefícios e benefícios para a saúde e beleza provenientes de cada tipo de

⁸² Como declara determinado artigo da *Página*, “dizem das amarguradas que são ‘envenenadas’. A palavra não é um epíteto caprichoso, mas uma definição científica. As amarguradas sofrem alterações nervosas que afetam aos órgãos e essas alterações repercutem no sangue, destruindo os globulos vermelhos e tirando-lhes a capacidade nutritiva e defensiva do organismo. O resultado é uma cútis biliosa, amarelada e com a presença de ‘grãos’ e outras anomalias que a enfeiam.” (PÁGINA..., 01/12/1940).

⁸³ A *Página* explica que “é muito frequente (sic) acordarmos com mau humor, com certo nervosismo, com excessiva preguiça, sem que saibamos ao certo a causa. Os médicos têm estudado esta anomalia e prescrito o remédio” (PÁGINA..., 24/11/1940).

comportamento. Eis mais um elemento que transfigura a felicidade em um imperativo, e que remete de modo indireto ao cuidado com o corpo.

Impossível deixar de referenciar o papel ocupado pela ciência, não somente para responsabilizar a leitora desses receituários, que já estariam “esclarecidas” quanto os efeitos de suas ações sobre a aparência, assim como de seus pensamentos, mas, sobretudo, para a legitimação dos conhecimentos a serem seguidos no interminável processo que é o embelezamento. A formulação de uma crença no que é científico se apresenta nos escritos da *Página* pela referência aos especialistas na descrição dos efeitos fisiológicos provenientes da prática de exercícios físicos. Essas estratégias reforçam a autoridade da ciência e, repetidas na *Boa Forma*, ganham cada vez mais destaque ao serem acompanhadas de novas táticas de convencimento, como a alusão às medidas exatas e/ou tempo certo para o alcance do emagrecimento e da fortificação do corpo, o uso dos corpos esculturais de modelos, atrizes para legitimar o efeito dos programas de treinamentos cientificamente formulados, entre outros.

A ciência deve servir para lapidar o corpo de modo eficiente. As técnicas vendidas por esses manuais incitam a manipulação do corpo, de preferência até a obtenção de contornos estabelecidos como “perfeitos”. A idéia de um corpo passível de correção, surge na Europa em meados do século XIX (VIGARELLO, 2006), mas não sendo até os anos 1920 notada no Brasil, tal como demonstra o estudo de Sant’Anna (1995). Na *Página*, a compreensão do corpo como imperfeito está na expressão “defeito”, utilizada para adjetivá-lo, e pelos reclames para que não se deixe de “corrigi-lo”. Já na *Boa Forma*, essa relação com o corpóreo se mostra com mais sutileza, mas também mordacidade, entre outros, pelo estímulo para que, *contra* o corpo – local das emoções e das vontades, como, por exemplo, de fugir da dieta e burlar a ida à academia –, seja travada uma verdadeira guerra, se quiser tornar/mantê-lo belo. Exemplo disso é a linguagem bélica utilizada pela revista: “arsenal antifome”, “torrar as gordurinhas”, “detonar” os quilos extras. Importante é aludir aos escritos de Horkheimer e Adorno (1985) sobre a perversidade que perpassa essa exaltação das “belas formas”. De acordo com eles, o fetiche pelo progresso atingiu a relação com o corpo, devendo esse ser a expressão encarnada do poderio humano, portanto belo, e por isso ícone de plenitude e de uma pretensa reconciliação com a natureza.⁸⁴ Esse modelo ideal de beleza porém, só pode ser

⁸⁴ O desejo de reconciliação é, para os pensadores alemães, proveniente da forja da civilização, que precisou solapar a natureza externa, mas também interna – de si mesmo –, em troca da sobrevivência e da cultura. A utopia de reconciliação com essa natureza significaria a satisfação imediata das pulsões, da simples sobrevivência, sem memória, e por isso sem cobranças e culpas – algo que não é possível, mas constantemente prometido pelos veículos da *indústria cultural*.

alcançado por uma submissão do corpo, no sentido do controle extremo de suas “paixões”, afastando-o assim cada vez mais do que seria o corpo vivo (*Leib*), tanto mais que este é transformado em apenas um conjunto de peças anatômicas (*Körper*), já que potencializá-lo (no que se incluem as práticas de embelezamento) só é possível enquanto esse é objetivado, tratado como coisa que se pode manipular (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Esse trato com o corpo também é percebido na *Boa Forma* pelo elogio ao sacrifício, que, como destaca a editora da revista, é imprescindível para que se adquira os contornos desejados, pois “nada vem de graça, o processo de mudar tem seu preço” (GREINER, 2003, p.8). O sofrimento é necessário. Esta compreensão exige não somente suporta-lo, mas também autoriza sua repetição sobre outro por aquele que o vive. Essa *naturalização* do sofrimento encontra-se ainda em certas reportagens, normalmente de tratamentos estético, em que há a classificação da dor, por meio de um “ranking” (HOLLO, 2002, p. 76), em três diferentes níveis: 1. coceira ou ardor; 2. leve incômodo; e 3. dolorido. No processo de potencialização do corpo, o sacrifício é a condição exigida para que se possa conhecê-lo e dominá-lo, devendo ser a aceitação do sofrimento um elemento constitutivo da subjetividade. Essa valorização do sacrifício está materializada na *Página* por chamadas do tipo: “Não seja mole!” (PÁGINA..., 05/10/1941); ou quanto lembra à leitora: “depois de 20 anos não ha beleza sem esforço” (PÁGINA..., 31/08/1941).⁸⁵ Nesse manual, o trato do corpo como objeto é evidente também na recomendação de seu esquadrinhamento. O embelezamento deve ser feito em territórios específicos: o rosto, principalmente as sobrancelhas, as pernas, os braços, a voz, a pele e as mãos, com atenção especial às unhas – evidentemente as partes que estavam mais à mostra naquele período –, sugerindo-se para cada uma dessas partes investimentos particulares. Se essa divisão, racionalização, recorte do corpo também é evidente na *Boa Forma*, não havendo, em princípio, limitação quanto às partes que se pode expor ou não, fica a ênfase para a necessidade de “esculpir cada centímetro”, e manter “tudo no lugar” (PENTEADO, 2003, p.50-2). Pelo discurso dessa revista, vê-se ainda a necessidade de ultrapassar os limites de incursão no corpo, que até a década de 1940 era ocupado pela pele, alvo de inúmeras recomendações de embelezamento. Hodiernamente ela já não é mais fronteira, tendendo-se a atingir o que está abaixo dela, “secando” a gordura, enrijecendo os músculos.

⁸⁵ A mulher é ainda exaltada na *Página* por sacrificar-se em benefício dos filhos e manter a moral e os bons costumes, e mais do que isso, o ato de sacrificar-se é considerado uma tendência da própria natureza feminina, pois ela “sente mais fortemente que o homem a alegria de ser amada, de ter alguém (sic) a quem se possa dedicar, a dôr (sic) da ingratidão, e sente muito mais ainda as alegrias e dôres (sic) (...) É altruísta. Sendo altruísta, deve possuir uma moral superior à do homem e sujeitar-se a sacrifícios infinitamente maiores porque a sua sensibilidade, o seu temperamento a isso a obriga” (PÁGINA..., 13/10/1940).

Essa relação de dominação com o corpo trata de ser todavia sempre escamoteada, por exemplo, quando a *Boa Forma* repete, e de modo muito enfático, a idéia de que o emagrecimento e as técnicas para adquirir músculos “não precisa[m] ser um sofrimento” (SECCO, 2005, p. 65). Esse, porém parece ser um incentivo, ao mesmo tempo em que se configura como um discurso falacioso, pois se realmente acontecesse dessa maneira, talvez não fosse necessário nem sequer mencioná-lo, já que seria ele do conhecimento de todas, e muito menos destacar repetidamente, que disciplina “não tem nada a ver com autoflagelação” (REIS, 2006, p. 12). Outra estratégia utilizada pela revista, que também tenta compor um ideário de realidade ao ser repetida de modo incessante, é a promessa de reconciliação com a natureza, ao serem exaltadas as belas formas, ou por meio de uma certa “pedagogia do natural”, identificada na revista *Boa Forma* (HAMMES; ALBINO; VAZ, 2008). Nela se idealiza uma beleza que seria inata a cada mulher e, portanto natural, de nascença, e que deve ser preservada e potencializada. Ao mesmo tempo se estimula a busca por uma aparência que não denote artificialidade, e o uso de recursos embelezadores que sejam “naturais”, ou pouco “artificiais”. Nesse discurso, o corpo é considerado “puro”, não devendo ser manipulado, ou que seja tanto menos quanto possível. Escamoteia-se assim que a própria discussão sobre o uso de técnicas “menos ou mais invasivas” (ou “artificiais”), apenas ratifica que, de fato, o corpo é objeto de manipulação, e que procedimentos “artificiais” e “naturais” igualam-se por objetivar o alcance de uma beleza padronizada (HAMMES; ALBINO; VAZ, 2008).

Esse ideário presente na *Boa Forma*, do corpo como “puro”, e de elogio a uma beleza (que deve ao menos parecer) “natural”, pode ser considerado uma atualização daquele presente na *Página*. Nessa, a expressão “natural” representa normalidade, o que é conhecido, mas também aquilo que nasce com a mulher – seja uma característica física ou de personalidade –, ou por outra, é associado ainda ao que é “belo”. Por isso a leitora, principalmente aquela que já possui mais de trinta anos, é instigada a aplicar uma maquiagem que seja sutil, *natural*, que desenhe a sobrancelha “de um modo suave, imitando o que seria natural si a natureza fosse especialista de maquilage (...) [pois] por mais cuidadosamente maquilada que esteja uma mulher ela não será realmente atraente si no seu rosto não se notar a condição indispensável... a de um ser humano” (PÁGINA..., 02/11/1940). O exagero deve ser contido, o que se predica é a moderação e harmonia nos cuidados com a aparência, que se procure apenas atenuar os defeitos, ou/e acentuar a beleza que naturalmente já se possui.⁸⁶

⁸⁶ O aconselhamento à moderação também atingia aquelas referentes ao exercício físico, como se vê a seguir: “o esporte e a ginastica (sic) são fontes de otimismo, de saude (sic) e de alegria. O mal é quando há excesso,

Junto a essas considerações sobre beleza e natureza, identifica-se na *Página* que a mulher é instigada a imitar e manter-se próxima dos elementos do meio ambiente natural, pois, como a natureza, seria afeita ao que é irracional e indeterminado, os sentimentos e as paixões. Igualmente ao corpo, representante da natureza que compõe o ser humano, subentende-se que a mulher deve ter o mesmo destino, oposto à racionalidade: conhecida e então dominada. De acordo com Horkheimer e Adorno (1985), essa posição a que a mulher foi subjugada é resultado da divisão social do trabalho imposta pelo homem desde os primórdios da humanidade. Nessa divisão, à mulher não coube a produção, posição de simbólico prestígio, que confere a quem possui tal encargo o status de “sujeito”, mas à reprodução, função biológica, posição de natureza. Isso porque, como explicam os autores,

A mulher era menor e mais fraca, entre ela e o homem havia uma diferença que ela não podia superar, uma diferença imposta pela natureza, a mais vergonhosa e humilhante que é possível na sociedade dos homens. Quando a dominação da natureza é o verdadeiro objetivo, a inferioridade biológica será sempre o estigma por excelência, e a fraqueza impressa pela natureza a marca incitando a violência (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 231).

Se a civilização constituiu, paradoxalmente, como seu princípio basilar a proscricção da força bruta, mascarada como astúcia e racionalidade, o *outro*, a que se renega, se opõe, para bem da constituição do próprio “eu”, esse há de ser o que se distingue por ser mais fraco. Considerado como oposto, pois é o que se quer esquecer, já que lembra e permite identificar a própria fragilidade, fraqueza, irracionalidade, e natureza que há em si, à mulher – mas não somente ela, também os animais, as crianças, os povos colonizados – é destinada a posição de outro do homem, de outro da razão, a quem deve ser dominada, ou conquistada, como aliás pregou e prega certo romantismo. Uma posição de objeto que se confirma no pesar que acompanha os seguintes dizeres da *Página*: “encontram os homens nas suas conquistas tantas facilidades, tão pouca resistencia (sic), que eles proprios (sic) se sentem diminuidos (sic) por não terem que ‘galgar muros’, sofre os olhares tracundos dos paes (sic) ou baterem-se pelas suas damas! [...] [E completa alertando:] o que se consegue sem sacrifício não tem valor” (PÁGINA..., 21/04/1940).

Ao associar a beleza como oposto ao artifício, a *Boa Forma*, mas também a *Página*,

tomando – por exemplo – o esporte como pretexto para competições entre os sexos opostos” [...] [Citando os feitos notáveis de campeãs olímpicas, o jornal não exita em dizer que] “o perigo está em que muitas mulheres podem ser levadas pelo instinto de imitação e começarem a praticar esportes de uma maneira exagerada. Nenhuma deve esquecer que antes de tudo, os homens apreciam na mulher uma perfeita saude (sic) ao par de uma doce e tranquila (sic) feminilidade” (PÁGINA..., 07/12/1941). Como destacam Goellner (2000, 2001) e Schpun (1997), no início do século XX as práticas corporais recomendadas às mulheres eram aquelas que não exigissem grande desgaste físico e que reforçassem e expressassem a feminilidade da mulher.

incentivando a leitora a estar próxima do ambiente natural e preservar aquilo que tem de natural, acabam por reforçar a conjunção mulher e natureza, mulher e irracionalidade. Por meio de certo romantismo, em que a natureza e o amor representam aquilo que é bom, o feminino, há milênios considerado como afeito aos sentimentos, deve contentar-se e constituir sua subjetividade a partir do (pseudo)prestígio social de ser objeto de conquista do masculino. Todavia, “por trás da admiração do homem pela beleza está emboscada a gargalhada sonora, o escárnio desmedido, a bárbara obscenidade que o potente dirige à impotência, à morte, à natureza” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 232). Ao se esmerar na busca pela beleza, e se regozijar por ser esse um ícone não somente de sucesso, mas que a insere no espaço público,⁸⁷ a mulher voluntariamente se presta a condição de dominada.

3.3 PARA O EXERCÍCIO DE UMA AUTOVIGILÂNCIA

Imprescindível instrumento de controle, notável nos dois conjuntos de fontes selecionados, são as prescrições de comportamento para os diversos âmbitos que constituem a vida pública e privada da mulher. Com as técnicas disponíveis no mercado – imagens plasticamente organizadas para incitar o consumo e se apresentarem como *a* realidade, ao invés de um discurso sobre ela, reportagens “informativas” sobre produtos e técnicas, frases de auto-ajuda, matérias que pretendem deixar a mulher concatenada com os acontecimentos da moda de todo o mundo, entre outras – é tecido um discurso sobre o que deve ser desejável/normal para as relações a serem estabelecidas com o próprio corpo, com as tarefas domésticas/trabalho, marido/namorado/parceiro (pois os receituários têm como norma, como já destacado, a heterossexualidade), filhos, amigos/as, espiritualidade (seja de acordo com as regras da igreja católica, com grande influência sobre os escritos da *Página*, ou modo de vida “zen” pregado na atualidade a partir do elogio de práticas de ioga, alimentação saudável, contato com a natureza etc.), e ainda as roupas e acessórios adequados para cada ocasião social. As pedagogias desses receituários predicam que a mulher venha a ser uma espécie de resultado previsto. Para além da configuração de uma norma, um modo ideal de ser, elas incitam primordialmente que se gerencie e conforme a vida em uma mesma modulação de empreendimento sobre si mesma. O corpo e as relações com o trabalho, mas também as

⁸⁷ Sobre a importância da beleza nos anos de 1920 para a participação da mulher paulista de elite no espaço público, ver Schpun (1997). Quanto ao caráter figurativo da mulher na Europa do século XIX, ver Perrot (1998).

afetivas, devem ser investidos pela mulher tal como um negócio; algo que é identificado em ambos os manuais, entre outros, nos momentos em que prescrevem a dedicação de atenção e carinho aos filhos e amigos/as. Como ilustração, vale transcrever um dos ensinamentos da *Página* nesse sentido: “apesar de dizer-se que a amizade é um sentimento desinteressado, é sempre bom lembrar que esta tem suas exigências (sic) e impõe alguns sacrifícios. Um presente oportuno, umas flôres (sic) em determinadas ocasiões, um convite, não mais que retribuições a esse carinho e a lealdade que nos demonstram”. (PÁGINA..., 10/11/1940). Recomendações nessa mesma direção são encontradas na revista *Boa Forma*, quanto afirma ser essencial que se “arrume um tempo” para as amigas, devendo a leitora seguir as dicas oferecidas para “ajudar a manter os laços estreitos [...] [e] evitar as armadilhas que podem pôr tudo a perder” (CONTE, 2003, p. 86-8). Essa assertiva é acompanhada pela referência a uma “pesquisa” que “mostrou que as pessoas com maior círculo social vivem mais do que aquelas com poucos companheiros” (CONTE, 2003, p. 87). A amizade transforma-se em uma técnica para aumentar a longevidade.

Quanto às recomendações de cuidados com os filhos, elas são praticamente ausentes na *Boa Forma*, mas muito constantes na *Página*. Esta incentiva os elogios à criança, pois “todos, direta ou indiretamente, sofremos um complexo de inferioridade que nos deprime em determinados momentos. [...] Ao calor do elogio consegue-se felicidade e tranquilidade (sic), ao contrário a saúde moral como a física sofre algum choque. [...] [A mesma matéria, ao seu final, realça que] o elogio é tão necessário como o dinheiro para o triunfo!” (PÁGINA..., 05/01/1941). Fica claro aqui o caráter de instrumentalização que os cuidados com o infante devem apresentar.⁸⁸ Apreende-se, assim, como se constitui uma norma, um molde de investimento sobre a vida que tem em vista todos os seus recônditos, conformando uma impressão de que esse modelo produzido é a realidade mesma, ou seja, sua onipresença não deixa perceber que esse ideário é uma produção, ao invés de algo natural, dado.⁸⁹

Para dar forma a esse projeto normativo, são fundamentais – mas não únicas – as estratégias de interiorização da culpa, sempre associadas ao incitamento de uma autovigilância, ao serem disponibilizados por esses manuais os conhecimentos necessários para o domínio de si. A mulher tem à sua disposição diversificadas informações sobre os instrumentos para controlar seu corpo de modo adequado, sendo enfatizado na *Página* o uso diário, ou ao menos semanal, da balança, e o ajuste das roupas na cintura; enquanto na *Boa*

⁸⁸ Sobre os atuais dispositivos educacionais destinados à infância, ver Ghiraldelli Jr. (1996).

⁸⁹ Em última instância esse modelo socialmente produzido acaba por “transformar-se” em realidade. Sobre esse assunto ver Horkheimer e Adorno (1985).

Forma o alerta é para que se administre o consumo dos alimentos a partir do número de calorias estipulado como ideal – uma estratégia de controle muito mais minuciosa, eficiente e constante.

Tal mecanismo, que promove a autovigilância das formas corporais, ao disponibilizar “conhecimentos” e técnicas para tanto, também se aplica ao uso que se deve fazer dos cosméticos, pois uma ampla gama de produtos é difundida por esses manuais – pretensamente abarcando variadas condições econômicas, uma vez que na *Boa Forma* divulga-se na mesma reportagem produtos similares, mas com grande variação de preços, enquanto na *Página* faz-se referência à possibilidade de compra, mas também de elaboração pela própria mulher de um “preparado” que terá efeitos análogos de embelezamento, ou da confecção caseira do modelo de vestido que está na moda e ainda de objetos para decoração do lar. Aplica-se não uma coerção, mas uma indireta culpabilização daquela que não faz uso dos recursos/conhecimentos disponíveis, culminando novamente na responsabilização individual por ser ou não bela – ou ainda *moderna*, como categoriza a *Página*.

Em tempos hodiernos, o controle por meio da culpabilização ganha contornos sempre mais sutis e até afirmativos, como pelo ambíguo desencorajamento de uma cobrança excessiva sobre si mesma. Para a *Boa Forma* a mulher não deve se sentir culpada se “sabotar a dieta comendo chocolate fora de hora, [ficar sem malhar,] trabalhar demais e dar atenção de menos aos filhos, por ficar meses sem telefonar para os amigos mais queridos” (CAVALHEIRO, 2002, p. 85), ou cometer outros *deslizes*. Ao alertar, todavia, são reforçadas indiretamente as situações que deveriam provocar culpa: um modelo de vigilância que controla os corpos e as condutas sem prescindir em primeira instância de uma conformação específica da arquitetura – próprio de um sistema disciplinar que se exercia de modo exaustivo sobre cada um, como exemplificado por Foucault (2008) em sua obra *Vigiar e Punir* –, mas que lança sob caução da mulher a vigilância de si mesma, uma interiorização da necessidade de calcular economicamente todas as suas ações, pois se é exigida por isso.

O uso de mecanismos de controle das condutas por meio da culpabilização da mulher quanto ao comportamento e cuidados com o corpo, também recorrente na década de quarenta do século passado, não se dava porém de modo tão sutil como na atualidade. Se por um lado eram comuns assertivas engenhosas que ensinam como é fácil e imprescindível ser moderna, pois há informações nesses receituários dos recursos para tanto, e ainda de exaltação, por meio de poesias, crônicas e artigos específicos, da função social valiosa e inigualável exercida por aquela que é mãe e dona-de-casa, por outro, encontram-se também métodos de culpabilização muito mais explícitos e incisivos, geralmente em casos que as

relações de gênero instituídas eram ameaças. Indicativo da presença de um receio quanto a alteração das representações do que é o *ser mulher*, e que evidencia a sua existência devido a preocupação em limitá-las, é a recorrência à associação de determinadas atitudes com o masculino, com a depreciada possibilidade de a mulher masculinizar-se. Somente aquelas de comportamento varonil, e que por isso, de acordo com a *Página*, não eram verdadeiramente mulheres, consideravam desnecessário sentirem-se “protegida[s] por outra inteligência mais forte e diferente da sua” (PÁGINA..., 27/10/1940).⁹⁰ Denegados eram ainda os comportamentos próprios das *mulheres modernas*, classificadas como um “tipo” específico, *materialista*, que não se importava com o amor, nem com os filhos, somente com a beleza e com a diversão que obtinha com a *coqueteria*. Ambigüidade com relação a expressão “moderna”, que em outros momentos é utilizada em sentido positivo, mas que nessas situações particulares, em que o comportamento adotado parecia ameaçar a ordem estabelecida entre os sexos, era duramente depreciada.⁹¹ Comum era encontrar pela *Página* o alerta que a mulher moderna, que segue de modo exagerado a moda – fuma, bebe, joga –, seria objeto de diversão e chacota masculina, sendo que para noiva o homem sensato exige outro tipo: feminina, modesta, educada, bonita e inteligente. O inculcamento do medo de não ser alguém a que se anseie unir pelos laços do matrimônio era corrente, bem como os imperativos para que se fosse uma “esposa indispensável”, sendo culpa sua se o marido tivesse uma amante. Vê-se assim, que no período estadonovista, ainda eram comuns os mecanismos de culpabilização e as prescrições de beleza e comportamento serem pautadas na necessidade de manter o casamento e de afirmação da feminilidade.

Em *Boa Forma*, no entanto, e apesar dos novos contornos, como a ênfase no aspecto da sedução em detrimento ao imperativo da união ou manutenção legal dos laços conjugais, ainda permanece a relação de dependência da mulher para com o sexo oposto. Se por um lado ela hoje pode exercer sua sexualidade de modo mais “livre” do que na metade do século vinte

⁹⁰ De acordo com Flores (2007), embasada nos escritos de George L. Mosse, a masculinidade foi o princípio basilar do nacionalismo e fascismo, sendo essencial, para sua afirmação, a clara definição dos papéis sociais a serem assumidos pelos sexos. Vale aqui lembrar o viés totalitário do governo de Getúlio e do movimento integralista, dominante na década de 1930.

⁹¹ Hime (2003) estudou a *Página Feminina* d’A Gazeta de São Paulo no período de 1929 a 1943, provável modelo reproduzido em Santa Catarina, e identificou que as reportagens sobre os papéis sociais femininos retratavam os antagonismos de sua época, havendo em muitas ocasiões uma valorização das mudanças e conquistas das mulheres, enquanto em outras situações era tudo bastante conservador quanto à função que as paulistanas deveriam cumprir no lar e na família. Percebe-se porém que, em relação a *Página* veiculada em Santa Catarina, a d’A Gazeta, analisada por Hime (2003), divulga muito mais amplamente as atividades dos movimentos feministas e de emancipação da mulher – informações que são escassas no receituário catarinense, ou que emergem nos momentos em que são repreendidas pela *Página* –, inclusive apoiando o processo de conquista do direito das mulheres ao voto. Algo que talvez se explique pelo fato de São Paulo ser o pólo de ações nesse sentido no Brasil, e porque, como coloca a autora, A Gazeta não se posicionava contrariamente ao processo de mudança da sociedade, antes compreendia-o como inevitável.

– e, no registro sugerido pelos frankfurtianos, sob os auspícios da indústria cultural não só se *pode*, mas se *deve* gozar –, todavia permanece subjugada ao poderio masculino, que determina as características do que é ou não belo – aproximando-se do ser *sexy* na contemporaneidade – e os investimentos a serem feitos no corpo ⁹² – território primeiro da beleza, em detrimento a características como doçura e bondade, que ainda eram apontadas pela *Página* como atributos que compunham o que era visto como belo naquele período.

A partir da análise da posição da mulher na sociedade patriarcal, Horkheimer e Adorno (1985) afirmaram que, apesar das exigências quanto ao comportamento feminino terem se alterado na constituição da modernidade, a lógica da subordinação permanece muito semelhante. Para eles, o que seria o agraciamento da mulher como representante da beleza, é o mecanismo que concretizou a sua submissão “espontânea” ao mundo da dominação, pois o prestígio adquirido somente oculta a posição de objeto sexual a que as mulheres foram relegadas em uma sociedade regida pela força bruta. O feminino, enquanto representante da condição de natureza e da licenciosidade, precisa transformar esses vestígios em virtude e recato, símbolos da civilização patriarcal e, concomitantemente, de “beleza”. Hodiernamente, como explicam os filósofos alemães, “as mulheres prisioneiras do sistema continuam a provar pela promiscuidade a obediência à ordem existente que demonstravam antigamente pelo recato apenas; pelo ato sexual indiscriminado, continuam a provar a rígida subordinação à razão dominante.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 233).

Na *Página* é possível encontrar indicativos dessa transposição de um mecanismo de dominação para outro, estando presentes prescrições para a manutenção do pudor como distintivo de beleza, mas também de imperativos à exposição do corpo. Parece iniciar-se aí um processo de subsunção da moral à estética, demarcado também pelo cinema, veículo privilegiado dos desígnios da indústria cultural no período e de concretização de um ideário de “controle-estimulação”, como já referido no início do presente texto. Já nessa época, as restrições em expor o corpo dependiam largamente da beleza que se possuía ou não, sendo o sentido da palavra “imoral” deslocado para a apropriação inadequada das recomendações de beleza,⁹³ e da exposição de um corpo que não esteja em forma. Um imperativo que é atualizado e potencializado contemporaneamente, quando o corpo não apenas pode, mas deve ser mostrado, exibido, para que possa na mesma medida ser apreciado, desejado ou tão

⁹² Sabino (2000), em sua pesquisa em academias de musculação, aponta para a predominância entre as mulheres de investimentos nos membros inferiores, por serem apreciados pelo masculino.

⁹³ Esse “receio moral” de não fazer bom uso dos produtos de beleza, em detrimento ao medo de parecer libertina, é citado por Sant’Anna (1995) como presente nos anos de 1960. Nota-se pela análise da *Página* que essa configuração social é anterior a esse período.

somente notado, contanto que esteja adequado para isso. Algo esse que toma proporções dramáticas em um país como o Brasil que, como bem apontou Malysse (2002, p. 133), tem o visível como “[...] modo privilegiado de se relacionar consigo mesmo e, sobretudo, com o outro”.

3.4 A “ESCOLHA” PELA NORMA

A mercadorização e coisificação do corpo, as promessas de reconciliação com a natureza, a produção de um saber para o exercício de um domínio de si, o uso de inúmeras técnicas para que não se perceba que a realidade é manipulada de acordo com os interesses do capital, a invasão da lógica empreendedora no âmbito privado da vida, a exaltação da meritocracia, a formulação de uma crença no que é científico, são alguns dos meios de normalização pelos esquemas da *indústria cultural*. A simbólica do poder que se institui a partir desses esquemas, é um importante mecanismo de manipulação das massas, estando presente na determinação da imagem de um corpo belo como ícone de sucesso, liberdade, felicidade, sendo este um elemento basilar na produção de identidades, sobretudo na contemporaneidade. A mulher, de acordo com os receituários analisados, é essencialmente o seu corpo lapidado por dietas, exercícios, cirurgias, ou outros conhecimentos fornecidos pela indústria da beleza. Sua subjetividade indica estar calcada nas belas formas que se possui ou não, resumindo a interioridade ao que é *externo*, ao que pode ser visto e avaliado instantaneamente; por isso a repetida recomendação de um investimento maciço sobre o corpo. Exemplar sobre a produção da identidade a partir da lapidação do corpo são as assertivas da *Boa Forma*, uma perspectiva que no entanto já está presente nos escritos da *Página*, quando essa alertava a mulher que “suas mãos refletem a sua personalidade, muitas vezes com mais eloquência (sic) do que seu rosto” (PÁGINA..., 02/03/1941). Por isso as insistentes recomendações quanto ao cuidado com as mãos e o treino para que seus movimentos fossem lentos e graciosos. Em outro momento, a *Página* prescrevia o não escurecimento demasiado das sobrancelhas, pois isso endureceria a expressão “e torna impossível (sic) a uma senhora uma atitude amável (sic) e carinhosa” (PÁGINA..., 02/11/1940). O investimento nas características estéticas para que essas representassem uma atitude e personalidade considerada adequada – ou seja, a associação entre corpo e identidade – era uma das grandes preocupações existentes nos anos de 1920 no Brasil (FLORES, 2007),

mas como visto, ainda se mostrava presente na década de 1940, e de uma maneira um tanto diferenciada também hodiernamente, já que na *Boa Forma* essas associações são encontradas e, apesar de serem muito mais sutis, são todavia mais constantes.

Como detalha Flores (2007), a concepção de que um corpo perfeito abriga um corpo espiritual de pureza moral – uma retomada do preceito *mens sana in corpore sano* –, encontra-se, entre outros, nas teorias eugenistas, de aperfeiçoamento da raça, datadas no Brasil do início do século vinte. Era preocupação da *intelligentzia* brasileira⁹⁴ extirpar a fealdade que assolava o povo. Um objetivo que esteve presente não somente no imaginário das elites desse país, mas que também, em diferentes momentos, compôs o pensamento político do Ocidente. De tal maneira, “a nação confundiu-se com a raça, e esta, qualificada e classificada pela estética do corpo e do caráter do indivíduo, configurava o *status* do progresso e do desenvolvimento nacional.” (FLORES, 2007, p. 64). Para salvar a nação da doença e da degenerância, reconhecidas como causas da fealdade, investiu-se na *cura* dos corpos tomados como disformes, buscando instituí-los de beleza, ao enquadrá-los em uma estética da ordem, o que permite a Autora indicar que a compreensão do corpo como local de veridificação da identidade, se encontra em meio a uma imbricada trama constituída entre racismo, estética e nacionalismo. Uma concepção da feiúra como doença, do corpo como possuindo defeitos que precisam ser curados, é ainda evidente nos anos quarenta, em que os discursos nacionalistas ganham novo fôlego.⁹⁵

Faz parte da pedagogia da *Página* ensinamentos como: “esteja certa de que qualquer que seja o defeito de seus cabelos o melhor meio de **curá-lo** é estimulando a circulação no couro cabeludo. O processo mais facil (sic) de consegui-lo é com a escova. Escove vigorosamente se quiser possuir bonitos cabelos” (PÁGINA..., 13/04/1941, grifo nosso). A conjunção entre saúde e beleza é também visível quando a *Página* ressalta que “durante o verão o **remédio** que não deve faltar no toucador de uma mulher elegante e **tratada**, é um desodorante” (PÁGINA..., 09/02/1941, grifos nossos). Se chama a atenção que o desodorante seja um remédio, e que a mulher deva ser “tratada” – expressão largamente utilizada na

⁹⁴ Flores (2007) cita ao longo de seu trabalho alguns dos intelectuais – médicos, psicólogos, escritores, religiosos, juristas, artistas – que se debruçaram sobre o tema do melhoramento das feições do povo brasileiro: Renato Kehl, Hernani de Irajá, Afrânio Peixoto, Gustavo Capanema, Roquette-Pinto, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos, ente outros.

⁹⁵ O modo como o discurso nacionalista tangencia as prescrições do ser mulher na década de quarenta, se apresenta nos escritos da *Página*, por exemplo, pelo destaque e elogio à maternidade, ao salientar a importância da mãe que bem educa os filhos e preserva a ordem no lar. Para ressaltar que tais atribuições são essencialmente o meio dela contribuir com a nação, a *Página* tranqüiliza: “O papel da mulher na vida nacional não precisa de ser saliente para ser importante, [...] [uma vez que a função] invisível da mulher é ainda o mais importante na vida de um povo” (PÁGINA..., 01/06/1941). Sobre a exaltação da mulher-mãe e mulher-cívica ver, entre outros, Goellner (2000, 2001) e Soares (1994).

medicina, mas também no ramo da estética, ainda que atualmente não se faça uso do termo dessa mesma maneira –, por outra, hodiernamente passa quase despercebida a relação entre beleza e saúde, pois é muito mais sutil, ainda que constantemente repetida;⁹⁶ quiçá um resultado dos intensos imperativos que estão às voltas do discurso em prol da saúde e que, utilizando como recurso essencial o elogio moral daquele que possui um “estilo de vida ativo” – e conseqüentemente a depreciação daquele que não tem –,⁹⁷ acaba se confrontando com o ideário de que o cuidado excessivo com a aparência é supérfluo e denota uma personalidade frágil, havendo inclusive, àqueles que possuem grande preocupação estética, a categorização de pouco inteligentes.

Se contemporaneamente os investimentos para a constituição de uma identidade nacional não parecem ser tão evidentes quanto no período estadonovista, no qual a forja do corpo coletivo da nação se dava pela conformação do corpo individual, pela *incorporação de um habitus nacional*,⁹⁸ sobretudo pelo esforço em direção ao embelezamento dessa nação, por outra, a compreensão e gerenciamento dos corpos e condutas indica continuar se dando no mesmo sentido. Dito de outro modo, desde o momento em que a preocupação com uma identidade nacional se tornou evidente,⁹⁹ os indivíduos em seu conjunto são apreendidos e investidos em um denominador comum: a condição biológica – uma perspectiva que permanece e é até mesmo potencializada nos dias de hoje, como deixa ver a ampla gama de investimentos somáticos estimulados pela revista *Boa Forma*.

De acordo com Foucault (1999), faz parte do investimento nesse sentido, a configuração de um “racismo de Estado”; uma das facetas da biopolítica¹⁰⁰ que permitiu ao Estado moderno – ainda em gestação no século XVIII – a incorporação e transformação do racismo em uma tecnologia de poder, de que as teorias eugenistas são apenas a ponta de lança; viabilizando a instituição estatal potencializar e gerir a vida, mas também tira-la, frente

⁹⁶ Exemplo disso é quando a *Boa Forma* afirma que o uso excessivo de laxantes, além de poder causar dependência, “pode diminuir a absorção de nutrientes e desencadear um processo de desnutrição que compromete a saúde como um todo, [...] [sendo essa assertiva seguida por outra, que diz que as vitaminas que podem ser perdidas devido ao uso excessivo desse medicamento são aquelas que combatem] os famosos radicais livres e (...) [que têm] ação antienvelhecimento.” (BRITO, 2002, p.104). De modo geral o que prevalece no projeto da revista é a promessa de beleza como um estímulo à realização de cuidados com a saúde, apontando indiretamente que beleza e saúde são sinônimas.

⁹⁷ Sobre esse assunto ver Gomes (2008), além dos já citados trabalhos de Gomes, Pich, Vaz (2006) e Palma et. al. (2003).

⁹⁸ Norbert Elias, citado por Flores (2007), “afirma que os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm ficar sedimentados no *habitus* incorporado pelos seus membros individuais, intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado submetido às instituições nacionais.” (FLORES, 2007, p. 71-2).

⁹⁹ Mas não somente isso. Foucault (1988, 2008a) aponta ainda para a busca de auto afirmação da classe burguesa por via do investimento no biológico e a descoberta da naturalidade da população, assim como dos fenômenos econômicos, como meios de gerenciamento de ambos: população e economia.

¹⁰⁰ Ver nota nº 10 deste trabalho (p. 12).

a noção da existência de raças inferiores que, ao oferecerem risco de degeneração as superiores, deveriam ser dizimadas. Em nome da proteção da vida biológica que merecia ser preservada, o exercício de uma tanatopolítica era (e ainda é) justificado. Se considerar que por tirar a vida Foucault não entende “simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc” (FOUCAULT, 1999, p. 306), o racismo, ou ainda o princípio de causar a morte (real ou simbólica) em função de uma condição biológica que não é adequada (entenda-se ai “bela”), pode ser considerado como um mecanismo de normalização que, em alguma medida, possui sua atualidade. Vêm a corroborar essa consideração, as assertivas de Priore (2000) e Soares (1994), de que o fomento do desejo de possuir um corpo sarado, asséptico, que não denote marcas de envelhecimento, permite questionar sobre a perpetuação, ou talvez uma atualização, dos ideais higienistas e eugenistas em nossos dias por meio das exigências contínuas feitas pela mídia de adequação a um ideal estético, ícone de perfeição – dentre os veículos que produzem e reproduzem essa ode a beleza, ou ao menos ao embelezamento, encontra-se a revista *Boa Forma*.

Voltando a seguir o pensamento de Flores (2007), ela afirma que “o aparecimento dos conceitos de nação, nacionalismo, etnia, é acompanhado *pari passu* pelo aparecimento do conceito de cidadão, forjado na idéia do indivíduo autônomo, senhor de si, responsável pela aquisição de capacidades próprias, as quais o habilitariam para o exercício da cidadania.” (FLORES, 2007, p. 70-1). Esse ideário que está no cerne do pensamento liberal, que responsabiliza o indivíduo por essa correção, aperfeiçoamento, investimento no corpo, já que o elogio à “autonomia”, à “liberdade” do cidadão, será sua bandeira ideológica – algo que bem se percebe como presente tanto na *Página* quanto na revista *Boa Forma* quando responsabilizam a mulher pelo investimento que realiza ou não em seu corpo. A esse princípio que é potencializado em tempos neoliberais, é acrescida a radical valorização do princípio da concorrência, do estímulo a (uma suposta) diferenciação, a produção de um “capital humano.”¹⁰¹ que seja singular, especial, pois isso significa ter, ao menos potencialmente, mais condições de sucesso no mercado (de trabalho, mas também dos afetos). Permanecendo a identidade calcada no corpo, no que é biológico, ao invés de na experiência individual, ou ainda na retórica, essa diferenciação exigida acaba se mostrando como ilusória, seja porque o corpo tem sua finitude, ou porque aquilo que se distingue demais corre o risco de escapar à

¹⁰¹ Sobre a “teoria do capital humano”, desenvolvida a partir da política neoliberal estadunidense, ver Foucault (2008b).

norma, ao ideal, corre o risco de ser relegado a posição de *outro*, do estranho, raça inferior, degenerado, doente, louco, o contraponto que a sociedade moderna ocidental elencou para a forja do “eu”, já que pela percepção/construção da diferença é que se constitui e se reconhece a individualidade.

A singularidade que o mercado propõe a cada mulher conquistar é assim apenas aparente, já que o excessivamente distinto é depreciado. Vigora a totalização da aparência a partir das recorrentes investidas pela mídia para ser bela, e a concomitante exigência para que, ao mesmo tempo, cada uma busque ser individual, detentora de uma beleza única, inigualável. Apresentada como possibilidade, essa procura faz girar a roda do consumo. Presta-se a colocá-la em movimento, o apelo ao sistema das “estrelas”, o elogio de suas qualidades “singulares” e conseqüentemente dos produtos que utilizam. É comum encontrar na *Página*, conforme anteriormente apontado, comentários sobre o cotidiano e as receitas de beleza das divas do cinema *hollywoodiano*. Contemporaneamente as detentoras dos saberes que embelezam se multiplicaram: são atrizes/modelos/dançarinas que repetem sem cessar o prestígio “sem igual” que possuem. Porém, como destaca Adorno (1986, p. 94), “a individualidade mesma contribui para o fortalecimento da ideologia, na medida em que desperta a ilusão de que o que é coisificado e mediatizado é um refúgio de imediatismo e de vida”. A “estrela” é apenas uma variação do padrão de beleza hegemônico e os produtos que ela usa são somente o “mesmo” apresentado como “novo” e especial. Traço da

compulsão permanente a produzir novos efeitos (que, no entanto, permanecem ligados ao velho esquema) [que] serve apenas para aumentar, como uma regra suplementar, o poder da tradição ao qual pretende escapar cada efeito particular. Tudo o que vem a público está tão profundamente marcado que nada pode surgir sem exibir de antemão os traços do jargão e sem se credenciar à aprovação do primeiro olhar. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 120).

Exemplos quanto à importância que possui a *novidade* para a constituição de um imaginário que prioriza o individual, juntamente com o recurso da apresentação do “velho disfarçado de novo”, não faltam na revista *Boa Forma*.¹⁰² O que vigora é a promessa de que “agora” ou “desta vez” os resultados esperados serão obtidos. A leitora é assim condicionada a postergar a gratificação de suas necessidades, convencida pela revista de que a satisfação prometida será possível, desde que consuma a nova técnica de embelezamento que lhe é

¹⁰² É corrente encontrar em diferentes edições: o “power pilates”, uma aula de pilates na piscina, outra que une o pilates com a ioga, prometendo “duplo efeito”. Há inúmeros exemplos que, na verdade, não mudam quase nada em relação de um para o outro, mas que enfatizam que o *novos* método é eficiente.

indicada.

O incentivo à construção de uma individualidade se realiza também pela “possibilidade de escolhas” oferecida pelos receituários. A revista *Boa Forma* disponibiliza diferentes tipos de dietas, modalidades de atividade física, momentos em que é possível praticar exercícios – no engarrafamento de trânsito, enquanto se assiste televisão, entre outros. “O cardápio da malhação é democrático” (REIS, 2005, p. 5) diz a editora. Para aquelas que ainda não optaram por nenhum tipo de ginástica, são oferecidos testes para que se descubra qual a modalidade de atividade física que lhe seria mais agradável, deixando esse de ser um empecilho (PENTEADO, 2004, p.54-9).¹⁰³

Uma prática de interpelação da mulher, similar ao “teste” veiculado pela *Boa Forma*, é encontrado nos anos 1940. Um “questionário sobre beleza” contido na *Página* faz a seguinte proposta à leitora: “si lhe interessa sabe-lo (sic) responda a estas seis perguntas, sinceramente com um SIM ou um NÃO, quando termine tire a porcentagem das respostas sendo maior o numero dos SIM, póde (sic) ficar certa de que é bonita. Mas, coincidindo ser na maioria o NÃO, procure corrigir as causas para alcançar a beleza desejada” (PÁGINA..., 12/03/1939). Na verdade há seis itens (rosto, cabelos, mãos, silhueta, vestidos, personalidade), contendo cada qual de seis a doze perguntas. Frente a tantos questionamentos deveria de ser quase impossível que o resultado indicasse à mulher contentar-se com a sua insuficiente beleza.

O uso dessa estratégia para que a mulher investigue se está aproveitando todas as possibilidades disponíveis no mercado, e conjuntamente buscando sempre delinear um modo de remediar a falta de tempo, dinheiro ou gosto da leitora, reforça a necessidade de ser feita *alguma* escolha, o que acaba se tornando uma estratégia de interiorização da vigilância por meio da culpa por não cuidar de modo constante da aparência, já que o corpo em suas partes seria sempre passível de progresso e transformação. Produz-se a sensação de que estão continuamente surgindo novas opções de produtos de embelezamento que, “dessa vez”, irão resolver os problemas estéticos que atormentam a mulher, sendo preciso estar atenta. Há opções para distintas condições financeiras, roupas, e outros quesitos para que a leitora não somente seja o mais bela possível (o que abre uma margem de possibilidades que parece ser quase infinita), mas também para que ela tenha um “estilo”. De acordo com a *Boa Forma*, a mulher pode ser “esportista”, “supersensível”, “sereia” (GARCIA, 2003, p. 62-3), ao mesmo tempo em que (pretensamente) pode criar seu próprio modo de ser. Tal classificação, na

¹⁰³ Um exemplo desse tipo de teste pode ser encontrado na reportagem “Qual exercício combina com você?” (PENTEADO, 2004, p.54-9).

verdade, só mostra que tudo deve ser estandardizado uma vez que cada uma dessas belezas diferenciadas irá receber recomendações específicas de embelezamento. Dessa maneira, ao se requisitar que a mulher realize uma escolha dentre as disponíveis, objetiva-se a aproximação tanto maior quanto possível ao modelo hegemônico de beleza. A possibilidade da leitora ter um “estilo” próprio acaba por se esfacelar, seja porque essa “opção” adquire um tom de imperativo, ou pelo fato de que os “estilos possíveis” se restringem ao que é veiculado. Como ensinam Horkheimer e Adorno (1985, p. 116),

Para todos algo está previsto; para que nada escape, as distinções são acentuadas e difundidas. [...] Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa [...] O esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. [...] As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha.

A “liberdade de escolhas” é evidente já no período em que a *Página* foi publicada. Como exemplo de opções dadas àquelas com recursos financeiros restritos, está, como já dito, a confecção de “preparados” de beleza caseiros ou de coser ela mesma os vestidos anunciados. A pretensa liberdade de escolhas era dada ainda quando a *Página* confortava a mulher para que não se preocupasse com o tom do verniz que estivesse usando, se estava ou não na moda, mas que tratasse de verificar o que lhe ia melhor (PÁGINA..., 02/03/1941). Fundamental era a ação sobre a aparência. Nota-se já nessa época, a incipiente constituição de um ideário de necessidade e de naturalização do uso cosmético, por meio de dizeres como: “**Naturalmente** que você faz uso de cosméticos nas pestanas” (PÁGINA..., 02/03/1941, grifos nossos), ou ainda de que “Tais preparados são **absolutamente necessários** para certos tipos de pele” (PÁGINA..., 06/10/1940, grifos nossos). Juntamente a tais assertivas facilmente encontra-se já nesse momento o fomento ao consumo a partir do elogio do que era “novidade” no mercado.

A análise dos dois manuais de beleza referidos indica a centralidade da “liberdade de escolhas” para a (pseudo) elaboração de um “estilo” individual como dispositivo biopolítico de controle. Um mecanismo que faz uso por um lado, da exigência de singularidade – medida de diferenciação para se obter maior prestígio social, ou seja, de se sentir incluída –, e, por outro, responsabiliza a mulher pela eleição de alguma das opções que lhe são oferecidas, “normalizando” seus corpos e suas condutas, pois os “tipos” de beleza/ “estilos” são organizados em torno de uma norma. O que se propõe à leitora da *Boa Forma*, não é,

portanto, que se enquadre exatamente ao padrão – que, a própria revista, repetidas vezes veicula –, chegando a criticar aquelas que buscam a beleza estereotipada das modelos e atrizes, como é notável nas seguintes frases: “Respeitar o seu tipo físico é fundamental. Se você tem quadris largos, jamais conquistará o corpo da Gisele Bündchen [...] [e completa,] somos bombardeados por imagens idealizadas. E o idealizado não é real” (RIBEIRO, 2005, p.126-8). É provável que tais apelos se devam ao fato de que já se sabe de antemão que esse não será obtido.¹⁰⁴ Então, o ideal é que se tente chegar nele, mas que se vença a frustração de não consegui-lo. Como identificado pela análise, esse discurso já está na *Página*, e é dessa maneira que ela alerta suas leitoras: “É possível que todas as mulheres sejam exatamente iguais a uma ‘estrela’ de cinema? Não, não é possível. [...] Daqui se deduz que o primordial para toda mulher é adotar uma filosofia especial e não se desesperar e amargurar-se pelo que não pode chegar a ter” (PÁGINA...,01/12/1940). Ao invés do investimento no discurso disciplinar, apreende-se como os receituários esmeram-se na constituição de uma norma que comporta alguns desvios, desde que esses não sejam demasiados e que se esteja sempre buscando embelezar-se o máximo possível.

¹⁰⁴ Todavia, na mesma reportagem há o exemplo de uma mulher que “conseguiu recuperar o peso de antes, voltou ao manequim 38 e **hoje é feliz**, embora ainda não se sinta totalmente satisfeita.” (RIBEIRO, 2005, p.126, grifo nosso). Identifica-se aí a idéia de que há um manequim ideal, e que emagrecimento e felicidade estão associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que gostaria também de dizer, a propósito dessa função do diagnóstico sobre o que é a atualidade, é que ela não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é. E é nesse sentido que a descrição deve sempre ser feita de acordo com essa espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendido como espaço de liberdade concreta, ou seja, de transformação possível.

(Michel Foucault)

A natureza em si mesma não é nem boa, como queria o antigo romantismo, nem nobre, como quer o novo. Como modelo e objetivo, ela representa o antiespírito, a mentira e a bestialidade. É só quanto é reconhecida tal como realmente é que ela se torna a ânsia que a vida tem pela paz, aquela consciência que desde o começo animou a resistência tenaz contra os chefes e contra a coletividade. O perigo que ameaça a prática dominante e suas alternativas inevitáveis não é a natureza – a natureza, muito ao contrário, coincide com ela –, mas sim o fato de recordar a natureza.

(Max Horkheimer e Theodor W. Adorno)

Lançamos-nos nas páginas anteriores sobre a tarefa de discorrer a respeito de uma possível aproximação entre os pensamentos de Adorno e Foucault. Trata-se da similaridade vislumbrada nos diagnósticos do presente desenhados por cada um dos autores referidos, os quais são condensados, mais especificamente, nos conceitos-chaves de suas obras, de modo respectivo, o de indústria cultural e biopolítica. Considerando *a priori* a atualidade do pensamento desses extraordinários filósofos do século XX, este trabalho se dedicou a trabalhar a hipótese de que a indústria cultural opera como um *dispositivo biopolítico* fundamental de nosso tempo, numa perspectiva de, na descrição dos argumentos sobre essa proposição, exercitar a perspectiva teórico-metodológica que se encontra presente na obra de ambos: a saber, de analisar e refletir, a luz do que escreveu cada um, sobre “o que temos sido”.

Nessa direção, apontamos ao longo do trabalho para duas convergências centrais nos diagnósticos da biopolítica e da indústria cultural, pelas quais entendemos estar autorizados a categorizar essa última como um dispositivo. Uma das similaridades (que possui vários desdobramentos) refere-se aos mecanismos de controle se destinarem a grande quantidade de pessoas que coexistem (as massas ou população), e suas estratégias de subjetivação se

aplicarem por via da ação sobre as variáveis do *meio*. A outra aproximação trata do resultado dessas estratégias: um controle sobre a *vida* e a totalização da multiplicidade sob o denominador comum do biológico.

A primeira aproximação indicada, talvez seja a mais evidente, pois aponta para o objeto comum da biopolítica e da indústria cultural: as massas/população, são a própria razão de ser desses fenômenos, os quais se constituem na emergência histórica-política-econômica de gerenciamento, primeiramente por parte do Estado e depois pelo mercado, da grande quantidade de pessoas que coexistem. Com a população já não estando circunscrita ao espaço de um território específico, a perda de centralidade da instância estatal e o desenvolvimento técnico ocorrido, a indústria cultural é a conformação específica que as estratégias biopolíticas de controle puderam tomar no período neoliberal, sobretudo se considerarmos que já em sua origem perpassa a intenção de abranger grande público.

O método pelo que hodiernamente se procura atingir/gerenciar as massas/população apresentou-se igualmente como similar, tanto na análise de Foucault quanto de Adorno: biopolítica e indústria cultural operam por via da ação sobre as variáveis do *meio*, em detrimento a uma intervenção direta e específica sobre cada organismo. No que se refere à indústria cultural, esta se configura como o próprio *meio* ao produzir um efeito de realidade por via do uso que faz do desenvolvimento tecnológico, no sentido de diminuir as possibilidades de distinção entre a vida e os ditos “bens culturais”. A ação que ela produz sobre as massas se dá pela determinação da percepção do real por via da constituição objetiva dos produtos: sua proximidade com o consumidor, a exigência de uma sensibilidade peculiar e um desempenho específico para se captar os estímulos programados, assim como a veiculação de esquemas e estereótipos em que são anulados os elementos de tensão da realidade, servem como medidas para moldar a subjetividade à dinâmica repetitiva da produção. Seus produtos agem ainda pela perpetuação da configuração da sociedade como um prolongamento da natureza ameaçadora, ao desvincular meio de fins, o individual e o total, servindo essa condição para a eficácia da exploração do impulso ao comportamento mimético e das debilidades egóicas. No misto de pseudo-gratificações proporcionadas pela sensação de ordem e reconciliação, e o princípio de realidade que estimula o consumo de produtos como consolo pela impossibilidade real de possuir uma singularidade, a indústria cultural adapta a subjetividade das massas, integrando-as pelo conformismo.

É pela ação nas variáveis do *meio* que biopolítica e indústria cultural conduzem as condutas das massas/população no sentido de uma *regulação*, ou se se preferir, de *normalização*. Cumpre importante função nesse sentido, a mecânica de “controle-

estimulação” – para fazer uso da expressão foucaultiana: modo de exercício do poder que é sutil e positivo, e que se coloca em posição oposta a um sistema que é (explicitamente) repressor. Dessa maneira mobiliza a adaptação de uma maneira que é “espontânea”, sendo pouco reconhecido pelos indivíduos como um meio de manipulação e controle, e que tem como característica a produção de “algo”: um comportamento, pensamentos positivos, uma troca no mercado, a potencialização do corpo, o investimento sobre a saúde-beleza, o aumento de rentabilidade no trabalho, a “manutenção de uma amizade”.

Em meio as estratégias sutis e positivas de subjetivação destinadas às massas/população, as noções de liberdade e concorrência (ou tão somente diferenciação) cumprem papéis centrais nos escritos de Adorno e Foucault, ainda que de maneira nem sempre idêntica. Na compreensão comum desses autores, é essencial para que os mecanismos contemporâneos de domínio possam operar de modo sutil e positivo, o estímulo, a disposição de “possibilidades”, o incitamento do indivíduo a “ser livre”. Nessa estratégia neoliberal de ação sobre as condutas, o filósofo francês identifica a manipulação do campo de possibilidades para o exercício da “liberdade”, comumente ao serem estabelecidos pelo mercado facilidades ou empecilhos econômicos para o comportamento desses “sujeitos ativos”. A “liberdade” nesse sistema, aparece para Foucault como a condição prévia para o domínio do campo de ação, e assim, conseqüentemente, da ação que é tornada possível (ou ao menos mais acessível). No diagnóstico do frankfurtiano, a liberdade igualmente ocupa um papel central, todavia Adorno apresenta e destaca seu uso ideológico, na medida em o anseio individual pela liberdade é canalizado para o consumo de mercadorias. A materialização nos bens de consumo como um ideal de felicidade, prazer e reconciliação com a natureza – tema específico de Adorno – é elemento basilar da dinâmica da indústria cultural, assim como igualmente a pretensa possibilidade de distinção social, de singularidade, prometidas pelo mercado. Apesar das diferenças de compreensão do fenômeno, ambos os autores identificam nesse incitamento à “liberdade” o caráter perverso de abandono e responsabilização do indivíduo.

Com relação a noção de concorrência, ela é igualmente identificada como tendo uma importância central no diagnóstico de ambos os autores, ao compor a conjuntura de sutileza e positividade das estratégias de subjetivação no tempo presente. Novamente aqui nos deparamos com uma diferença (talvez a maior) quanto ao pensamento de ambos. Para Foucault, o princípio da concorrência e da lógica empresarial que é inerente ao neoliberalismo, propicia (e exige) a diferenciação do indivíduo, para o bem de disputar uma vaga do mercado. Nos escritos de Adorno sobre a indústria cultural, porém, a decorrência do

princípio da concorrência é a uniformidade, a massificação; algo que o autor alemão explica ao apontar para a falácia das opções de diferenciação, uma vez que, ao ser potencializado e instrumentalizado o desejo de distinção, concomitantemente é determinado o que deve ser o objeto desse desejo. Junte-se a isso o poder da propaganda de fundir o produto com a promessa que realiza, configurando-se como um instrumento limitador da concorrência, devido ao acesso a publicidade ser restrito às condições financeiras apenas das grandes corporações.

Como explicado ao longo do trabalho, no que se refere especificamente aos escritos de Adorno, o desejo (ou a sua determinação) possui importância fundamental nas estratégias de condução das condutas. Assim é também com relação a sua contraface complementar, a suscitação (ou canalização) do medo. A indústria cultural potencializa o que seria o medo imemorial do ser humano ao que é estranho, desconhecido, e que lembra a natureza ameaçadora que fora reprimida em troca da forja da civilização, e o direciona para “tipos” sociais específicos, normalmente aqueles que não se adaptam prontamente à lógica do consumo e do trabalho. Ao contrário de funcionar como um meio de trazer à consciência a percepção da natureza recalcada que há no próprio indivíduo, e identificada apenas no objeto de repulsão, ela reforça a associação com figuras de autoridade (normalmente as “celebridades” da mídia) e, pela padronização dos corpos e das condutas a partir do consumo de produtos estimulados, delimita de modo mais exato aquele que deve cumprir a função de “outro”. Apesar de não se encontrar explanação direta e precisa de Foucault sobre o desejo e o medo, esses recursos aparecerem como elementos presentes na mecânica de subjetivação liberal e neoliberal: referimo-nos à noção (ou “cultura”) de perigo e no “controle-estimulação” identificado pelo autor.

É pela centralidade da tentativa de manipulação do desejo e do medo, mas também pela demarcação da “entrada da vida na história”, e a maneira como se passou a investir sobre o que o corpo possui “de mais vivo” a bem de atingir a população, que emerge em nossa análise dos escritos de Adorno e Foucault, a compreensão do corpo como *meio histórico-natural*, como uma das variáveis mais importantes de controle das massas. Como sugere Foucault (1988), a entrada da vida na história – ou se quiser na (bio)política –, pode ser apreendida por meio de uma “história dos corpos”, pois é nele que se investe e pelo que a “vida” se expressa. Essa entrada da vida/corpo na história é para o frankfurtiano algo imemorial, e marca o nascimento da cultura, quando o domínio da natureza tendencialmente livra o homem do medo, mas também subjuga sua natureza interna. Nesse domínio de si exigido pela civilização em troca da sobrevivência e da sublimação, o corpo é alvo de um

amor-ódio que resulta no seu trato como um objeto manipulável, seja ao ser ele diretamente reprimido, ou então exaltado ao nele se vislumbrar uma promessa de reconciliação. No investimento realizado, todavia, é impossível distinguir o corpo do artifício, a vida da morte. Ainda sim, a investidura é sobre o desejo de reconciliação como liberdade (o *corpo da população*), e conseqüentemente na canalização da constituição subjetiva a partir do corpo.

O resultado dessas estratégias de subjetivação é enfim o controle sobre a *vida* e a totalização das massas/população. Quanto ao conceito de vida na obra dos autores, já abordado na introdução desse trabalho e ao longo do mesmo, refere-se nos escritos de Foucault, de modo geral, aos fenômenos biológicos da população; e concomitantemente, sobretudo a partir de sua incursão no tema sobre o neoliberalismo, representa o que é público e privado. É justamente nesse último sentido citado, que o tema da vida nos escritos de Adorno, tal como aqui o entendemos, apresenta uma similaridade com o do filósofo francês. Para ambos os autores, o controle sobre a vida se dá pela generalização da lógica empresarial (do *homo oeconomicus* neoliberal), do utilitarismo e da concorrência, de tal maneira que esta atinge até mesmo aquelas relações que parecem estar protegidas a uma influência/direcionamento exterior – que se demarque, no entanto, que a crítica mais dura do frankfurtiano é a substituição do sentido individual da existência, que guia o modo de pensar e agir, pela lógica da indústria e do mercado.

Visando atingir o trabalho, as relações afetivas, os pensamentos, o lazer, entre outros, as promessas de liberdade e felicidade da indústria cultural são acompanhadas por inúmeras prescrições que determinam o *dever ser*, cumprindo o corpo a função de objeto de investimento por excelência. É dessa maneira que ela se concretiza, na contemporaneidade, como uma das vias centrais para um controle sobre a vida (um *dispositivo biopolítico*), assim como também de redução do sujeito aos fenômenos da população (ou à própria vida, entendida tal como Foucault, como os fenômenos biológicos): longevidade, natalidade, mortalidade, saúde, entre outros, a partir da ação que realiza sobre o *meio* (de que faz parte, como já sabido, o corpo). Ressaltamos aqui a importância da dinâmica da indústria cultural sobretudo na redução do sujeito a um dos fenômeno específicos da população: a *economicidade*. É pelas promessas da indústria cultural que o indivíduo é levado a permanecer no âmbito da *oikonomia*, pois seus veículos estão continuamente a produzir infinitas necessidades (de consumo), essas sempre persuasivamente sugeridas como essenciais para a existência.

Por fim, destacamos ainda, de maneira um tanto exploratória, um outro sentido

possível para a expressão *vida* em Adorno. A vida pode ser uma espécie de força individual, uma vontade de não diluir-se no todo, de “existir”. Ela indica ser a contraface da natureza reprimida, a oposição ao impulso de destruição reificador ocasionado pela alienação da natureza humana e seu solapamento, se caracterizando como, talvez, um impulso para a liberdade. Uma liberdade entendida não como contraposto à cultura, um retorno à natureza, mas como possibilidade de não ser completamente subjugado, de determinar por si mesmo a finalidade de suas ações. Um *poder da vida*, em linguagem foucaultiana. É em sentido oposto que a indústria cultural atua: pela manipulação do desejo de reconciliação com a natureza, falseado como sendo o estado de liberdade, ela propicia o comportamento de obediência a estímulos protobiológicos, na medida em que recalca continuamente o desejo, e canaliza o medo inconsciente na natureza ameaçadora contra aqueles que não se adaptam. Dessa maneira não há espaço para o “outro”, para a diferença e a particularidade, mas apenas para a fungibilidade, a diluição no todo.

Antes de terminar, gostaria ainda de fazer um pequeno comentário sobre a leitura do feminino realizada na parte destinada à análise do material empírico, fazendo-o a partir das repetidas promessas de reconciliação com a natureza, encontradas nos receituários de beleza analisados. A exaltação do corpo “perfeito”, a produção do mito quanto ao corpo “puro”, o elogio de uma beleza “natural”, a depreciação de métodos ditos “artificiais”, a exaltação da liberdade de (dever) exhibir o corpo, o incitamento a ação sobre a aparência, o elogio ao “novo” ou o consumo de novas técnicas de embelezamento, o investimento em um “estilo” pré-determinado, a classificação por meio de recomendações (científicas) específicas de embelezamento, a necessidade de se “fazer escolhas” (entre aquelas indicadas), a idéia de progresso e transformação interminável, o condicionamento à postergação da gratificação de suas necessidades, a vigilância de si mesma (uma interiorização da necessidade de calcular economicamente todas as suas ações) ou a autovigilância das formas corporais, a radical valorização do princípio da concorrência, do estímulo a (uma suposta) diferenciação, a depreciada possibilidade de a mulher masculinizar-se, enfim, a associação da identidade ao corpo. Todos esses são dispositivos que reforçam a condição milenar destinada ao feminino: próxima da natureza, dos animais, do sentimentalismo e da irracionalidade, há que ser dominada, subjugada – ao ser mantida na condição de natureza –, ainda que, ou por isso mesmo, em associação com a beleza. O investimento é para que a mulher permaneça assim sob os desígnios da sociedade patriarcal e que se esmere em ocupar a posição a que foi sorrateiramente destinada. Lembrança da natureza humana, deve representar o que é civilizado, deve conter-se, permanecer à espera, ou até mesmo partir em busca, como

preconizado na atualidade, de seu *conquistador* – talvez não mais um marido, mas ainda sim um homem para desejá-la. Nesses processos de subjetivação do feminino, mais uma vez, ainda que talvez em ordem inversa, Foucault encontra Adorno: trata-se, final das contas, de indivíduos que se desacostumam a ser sujeitos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2003, p. 119-138.

_____. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XVII; V. 56; p. 388-411; dez, 1996.

_____. Tempo livre. In: _____. **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 70 – 82.

_____. **Minima Moralia**: reflexões sobre a vida danificada. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Actualidad de la Filosofia**. Tradução de José Luis Arantegui Tamayo. Barcelona: Paidós, 1991.

_____. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.) **Theodor W. Adorno: sociologia**. São Paulo: Atica, 1986, p. 92-99.

_____. Televisão consciência e indústria cultural. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 346-354.

AGAMBEN, G. **Qué es um dispositivo?** Disponível em: < <https://libertaddepalabra.tripod.com/id11.html>. > Acesso em 27.ago. 2007, p. 1-10.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002, 207p.

ALBINO, B. S.; VAZ, A. F. O corpo e as técnicas sobre ele, no sentido do embelezamento: sobre os esquemas da indústria cultural na revista Boa Forma. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 199 – 223, 2008.

_____. “Mulher como deves ser”: um estudo sobre a educação do corpo feminino no jornal *Dia e Noite*. **Temas & Matizes**. Cascavel, v. IV, n. 7, p. 63-73.

ANDRADE, S. dos S. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. V. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p.108-123.

ARENDT, H. **A condição humana** Tradução de Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

BENHABIB, S. A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 71- 96.

BRITO, C. O que você precisa saber sobre os laxantes. **Boa Forma**, São Paulo, v. 17, n. 11, p. 104-6, nov. 2002.

CAMARGO, S. C. A teoria do poder de Michel Foucault e sua relação com a teoria social crítica. In:____. **Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006, p. 83 – 107.

CAPONI, S. A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro; v. 9, n. 2, p. 445-455, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 02 mar. 2006.

CARONE, E. **O Estado Novo (1937 – 1945)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, Abril 1977. 387p.

CAVALHEIRO, T. Chega de culpa. **Boa Forma**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 85, fev. 2002.

CONTE, C. Será que você está deixando sua amiga de lado? **Boa Forma**, São Paulo, v. 18, n. 11, p. 86-8, nov. 2003.

DEWS, P. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 51- 70.

DIA e Noite, Florianópolis, ano I, ed. 46, 23 de julho de 1936.

DIA e Noite, Florianópolis, ano V, ed. 685, 02 de outubro de 1940.

DUARTE, R. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, 218p.

_____. Apuros do particular: uma leitura das *Mínima Moralía*. In: DUARTE, Rodrigo. **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. p. 145 – 159.

FARHI NETO, L. **Biopolítica em Foucault**. 2007. 144p. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FERREIRA, S. L. **O banho de mar em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998. 122 p.

FIGUEIREDO, P. K. Recôndidos da *belleza*: as práticas corporais em *cinarte* e *scena muda* (1921-1941). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007. Pernambuco. **Anais...** Pernambuco: CBCE, 2007. p. 1-9

FLORES, M. B. R. Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007. 452p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, 288p.

_____. **Segurança, território e população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, 572p.

_____. **O nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b, 474p.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: MOTTA, M. B. da (Org.) **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de texto Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 301-318.

_____. Prisões e revoltas nas prisões. In: MOTTA, M. B. da (Org.) **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos e Escrito IV. Organização e seleção de texto Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 61-68.

_____. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: MOTTA, M. B. da (Org.) **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos e Escrito II. Organização e

seleção de texto Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 307-334.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. 295 p.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 382 p.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-49.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 152 p.

FREITAS, V. **Adorno & a arte contemporânea**. Coleção passo-a-passo; 17. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 71p.

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. 224p.

GARCIA, D. O sol nasce para todas. **Boa Forma**, São Paulo, v. 18, n. 12, p. 62-63, dez. 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Pedagogia e infância em tempos neoliberais. In: _____. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo, Autores Associados, 1996. p.11-41

GIACÓIA JR., O. **Crítica e filosofia**. Temas & Matizes. Cascavel, 2009. 13 p. (No prelo).

GOELLNER, S. V. Mulheres em movimento: imagens femininas na Revista Educação Physica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 25 (2), p. 77-94, jul./dez. 2000.

_____. A Educação Física e a construção do corpo feminino no Brasil: imagens de feminilidade. **Motrivivência**, Florianópolis; v. 12, n. 16, p. 35-52, mar. 2001.

GOMES, I. M; PICH, S; VAZ, A. F. Sobre algumas vicissitudes da noção de saúde na sociedade de consumidores. **Rev. Bras. De Ciências do Esporte**, Campinas; v. 27, n. 3, p. 137-151, maio 2006.

GREINER, C. Aquecimento. **Boa Forma**, São Paulo, v. 18, n. 02, p. 8, fev. 2003.

_____. Aquecimento. **Boa Forma**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 6, fev. 2002.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 540p.

HAMMES, P. D.; ALBINO, B. S.; VAZ, A. F., Reificação de corpos e subjetividades: sobre a “pedagogia do natural” na revista Boa Forma. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, IV, 2008. Faxinal do céu. **Anais eletrônicos**. Faxinal do Céu: CBCE. p. 1-9. Disponível em <
<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CSBCE/IVCSBCE/paper/view/203/228>>.

HAMMES, P. D. **Sobre os mecanismos de controle do corpo na revista Boa Forma: embate entre natural e artificial**. 2007. 34p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HIME, G. V. V. C. A Página Feminina d’A Gazeta (1929-1943): Iniciativa pioneira acompanha luta da brasileira por cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1., 2003. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Alfredo de Carvalho, 2003. p. 1-16.

HOLLO, K. É o fim da linha. **Boa Forma**, São Paulo, v. 17, n. 10, p. 76, out. 2002.

HONNETH, A. Foucault e Adorno: duas formas de crítica da modernidade. **Rev. de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Cosmos, p. 171-181, dez. 1993.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e teoria crítica. In:_____. **Textos escolhidos/Max Horkheimer e Theodor W. Adorno**. Coleção Os pensadores. Tradução Zeljko Loparic, et. Al. 5ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1991, p. 31-68.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 215-20.

JIMENEZ, M. **Para ler Adorno**. Tradução de Roberto Ventura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 215 p.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera

Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313p.

LUBINSKI, D. Dez maneiras de fazer o seu dia nascer feliz. **Boa Forma**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 90, jan. 2004.

MAIA, A. C. Foucault e Adorno: mapeando um campo de convergências. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschanas**. Rio de Janeiro: DR&A, 2002, p. 61-84.

MALYSSE, S. Em busca dos (H)alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corporatária carioca. In: Goldenberg, M. (Org.) **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 79- 137.

MATOS, O. C. F. A Melancolia de Ulisses: a Dialética do Iluminismo e o canto das sereias. In NOVAES, Adauto (org.), **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.190-210.

MURICY, K. **A Razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface**. v.8, n.14, p. 9-20, set.2004/fev.2004.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 1013, 07 de dez. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 976, 19 de out. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 965, 05 de out. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 943, 07 de set. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 937, 31 de agosto de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 932, 24 de agosto de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 921, 10 de agosto de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 883, 08 de junho de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 875, 01 de junho de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 840, 27 de abril de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 826, 13 de abril de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 815, 30 de março de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 792, 02 de março de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 781, 16 de fev. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 775, 09 de fev. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano VI, ed. 758, 05 de jan. de 1941.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 744, 15 de dez. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 732, 01 de dez. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 727, 24 de nov. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 717, 10 de nov. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 712, 02 de nov. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 707, 27 de out. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 695, 13 de out. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 689, 06 de out. de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano V, ed. 558, 21 de abril de 1940.

PÁGINA Feminina, Florianópolis: Jornal Dia e Noite. Ano IV, ed. 275, 12 de março de 1939.

PALMA, A.; ESTEVÃO, A.; BAGRICHEVSKY, M. Considerações teóricas acerca das questões relacionadas à promoção da saúde. In: _____(Org.). **A saúde em debate na educação física**. Blumenau: Edibes, 2003. p. 15-31.

PENTEADO, O. Pilates + peso: sarada. **Boa Forma**, São Paulo, v. 18, n. 9, p. 50-2, set. 2003.

_____. Qual exercício combina com você? **Boa Forma**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 54-59, fev. 2004.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 154p.

PETRY, F. B. **Indústria cultural, subjetividade e formação danificadas na Dialética do Esclarecimento e nas Mínima Moralia**. Florianópolis, 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

PRIORE, M. D. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000. 103 p.

RABINOW, P. O que é maturidade? Habermas e Foucault sobre “O que é Iluminismo”. In: _____. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Organização e tradução João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 55-69.

REIS, C. Aquecimento. **Boa Forma**, São Paulo, v. 21, n. 11, p. 12, nov. 2006.

_____. Surpresa. **Boa Forma**, São Paulo, v. 20, n. 11, p. 5, nov. 2005.

RIBEIRO, D. O ministério da saúde adverte: ser diferente é legal! **Boa Forma**, São Paulo, v. 20, n. 10, p. 124-8, out. 2005.

SABINO, C. Musculação: Expansão e manutenção da masculinidade. In: GOLDENBERG, M.

(Org.) **Os novos desejos**: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 61- 103.

SANT'ANNA, D. B. Cuidados de si e embelezamento feminino. In:____(Org) **Políticas do Corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p.121-139.

SCHNEIDER, O.; FERREIRA NETO, A. Americanismo e a fabricação do “homem novo”: circulação e apropriação de modelos culturais na revista *Educação Phisica* (1932-1945). **Movimento**. v. 14, n.1, 2008, p. 135-159.

SCHPUN, M. R. Códigos sexuais e vida urbana: as práticas esportivas da oligarquia paulista nos anos vinte. SCHPUN, M. R. (Org.) **Gênero sem fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p. 45-71.

SECCO, R. Encare sua dieta com outros olhos. **Boa Forma**, São Paulo, v. 20, n. 11, p. 65, nov. 2005.

SECELLART, M. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: Curso no College de France: 1977-1978. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 493-538.

SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994. 167 p.

VAZ, A.F. Corpo, espetáculo, fetichismo. In: DURÃO, Fábio Akcelrud; ZUIN, Antônio; VAZ, Alexandre Fernandez (Org.) **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 199 – 211.

_____. Lazer, Indústria Cultural e Biopolítica. In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHARES, Meily A.. (Org.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006, v. , p. 19-40.

_____. Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para a reflexão. **Pro-posições**. Campinas, v. 14, n. 2(41), p. 61-75, 2003.

_____. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento. **Caderno CEDES**, ano XIX, n. 48, ago. 1999.

VIGARELLO, G. **História da beleza**: o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos

dias de hoje. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Edouros, 2006. 247 p.

ZUIN, A. A. S. Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. **Caderno CEDES**, ano XXI, n. 54, p. 9-18, ago. 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Revista Boa Forma



